

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DESIRÉE CARDOSO CARAMORI

Parentalidade e família: seu lugar na contemporaneidade

Maringá
2022

DESIRÉE CARDOSO CARAMORI

Parentalidade e família: seu lugar na contemporaneidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de concentração: Constituição do sujeito e historicidade.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto.

Maringá
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

C259p

Caramori, Desirée Cardoso

Parentalidade e família : seu lugar na contemporaneidade / Desirée Cardoso
Caramori. -- Maringá, PR, 2022.
112 f.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em
Psicologia, 2022.

1. Parentalidade. 2. Família. 3. Família contemporânea. 4. Saudosismo. 5. Patriarcal. I.
Mello Neto, Gustavo Adolfo Ramos, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro
de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-
Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 158.24

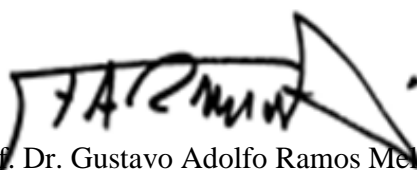
Elaine Cristina Soares Lira - CRB-9/1202

DESIRÉE CARDOSO CARAMORI

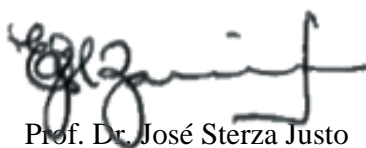
Parentalidade e Família: Seu lugar na Contemporaneidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

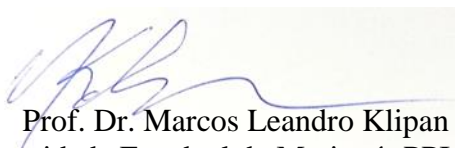
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto
Universidade Estadual de Maringá- PPI/UEM



Prof. Dr. José Sterza Justo
Universidade Estadual de São Paulo - UNESP



Prof. Dr. Marcos Leandro Klipan
Universidade Estadual de Maringá- PPI/UEM

Aprovada em: 19 de setembro de 2022.

Defesa realizada na sala de vídeo do Bloco 118.

Dedico este trabalho a minha família, que sempre esteve presente me incentivando a seguir em frente (enfrente).

AGRADECIMENTOS

Nesta página especial do trabalho gostaria de agradecer a algumas pessoas, dentre as muitas que me ajudaram a realizá-lo.

À minha família, que sempre se fez presente de forma afetiva e acolhedora.

In memoriam (Em memória) de minha mãe, que não se encontra mais nesta vida, mas esteve presente de uma outra maneira. Minha maior referência que permanece viva em mim.

Em especial ao meu pai Ricardo, que sempre esteve ao meu lado me incentivando a seguir adiante nesta importante jornada acadêmica.

Ao Prof. Dr. Gustavo Adolfo Ramos Mello Neto, que se disponibilizou a me orientar mesmo inicialmente eu tendo trilhado um caminho anterior na dissertação, sendo sempre muito receptivo e disponibilizando, para além de seu tempo e material, seu profissionalismo e competência.

In memoriam (Em memória) à Profa. Dra. Angela Maria Pires Caniato, pela orientação nos primeiros passos desta pesquisa científica, pelo incentivo, confiança e amizade, que tornaram o caminho da Pós-graduação mais acolhedor e afetivo. Terá meu eterno agradecimento.

À Professora Dra. Viviana Carola Velasco Martinez, que cedeu espaço em suas aulas para que eu pudesse realizar a disciplina de Estágio em Docência, além de auxiliar e trazer ricas contribuições no grupo de estudos da Linha de Pesquisa Psicanálise e Civilização.

À minha psicoterapeuta Silvana Curioni, por todo trabalho de análise, me acompanhando no percurso da vida em momentos cruciais como esse.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá – UEM pela infraestrutura, seu corpo docente, secretaria, administração e coordenação, sobretudo ao Prof. Dr. Marcos Klipan.

Aos amigos e amigas que a vida me presenteou, primos e primas sempre disponíveis em compartilhar as angústias, as alegrias e dores da caminhada.

Em especial ao amigo-irmão Raphael Edson Dutra, que sempre acreditou em meu potencial e me acolheu de forma generosa nesta fase, meu eterno agradecimento.

Ao Chico que revisou de forma minuciosa e cuidadosa este trabalho, sua revisão certamente me ajudou a qualificar e promover melhorias neste trabalho. Tornou-se amigo neste percurso.

Agradeço também às amigas e amigos Vivian Madeira, Verônica Caramori, Eloísa Leoni, Gabrielle Baticiotto, Vinícius Martins, Vanessa Medeiros, Luana R. Carvalho e tantos outros. Ao Roberto, meu namorado, que me ensina sobre caminhos menos tortuosos, deixando a caminhada da vida mais leve e colorida.

A todas e todos que direta ou indiretamente fizeram parte deste percurso, deixo aqui os meus sinceros agradecimentos.

(...) Então, desejo apenas que você tenha muitos desejos. Desejos grandes e que eles possam te mover a cada minuto, ao rumo da sua felicidade.

(Carlos Drummond de Andrade)

Caramori, D. C. *Parentalidade e Família: Seu lugar na contemporaneidade*. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo realizar uma reflexão psicanalítica a partir do exame de textos de teóricos que estudam a temática da parentalidade e família na contemporaneidade. A discussão está fundamentada na psicanálise, que nos auxilia a ampliar a perspectiva de entendimento sobre o objeto de estudo, neste caso, a família e as transformações histórico-sociais às quais se encontra submetida. Para a psicanálise, o sujeito se constitui por meio de um outro objeto que lhe garanta a sua sobrevivência física e psíquica e, em geral, as figuras que promovem essas funções são as figuras parentais e a família. Assim, analisamos que os autores/autoras ao apresentarem em seu arcabouço teórico a família na contemporaneidade, demonstram sinais de uma certa nostalgia e saudosismo da família “tradicional”, “ideal”, “estruturada” (que nunca existiu), mas que insiste em deixar a família atual em dívida, destacando da primeira a figura do patriarca como essencial. Logo, os autores/autoras parecem buscar a manutenção do modelo de família tradicional sob domínio do patriarca, pelo temor das transformações em torno das novas configurações de família que se fazem presentes e se apresentam como um relacionamento familiar mais atenuado, de forma mais democrática e até mesmo horizontalizada. Apontamos as mudanças das famílias e a necessidade de se conservar a família tradicional não como destrutiva, mas a fim de pensarmos nas novas possibilidades e concepções da parentalidade. A fim de conduzir metodologicamente a pesquisa empregamos um levantamento de textos a partir da psicanálise articulada ao social.

Palavras-chave: Parentalidade. Família. Contemporaneidade. Saudosismo.

Caramori, D. C. Parenting and family: their place in contemporaneity. 2022. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná.

ABSTRACT

The present research aimed to carry out a psychoanalytic reflection based on the examination of texts by theorists who study the theme of parenting and family in contemporary times. The discussion is based on psychoanalysis, which helps us to broaden the understanding perspective on the object of study, in this case, the family and the historical-social transformations to which it is submitted. For psychoanalysis, the subject is constituted through another object that guarantees their physical and psychic survival and, in general, the figures that promote these functions are the parental figures and the family. Thus, we analyze that the authors, when presenting in their theoretical framework the family in contemporary times, show signs of a certain nostalgia and a longing for the “traditional”, “ideal”, “structured” family (which never existed), but which insists on leaving the current family in debt, highlighting from the former the figure of the patriarch as essential. Therefore, the authors seem to seek to maintain the traditional family model under the domination of the patriarch, due to the present fear of transformations around the new family configurations that present themselves as a more attenuated family relationship, in a more democratic and even horizontalized way. We point out the changes in families and the need to keep the traditional family not as destructive, but as to think about the new possibilities and conceptions of parenting. In order to methodologically conduct the research, we used a survey of texts from psychoanalysis articulated to the social.

Keywords: Parenting. Family. Contemporaneity. Nostalgia.

SUMÁRIO

Introdução	11
<i>Os caminhos metodológicos</i>	19
1 Conceções de parentalidade e família	21
1.1 A família: historicidade e antropologia	21
1.2 A família no contexto brasileiro	30
<i>1.2.1 A família brasileira e a intervenção médico-higiênica</i>	34
2 A Família em Freud e na Teoria Crítica	41
2.1 A família na psicanálise freudiana	42
2.2 De Adorno e Horkheimer a Poster: Uma perspectiva da família	51
3 As Subjetividades na Contemporaneidade	59
3.1 A ascensão do movimento conservador e seus desdobramentos	64
3.2 De qual família estamos falando?	66
<i>3.2.1 A família na contemporaneidade</i>	67
<i>3.2.2 Nuances e evoluções na configuração da família contemporânea</i>	73
4 A idealização da Família para a Psicanálise e o retorno às discussões atuais	80
4.1 Destino(s) da família e seu lugar na contemporaneidade	80
<i>Nostalgia do outrora – O Paraíso Perdido</i>	80
4.2 Psicanálise e seu olhar conservador sobre a Família	88
<i>O desejo ao retorno da "família estruturada"</i>	88
4.3 As modificações nos âmbitos econômico, social e moral sentidos como ameaça a/pela "família estável"	91
4.4 Quais poderão ser o(s) destino(s) das famílias em meio às mudanças que ocorrem em sua história?	97
4.5 O que há na família que a mantém ao longo da história?	100
Considerações finais	104
Referências	110

Introdução

A proposta deste trabalho consistiu em realizar uma reflexão psicanalítica a partir do exame de textos de teóricos que estudam a temática parentalidade e família na contemporaneidade, em sua grande maioria psicanalistas brasileiras/os. A escolha por essas autoras e autores ocorreu por se apresentarem como expoentes da psicanálise, uma vez que suas concepções são amplamente difundidas no meio *psi* entre psicólogos/as e psicanalistas.

São autores conhecidos e reconhecidos, que estão disseminados na formação dos graduandos de psicologia e de psicólogos atuantes. Suas teorias, como os estudos da família, englobam a nossa realidade, nos permitindo a articulação da psicanálise ao social. Suas produções são acessíveis e veiculadas em bases de dados de artigos científicos, teses e dissertações, além de livros, colunas de jornais e também redes sociais. Aqui cabe ressaltar que a contribuição de teóricos estrangeiros também nos permitiu ampliar a discussão, com a ressalva de que seus olhares eram guiados para outra realidade que não a nossa.

Esta pesquisa iniciou-se porque as novas relações familiares têm sido pauta de questionamentos e inquietações dentro de vários campos de estudos, da sociologia à psicanálise, ressoando em nossa prática clínica; pais que tentam cruzar os valores arcaicos aos novos, mas não sem apresentar dúvidas e culpa pela “família perdida”. Desta forma, pretendemos problematizar a família, uma vez que o modelo “tradicional” e “ideal” não se sustenta na contemporaneidade (e nem deve se sustentar), pois a família não mais se baseia unicamente em um modelo rígido patriarcal, ela se organiza de formas diferentes e independente de suas configurações, sua importância na vida psíquica do sujeito é singular e o faz humano.

Acerca do cenário contemporâneo, a perspectiva agambeniana é quem nos fornece uma discussão para analisá-lo. O contemporâneo é o intempestivo, o que muda repentinamente, de forma inesperada, e caminha aliado à imprevisibilidade do tempo e inacessibilidade. É este o cenário no qual compreendemos a família e a parentalidade, bem como as nuances que derivam dos termos.

Já a parentalidade e a família, abordaremos sob o enfoque da psicanálise, nos conduzindo inicialmente em relação ao termo parentalidade (*parentalité*), introduzido por Paul-Claude Racamier (1961) na literatura psicanalítica francesa nos anos 60 como um neologismo, e tendo sido utilizado para nomear o exercício das funções dos pais em

relação aos filhos, passando a ser usado no Brasil a partir da década de 1980 (Gorin *et al.*, 2015).

Neste trabalho, tal termo é utilizado a fim de compreender o papel desempenhado pela figura materna e paterna (e/ou quem faz o exercício das funções de cuidados com os filhos), como sendo os responsáveis pela formação de um outro sujeito. Sujeito este que antes mesmo do seu nascimento, na vida intrauterina, já é banhado pelo desejo e inconsciente familiar, que se constitui na relação com um outro objeto que lhe garante não somente a sobrevivência a partir da satisfação das necessidades básicas – como a amamentação, por exemplo – mas também por meio dos aspectos culturais, do vínculo afetivo materno que concretiza a sobrevivência psíquica da criança e suas primeiras experiências de satisfação.

Entendemos que as figuras parentais (e também a família, em geral) são as primeiras relações fundamentais para a constituição psíquica do sujeito. São tidos como os primeiros vínculos libidinais que auxiliam na estruturação do Eu e, por conseguinte, na formação de sua neurose. Nesse sentido, os pais passam a ser considerados modelos de identificação e de referência para a atuação que o sujeito poderá vir a estabelecer no mundo através de suas vinculações com outros objetos.

Derivando ainda da subjetividade algo da fronteira entre o psíquico e o somático, temos o campo pulsional. Sendo assim, para que haja o processo de constituição psíquica do indivíduo, é necessário igualmente a presença de um outro objeto para lhe dar um lugar de existência e se constituir enquanto sujeito. Dessa forma, entendemos que a primeira relação objetal com o outro se daria primeiro com a figura materna ou seus substitutos, e mais tarde a criança estabelecerá uma representação global da mãe ou de seus substitutos como sendo o objeto de sua satisfação.

Portanto, a relação estabelecida com os objetos em períodos pré-genitais, como na amamentação, prepara o caminho para as relações vinculares posteriores do sujeito, nas quais,

(...) ao longo de todo o período de latência, a criança aprende a amar outras pessoas – que a ajudam em seu desamparo e satisfazem suas necessidades –, inteiramente segundo o modelo e em prosseguimento da sua relação de lactante com a nutriz. (Freud, 1905/2016, pp. 142-143)

Assim, a relação da criança com a figura materna pode ser compreendida tal qual um molde para os relacionamentos posteriores, ou seja, o outro se coloca na constituição do sujeito com lugar de significância. A relação do sujeito com seus objetos, desde a mais

tenra infância, o leva a constituir-se enquanto ser em uma continuidade das relações. A constituição do sujeito ocorre a partir dos processos de identificação que realiza, como aquele com as figuras parentais, denominada identificação primária; e posteriormente com os ideais culturais vigentes. Neste processo identificatório, o eu alcança e incorpora determinadas características do objeto e não a sua totalidade.

Para Freud (1923/2011), a identificação com o pai e com a mãe é uma das primeiras e mais importantes histórias de identificação com o objeto que o sujeito efetua. Diante disso, o autor afirma que “os efeitos das primeiras identificações efetuadas na mais primitiva infância serão gerais e duradouras” (p. 45).

Segundo Veludo e Viana (2012), a parentalidade em Freud traz a marca do investimento narcísico nos filhos como uma forma de realizar o filho idealizado, permitindo aos pais vivenciarem um estado de completude ao qual renunciaram através do contato com o princípio de realidade. Esse investimento somente se torna possível por meio de uma relação de objeto com a criança – o que, de certa forma, afasta a libido do ego e por isso exige também certa renúncia. Já o investimento narcísico secundário se caracteriza como uma retirada do investimento libidinal anteriormente dirigido a outros objetos, passando agora se direcionar ao eu, que se coloca no lugar idealizado

Sobre o investimento libidinal realizado no próprio eu (narcísico), e o investimento que é depositado em outros objetos (objetal), a obra *Introdução ao Narcisismo* (1914-1916/2010) de Freud se faz fundamental. Nesta obra, o autor trata o termo narcisismo como o responsável por designar a conduta do indivíduo e seu próprio corpo, tendo este primeiro (o indivíduo) percebido o segundo (seu corpo) tal qual um objeto sexual, permeado de perversão.

Desta forma, os investimentos libidinais podem ser direcionados ao próprio eu (libido narcísica) ou aos objetos. E ainda, quanto mais se emprega um, mais o outro empobrece. Nesse sentido, entendemos que os pais realizam o investimento libidinal no bebê depositando nele suas fantasias e idealizações, abandonando por um período o próprio eu para a irrupção do narcisismo primário do filho.

Aliado a isso, Freud (1914-1916/2010) aborda também os investimentos realizados pelo sujeito, por exemplo, o narcisismo primário, no qual todo o investimento do bebê é voltado para o próprio corpo sendo tomado como objeto de satisfação e amor; ou narcisismo secundário, que se apresenta direcionado a outros investimentos objetais, dos quais retira a libido para o próprio ego.

As figuras parentais familiares têm a função de transmissão psíquica às outras gerações pela via narcísica, pela qual o filho, investido do narcisismo dos pais, recebe a transmissão geracional por meio da identificação, e com isso realizam a experiência do inconsciente. Freud (1914-16/2010) afirma que o sujeito é, em si mesmo, seu próprio fim, mas se encontra vinculado a uma corrente intergeracional como elo da transmissão familiar.

Esta configuração permite aos pais a tarefa de auxiliar o outro – que por sua vez, se constitui a partir dos moldes a ele direcionados – na constituição de um ego mais fortalecido, que não seja tomado totalmente pelo princípio de prazer, mas que ao buscá-lo obedeça ao princípio de realidade (Freud, 1917/1996). Nesse sentido, os filhos procuram nos pais modelos com os quais consigam se identificar. Quando da ausência de figuras parentais e/ou substitutivas, personalidades fragilizadas e carentes de elementos podem se edificar.

Estas teorizações nos permitem observar como a família tem papel primordial na organização psíquica do indivíduo, sendo um “lugar” marcado por influências provenientes da interação e convivência com os seus membros, e onde cada um desses ocupa posições distintas, cabendo aos pais, geralmente, o controle e a autoridade. Mas, também sabemos que as famílias passaram a se apresentar de formas diferentes no decorrer da história, e isso se justifica por estarem vinculadas ao movimento de mudanças e transformações que ocorrem na sociedade; mudanças de ordem social, econômica, cultural e subjetivas.

Diante disso, a estruturação da família e o desempenho dos papéis parentais também tiveram modificações consideráveis nas últimas décadas, tanto que, no decorrer da história da instituição familiar, têm sido objetos de muitas discussões. Podem se apresentar questões sobre os lugares que cada membro passar a ocupar na família contemporânea, no declínio da autoridade, no lugar das mulheres em sua tripla jornada (enquanto mãe, mãe-solo, mulher e profissional do mercado de trabalho), no livre exercício da sexualidade, nas novas configurações de família e recomposições conjugais, entre outros.

São inúmeros os questionamentos sobre como a família vem se apresentando e as mudanças que estão se sucedendo neste cenário. Diante de um período de intensas e incessantes mudanças e, mais do que nunca, cujo imperativo se dá mais pelas dúvidas que certezas (Agamben, 2009), os campos de discussões sobre como deve ser a família ideal ganham sustentação no meio teórico, e a busca por um modelo ideal se faz presente.

Nos dias de hoje, este fenômeno se apresenta de uma outra maneira, mais evidente, de tal forma que percebemos o auge da angústia parental somada a uma assustadora insegurança na condução do seu exercício. São estes os discursos que nos servem como referência para a discussão dada a seguir.

A investigação sobre a parentalidade e a família na contemporaneidade tem encontrado nos pais da atualidade características partilhadas, principalmente a partir do que se encontra disponível na literatura selecionada. No exame dos textos realizado, foi observado que a atitude de muitos pais pode ser uma maneira de responder às exigências que reverberam em sintoma, tais como a passividade, permissividade, superproteção, falta de autoridade, ou mesmo uma falta de orientação para o uso do meio virtual – sendo este último um fenômeno “relativamente” novo que se apresenta a cada dia como um possível acesso ao “mundo”.

Quanto ao uso das tecnologias que cresce de modo vertiginoso, realmente caberiam as orientações dos pais quanto ao uso seguro dos filhos em relação à exposição narcísica que é feita na rede virtual, uma vez que nela os filhos encontram uma realidade ilusória capaz de ser investida de energia libidinal, se privando de vivências do mundo real em detrimento do virtual.

Embora a rede mundial de computadores, a internet, não tenha sido apontada por Adorno (1993) – autor da teoria crítica na qual também nos fundamentamos mais adiante – o autor já nos alertava sobre a ocupação da Indústria Cultural, em que os pais e a família, de modo geral, passariam a se apoiar nos meios de comunicação de massa, no poderio da publicidade e da tecnologia a fim de se autorizarem. Portanto, a tecnologia é compreendida por ele como “uma relação de domínio” sobre o psiquismo dos indivíduos através da manipulação.

Adorno (1993) também aponta a destruição e o declínio da força dos pais advindo da sociedade mercantil, globalizada e anônima. Em suas palavras:

A relação com os pais começa a mudar de forma triste e sombria. Devido à sua impotência econômica, perderam eles o seu aspecto terrífico. Mas, hoje, encontramos-nos perante uma geração pretensamente jovem que, em cada um dos seus impulsos, é insuportavelmente muito mais adulta do que o foram os pais; que, antes de ocorrer o conflito, já abdicou e, obstinadamente autoritária e imperturbável, daí extrai o seu poder.

(...) Talvez em todas as épocas se tenha visto a geração dos pais como inofensiva e impotente quando a sua força física declinava, enquanto a própria parecia já

ameaçada pela juventude: na sociedade antagonista, a relação entre as gerações é também uma relação de concorrência, por detrás da qual se encontra a nua violência. Hoje, porém, começa a regredir para uma situação que, decerto, não conhece nenhum complexo de Édipo, mas o assassinio do pai. (Adorno, 1993, p. 10)

Para o autor, na sociedade mercantil ocupada pela indústria cultural, os pais declinaram de maneira econômica e física, e isso ocorria de tal forma que eram retirados do seu lugar enquanto autoridades (Adorno, 1993). Nestes moldes, deu-se início à constituição de uma juventude que por não conhecer o complexo de Édipo, cometia o assassinato do pai.

Com isso, queremos dizer é que essa geração referida por Adorno já começava a apresentar a necessidade de concorrer, de equiparar-se e de ocupar o lugar do pai efetivamente e não simbolicamente, levando à destituição do lugar de autoridade, retirando o pai e o eliminando para não se ver com o Édipo. O assassinio do pai é parte do Édipo, seja o de Sófocles ou o de Freud (1912-13/2012).

Sabemos que o suposto assassinato do pai é parte do Édipo conforme Freud nos afirma em *Totem e Tabu* (1912-13/2012), pois mesmo diante do parricídio, a sua lei continua existindo, auxiliando e fundando a passagem do lugar de sujeito da natureza para a cultura. Entretanto, Adorno (1993) possui uma compreensão acerca do Édipo, de que “não se conhece nenhum complexo de Édipo, mas o assassinio do pai” (p. 10), pois os indivíduos agem sob o ímpeto de seus impulsos, sem repressão.

Para Adorno e Horkheimer (1973), a família é uma das mais antigas instituições sociais, se desenvolvendo inicialmente como uma relação espontânea e natural. Segundo os autores, essa instituição assegura o processo de socialização e a experiência formativa do indivíduo. A família, portanto, atua como mediadora entre o indivíduo e a sociedade, mas com as transformações que estão ocorrendo, como o desenvolvimento do capitalismo, a autoridade familiar parece em certa medida destituída.

A crise da família adquire também o aspecto de prestação de contas, não só pela opressão brutal que sofreu a mulher, mais débil, e depois os filhos, por parte do chefe da família, até ao limiar dos novos tempos, mas também pela injustiça econômica que se praticava, pela exploração do trabalho doméstico numa sociedade que, em tudo o mais, obedecia às leis de uma economia de mercado. (p. 140)

Segundo os autores, a crise da família representa a fragmentação da humanidade que atualmente é “tão pouco temida quanto amada” (p. 140). Na sociedade industrial, mesmo em uma multidão, o indivíduo se encontra e se sente sozinho, pois não encontra a figura do pai como referência e tende a buscar pela figura de um pai que tenha mais força e poder, um super-homem elaborado pelas ideologias totalitárias que tenha como desígnio a opressão do indivíduo inclusive aos poderes coletivos.

De acordo com Adorno e Horkheimer (1973), em virtude da impotência econômica da perda da propriedade, do lugar de pertencimento e da notoriedade, a autoridade do papel dos pais é enfraquecida e até mesmo transferida. Nesse sentido, os indivíduos encontram em outras instituições capitalistas modelos de identificação que ilusoriamente fornecem amparo material, satisfação narcísica e autorização de agir violentamente com o outro que lhe aparentar ameaça.

Essas considerações supracitadas nos permitiram lançar mão da constituição psíquica do sujeito, entendendo sua realização a partir da relação com um outro objeto. É por meio do vínculo com o outro objeto que o indivíduo se desenvolve e se identifica; processo geralmente realizado no seio familiar. As relações familiares e as funções parentais, tais como se apresentam na contemporaneidade, foram construídas ao longo da história a partir das transições ocorridas nos âmbitos cultural, econômico, político e social.

Deste modo, o objetivo aqui consiste em realizar um exame de textos dos autores que trabalham a temática, apresentando questões e problemas sobre os discursos que se mantêm sobre parentalidade e família. A finalidade é desenvolver uma análise somada a hipóteses, em que seja possível trazer à tona discussões essenciais, como a tentativa das famílias e dos pais atravessarem as transformações que permeiam o seu exercício, mas ainda recorrerem à família dita “tradicional”, “ideal”, se baseando no modelo patriarcal – possível resultado de um forte apelo dos discursos que se fazem correntes.

O trabalho que aqui se apresenta está dividido em quatro capítulos, construídos a partir de um exame de textos inicial sobre o tema, realizado em *sites* ligados Universidades, revistas científicas e bancos de dados, tais como: *Pepsic*, *Google Acadêmico*, *SciELO*, Portal de Periódicos de teses e dissertações *CAPES*, *Revistas Científicas*. Nos campos de pesquisas foram utilizados os descritores/palavras-chave: família, família psicanálise, parentalidade, família contemporânea. Somado a isso, materiais teóricos foram selecionados, como algumas das obras clássicas de Sigmund Freud, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer com o intuito de elaborar reflexões de

cunho psicossocial, priorizando esse movimento sujeito-social, bem como contribuindo para uma análise mais crítica sobre a sociedade contemporânea e a família.

Foram levantados textos psicanalíticos sobre a família contemporânea, em que referenciamos autoras psicanalistas brasileiras, com destaque para dois grandes nomes, Maria Rita Kehl e Vera Iaconelli, além de outros autores essenciais, como a autora Elizabeth Roudinesco e as considerações de Michel Tort, com as quais dialogamos ao final do trabalho.

A escolha pelos autores consultados que tratam da família contemporânea, para além de expoentes da temática, se realizou por serem, de certo modo, “líderes” de opinião, representantes de um pensamento e também dos estudiosos de psicanálise contemporânea *lacaniana* ou não. São autores um tanto midiáticos que abrangem outros grupos que não somente profissionais da área da psicologia, psicanálise, mas o público de modo geral.

Autoras como Kehl, Iaconelli e Roudinesco contribuem significativamente para a discussão da parentalidade e família pelo viés psicanalítico, e igualmente são reconhecidas, no sentido de que suas teorias “arrastam” o pensamento de uma considerável parcela de leitores, através dos seus escritos em artigos, obras, redes sociais, canais no *Youtube*, jornais. Suas obras ensejam grandes contribuições, mas podem nos levar a algumas “armadilhas” ou descobertas. Por um lado, os autores se dizem modernos, abertos ao novo, às novas configurações de família e às subjetividades contemporâneas; mas, por outro lado, apresentam uma base de pensamento enrijecida, conservadora, com indicativos de nostalgia e amor ao passado, onde os contornos de família e a hierarquia eram mais delineados (Roudinesco, 2003). Com isso, acabam recaindo no desejo de cultivar o que se teve, ou melhor, no saudosismo da era perdida.

Frente às inúmeras transformações do mundo contemporâneo, a família acaba sendo uma entidade sensível às mudanças, o que reflete em angústias e dificuldades em aceitar o novo, surgindo o desejo do retorno à família “estruturada”, “ideal” que se imaginou ter existido e que traz a sensação de segurança novamente.

Diante disso, o percurso do presente trabalho contempla a seguinte exposição: no primeiro capítulo intitulado “Concepções de parentalidade e a família”, apresentamos um pequeno resgate histórico, sociológico e psicanalítico da parentalidade e da família, de como ela se engendrou ao longo das transformações históricas, econômicas e sociais. Caminhamos desde o denominado modelo da família tradicional patriarcal à família vigente contemporânea, trazendo também as especificidades da família no contexto brasileiro.

No segundo capítulo, “A família e a psicanálise freudiana”, focamos em uma exposição psicanalítica nos pautando nos escritos freudianos desde a família primeva, que sustenta a gênese da família e as origens da civilização. Também realizamos a interlocução com a teoria crítica presente em Adorno e Horkheimer e Poster, que apresentam a família enquanto instituição que assegura o processo socializador.

No terceiro capítulo abordamos as “As subjetividades na contemporaneidade”, em que o propósito foi explicitar o cenário contemporâneo e suas particularidades na era de valorização da imagem, exibicionista, autocentrada, esvaziada das trocas inter-humanas, da onda de conservadorismo. Tal conjuntura, junto à parentalidade e família, foram alvos de nossa análise, uma vez que as subjetividades têm sido atravessadas pelos elementos presentes nesse tempo.

No quarto capítulo, intitulado “A idealização da família para a psicanálise e o retorno às discussões atuais”, a partir de nossas análises e discussões, levantamos os papéis que a família têm assumido em meio aos desafios presentes e à dívida com a família nuclear conjugal do passado. O capítulo se subdivide em categorias temáticas como: “Nostalgia de outrora - O Paraíso Perdido”; “Psicanálise e seu olhar conservador sobre a Família - O desejo ao retorno da ‘família estruturada’”; “As modificações nos âmbitos econômico, social e moral sentidos como ameaça à ‘família estável’”.

Por fim, questionamos quais poderão ser os destinos da família em meio às mudanças que ocorrem em sua história, o que há na família que a mantém existindo? As análises nos permitem compreender que a família continua sendo o primeiro lugar de contato com o mundo e o principal espaço de identificação e transmissão das relações do sujeito. Mas, de que forma esse discurso se elabora?

Os caminhos metodológicos

A psicanálise articulada ao social como método de análise de pesquisa vem ampliar a perspectiva de entendimento, identificando as transformações histórico-sociais às quais os sujeitos se encontram submetidos, e procurando compreender os novos mal-estares e sofrimentos.

A discussão sobre o conceito de parentalidade é uma atividade de pesquisa intrínseca a vários campos do saber, como da Sociologia, da Antropologia, da Psicanálise e da Psicologia, permitindo diferentes leituras e interpretações sobre a questão proposta. Neste estudo, temos como norte a psicanálise articulada ao social, com o intuito de fazer

um exame de textos dos autores e analisar as perspectivas apresentadas por eles, como as transformações histórico-sociais na configuração familiar e os desdobramentos das mudanças em razão das sucessivas mutações, as quais continuam a existir apesar das modificações, sendo o lugar inicial da constituição psíquica do sujeito.

Este trabalho é uma pesquisa teórica voltada para o exame de conceitos e análises acerca da constituição das funções e vinculações parentais na contemporaneidade, e a necessidade do retorno à família “estruturada”. A fim de conduzir metodologicamente o que se sugere, empregamos o levantamento bibliográfico, a leitura de material de autores selecionados que trabalham a temática, o fichamento dos textos selecionados, a organização lógica do assunto, a redação do texto final, a comunicação dos resultados em eventos e a publicação de um artigo científico.

1 Conceções de Parentalidade e Família

São inúmeras as transformações que ocorrem na família, em suas formas e modos de criação e cuidados dispensados aos filhos. Entendemos que se faz necessário o resgate histórico das formas de ser pai e de ser mãe, abarcando as distinções da parentalidade nos períodos da história até chegar ao período atual, onde se analisa o cenário contemporâneo.

Esse resgate histórico nos ajuda a entender o conceito de parentalidade, a fim de alcançarmos a ideia de como ele foi sendo engendrado ao longo das transformações históricas. Do declínio gradual do patriarcado às mudanças nos grupos familiares, das posições e papéis dos membros que compõem e ocupam o lugar de investimento libidinal deste outro que se forma e se subjetiva sob os cuidados biológicos e psíquicos é que este capítulo trata.

Variadas foram as transformações que ocorreram na evolução da família ocidental, bem como das figuras parentais que derivam desse modelo. Tais figuras são parte da família, não o seu todo (Roudinesco, 2003). Rousseau (1999, citado por Roudinesco, 2003), em sua obra *O Contrato Social*, afirma que “a família é a mais antiga [instituição] de todas as sociedades e a única natural” (p. 31). Nela, os filhos permanecem ligados ao pai somente o tempo que precisam deles para que preservem a si próprios.

Ao cessar tal necessidade, o laço natural se desfaz; continuam unidos, não mais naturalmente, e sim voluntariamente, já que pais e filhos ingressam todos igualmente na independência. Nessa configuração, a própria família só se mantém por convenção. Ela é, antes de tudo, “(...) o primeiro modelo das sociedades políticas; o chefe é a imagem do pai, o povo é a imagem dos filhos, e todos, tendo nascido iguais e livres, não alienam sua liberdade senão por necessidade pessoal” (Rousseau, 1999 citado por Roudinesco, 2003, p. 31).

De modo breve, são três os grandes períodos da família, defendidos por variados autores, e que, de certa forma, estão em diálogo com o período ao qual esses modelos de família se encontravam.

1.1 A família: historicidade e antropologia

Para iniciar o percurso sobre a história da família, partimos da obra clássica de Philippe Ariès, *História Social da Criança e da Família* (1978), entendendo os desdobramentos de seu olhar e o núcleo para o qual suas pesquisas se fundaram. Ariès

nos apresenta a criança na sociedade e na família a partir da Idade Média, nos auxiliando a ampliar a compreensão sobre a família como um todo. O historiador foi pioneiro no trabalho em analisar a criança e o espaço dela na organização familiar, nos levando a entender um pouco sobre o sentimento dos adultos – pais – em relação à criança, e as relações familiares da época, culminando nas mudanças da família ao longo da história.

De acordo com Ariès (1978), por volta do século XII – período da Idade Média – a sociedade tradicional não enxergava a criança e o adolescente. A primeira era tida como um pequeno adulto, que convivia e partilhava dos trabalhos e jogos junto das pessoas mais velhas. Rapidamente essa criança que parecia passar brevemente pelos estágios do desenvolvimento humano se transformava de modo súbito, conforme as exigências da época, em um jovem adulto.

A criança, portanto, era afastada dos pais precocemente para se tornar adulta, sendo a educação e a socialização adquirida pela aprendizagem na convivência com outros que não seus pais. Nessa época, a convivência com a família era mínima se comparada aos dias de hoje, de modo que não havia tempo para vivências consistentes ao lado dos pais, onde fosse possível construir algum tipo de laço afetivo maior (Ariès, 1978).

Ariès (1978) afirma que a família não tinha função afetiva, mas isso não significava ausência de amor, antes o fato de o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos não ser necessário para manter o funcionamento do equilíbrio familiar. As trocas e as comunicações sociais eram realizadas fora da família, a partir de vizinhos, amigos, criados, adultos, crianças, mulheres e homens em uma interação livre.

O final do século XVII trouxe consigo algumas transformações, dentre elas uma transformação significativa no lugar que a criança e a família ocupavam. Na sociedade industrial, a educação e a aprendizagem começaram a ser valorizadas, e logo a noção dos adultos sobre o que era criança começou a se desenvolver, possibilitando um tratamento mais condizente com os períodos de seu desenvolvimento.

Essas mudanças em relação à separação das crianças dos adultos ganharam força através dos reformadores católicos, dos protestantes ligados à Igreja, das leis e do Estado, os quais passaram por um movimento de preocupação com a moral e com as normas. No entanto, a família também teve a sua parcela para a promoção da mudança no tratamento das crianças, passando a demonstrar a afeição que possuíam em relação aos cônjuges, aos pais e aos filhos. O sentimento de preocupação com a infância passou então a se expressar pelo lugar que a educação começava a ocupar.

No final do século XVIII, a interação livre e as idas às casas dos vizinhos, amigos e sócios foram se findando, gerando uma consequente separação mais evidente na habitação da casa, da vida privada e da vida social e profissional. Essa reorganização levou a um novo formato de família, onde pais e filhos tornaram-se um grupo mais fechado, sem as intrusões do social e dando vistas ao surgimento posterior da família moderna.

Nesse contexto, entre os séculos XIX e XX, as mudanças se davam na organização da família e ressoavam diretamente no tratamento à criança, onde não se tratava mais apenas de estabelecer os filhos em função dos bens e honra. Nesta configuração, os pais se interessavam de fato pelos seus estudos e demonstravam certa dedicação. Foi assim que a criança passou a ter certa notoriedade e a ser reconhecida enquanto um sujeito.

Tendo isso em vista, compreendemos que a família, no período medieval, girava em torno do direito à propriedade. Em Ariès (1978) ela aparece ligada ao conceito do *pater familia*, responsável por administrar a propriedade e organizar o trabalho a partir da mão de obra dos filhos. A propriedade era mais valiosa que o afeto. No mesmo momento, a relação das crianças com os adultos passou a ser tida como uma relação de pares, em que elas eram vistas como eles. Assim, eram tomadas como instrumentos de trabalho a fim de garantir a manutenção do patrimônio familiar.

A construção da afetividade familiar como a entendemos hoje, teve seu início por volta do século XVII, a partir de agentes externos. Mesmo recebendo esse olhar sensível da família, a criança ainda não ficava no centro, mas já obtinha o direito de ser quem se era, ou seja, criança. No mesmo período, a vivência da infância se ligava à classe social, bem como à herança de bens. Antes, os pais voltavam-se para os interesses coletivos no que diz respeito ao pertencimento de uma linhagem familiar, com o objetivo de herdar os bens patrimoniais que lhes eram direito. Embora a criança hoje tenha seu lugar afetivo na vida familiar, as mudanças histórico-sociais tendem a impactar a sua existência.

Ariès (1978) também aponta que as diferenças de uma época a outra somente poderiam ser vistas depois de observadas as semelhanças com o tempo em que se vive. Seus estudos sobre a criança e a família foram produzidos embasados em análises de obras de arte realizadas entre os séculos XIII e XVI, resultando na ideia de que o conceito de infância e família são uma construção social que se vincula às relações de produção do homem. O amor pela criança na Idade Média, segundo o historiador, era sincero, mas, o não amor era como uma forma de defesa contra a ocorrência de uma numerosa mortalidade infantil.

Também encontramos as afirmações de Claude Lévi-Strauss (1983), pensador francês, que além dos estudos de um determinado período da sociedade sobre a família (como no caso de Ariès), propôs uma teoria sobre a própria condição do humano no cerne da instituição familiar, delimitando a fronteira entre natureza e cultura, que fazem parte da vida humana.

Lévi-Strauss (1983), seguindo uma condução antropológica, caracteriza a família a partir de uma análise que contempla a separação do estado de natureza e cultura. Segundo o autor, a família precisa se desfazer para que exista a sociedade, ou seja, para que os membros de uma família possam reconhecer outros laços além dos consanguíneos.

A princípio, a concepção de família proposta por Claude Lévi-Strauss (1983) parte do comparativo da família entre diferentes povos – debate este que veio a gerar controvérsias, afinal, os povos “primitivos” viviam uma vida considerada promíscua, e naquele momento não poderiam conceber o funcionamento requintado da vida social que pertencia unicamente à civilização.

Em suas palavras: “cada costume diferente dos nossos ilustra uma das etapas percorridas pela humanidade desde a sua origem até nossos dias atuais” (Lévi-Strauss, 1983, p. 70). Gradualmente, os costumes e o funcionamento da humanidade foram se modificando, reverberando na vida civilizada atual e, por consequência, refletindo na família.

Para Lévi-Strauss (1983), “a vida familiar está presente em praticamente todas as sociedades humanas, incluindo aquelas cujos costumes sexuais e educativos diferem dos nossos”. (p. 71). A família, então considerada um fenômeno universal, pressupõe uma aliança de um lado (o casamento) e a filiação de outro (os filhos).

Além disso, Lévi-Strauss (1983) enfatiza a universalidade da família baseando-se em uma concepção naturalista de diferença dos sexos, tal como mostra em seu estudo. O que deveria, posteriormente, adicionar como mais uma condição necessária à criação da família, sendo esta a existência prévia de: “duas outras famílias, uma pronta a fornecer um homem, a outra, uma mulher, que por seu casamento farão nascer uma terceira e assim indefinidamente” (p. 88).

No mesmo momento, as discussões em torno da família seguiam uma linha naturalista. Nesse sentido, não havia uma discussão tal como a atual, em que a concepção de família fosse baseada especialmente na união de pessoas independente das diferenças dos sexos, podendo ser um conjunto de pessoas que convivem juntas pela construção dos laços afetivos através da identificação.

Roudinesco (2003), apoiando-se em Lévi-Strauss, apresenta duas linhas concebíveis ao abordar o fenômeno familiar; uma sociológica, histórica ou psicanalítica, pela qual se destaca a verticalidade das filiações e das gerações entre os pais e os filhos, bem como na transmissão dos saberes e das atitudes herdadas de uma geração à outra. Já a outra, mais antropológica, na qual pressupõe a descrição horizontal, estrutural ou comparativa das alianças, dando ênfase à afirmação de que cada família provém da união de outra, rompendo duas outras famílias.

Claude Lévi-Strauss (1983) afirma que:

O que diferencia realmente o homem do animal é que, na humanidade, uma família não seria capaz de existir sem sociedade, isto é, sem uma pluralidade de famílias prontas a reconhecer que existem outros laços afora da consanguinidade, e que o processo natural da filiação somente pode prosseguir através do processo social da aliança. (p. 88)

Como mencionado por Lévi-Strauss (1983), os laços seriam provenientes de uma prática de troca, resultando na configuração dos laços matrimoniais entre os grupos sociais, principalmente a circulação das mulheres e a necessidade da proibição do incesto, de forma que as famílias pudessem “se aliar unicamente umas às outras, e não cada uma por sua conta, consigo”. (p. 88). A proibição do incesto estabelece que os membros da família não podem aliar-se uns com os outros sexualmente.

Deste modo, a constituição da família se assenta não só mediante a ordem biológica de diferença anatômica, mas também sobre o princípio da interdição do incesto, ligado a uma função simbólica responsável por garantir a passagem da natureza à cultura e marcar a diferença dos animais e do homem.

Em seu fundamento natural, a família precisa se desfazer para que exista a sociedade, ampliando a possibilidade de outros grupos sociais e rompendo com o isolamento posto pela consanguinidade. Lévi-Strauss (1983) afirma que a família no terreno da cultura revela o mundo social, e tem nas relações sua forma de atuação na sociedade.

A instituição do tabu do incesto, chamada primeira regra, é que faz o ser de fato humano (Lévi-Strauss, 1983). Tal ideia coincide com o pensamento de Freud, que por sua vez, verifica a passagem do fato natural da consanguinidade para o fato cultural. Deixar a família consanguínea é uma regra que se impõe com o tabu do incesto para a abertura, para as trocas e para a comunicação com o outro.

Em suma, as relações familiares têm como objetivo instituir a comunicação, assim como qualquer outro funcionamento de sistema social. Isso ocorre porque o sujeito se constitui e se define em relação ao outro, afirmando a importância da linguagem como condição de possibilidade do pensamento, sobretudo da família (Lévi-Strauss, 1983).

Eis, portanto, como fundamento do pensamento de Lévi-Strauss sobre as relações familiares, a necessidade de romper os laços de consanguinidade. Nesta configuração, a família e sua aliança com outros grupos são tidas como uma das formas de fundar o social, o mesmo vale para a proibição do incesto e outros interditos que se desenvolveram ao longo da história das gerações.

Sendo assim, tal como Freud apontava, para edificar a cultura e a socialização é necessária a repressão e a censura ao aspecto instintual pela lei do tabu do incesto, garantindo, com isso, a saída do estado de natureza para a civilização.

De acordo com Roudinesco (2003), historiadora e psicanalista francesa já citada neste trabalho, além da visão antropológica, é relevante resgatar a história da família no Ocidente para compreendermos as transformações que a caracterizaram e culminaram na nova realidade. A autora confere ao momento a desordem da atualidade, pela qual é possível imaginar o futuro.

A palavra família remete a diferentes realidades e períodos. Em seu sentido mais geral, diz respeito a um agrupamento humano ao qual os indivíduos se encontram vinculados pelos laços biológicos ou afetivos, isto é, por meio do casamento e da filiação. Roudinesco (2003) aponta para as inúmeras transformações que ocorreram no campo da família, com ênfase em três grandes períodos que circunscrevem sua história ocidental: a família tradicional, a família moderna e a família contemporânea. Intervalos de séculos distanciam uma da outra, e cada qual apresenta em seu interior suas próprias características.

Na família “tradicional”, as pessoas eram submetidas a uma autoridade parental – momento em que os casamentos passaram a ser arranjados pelos pais ainda em idade precoce, a fim de lograr a transmissão de patrimônios. Depois, a família “moderna”, compreendida entre os séculos XVIII e XX, pautada no amor romântico e reciprocidade afetiva; também nesse momento ocorreu a valorização da divisão do trabalho entre os pais e atribuição da autoridade dividida entre todos, inclusive com o Estado. O terceiro e último período, o da família “contemporânea” ou “pós-moderna”, passa a ganhar contornos a partir da década de 1960; neste modelo, a união entre dois indivíduos que buscam relações íntimas e/ou sexuais se faz presente, e a autoridade parece mais incerta,

visto que os divórcios começaram a aumentar e dele derivaram recomposições conjugais, afirma Roudinesco (2003).

Para Roudinesco (2003), ainda que mudanças substanciais estejam ocorrendo no arranjo familiar, a família permanece sendo uma estrutura organizadora que proporciona amparo e segurança aos seus membros, se sustentando tal qual um espaço fundamental para as trocas afetivas e transmissão simbólica.

Também em sua discussão, temos que a ordem familiar econômico-burguesa anterior à família contemporânea se assentava em três fundamentos, sendo a autoridade do marido, a subordinação das mulheres e a dependência dos filhos. O patrimônio representado pelo pai é a tradução do seu exercício simbólico, e somente quando da morte deste é que os herdeiros têm acesso. Nesta lógica, os filhos repetem o destino dos pais; enquanto as filhas repetem o caminho das mães (Roudinesco, 2003).

Cada um destes períodos e família(s) apresentam características únicas, mas, há algo em comum que se mantém no cerne da apresentação de família verificada por Roudinesco: a visão patriarcal. Percebemos que o domínio do patriarca impera não somente na família tradicional, ele se perpetua ainda no contemporâneo. A própria autora, ao falar sobre a família moderna, traz a função da autoridade dividida entre as figuras pai e mãe, mas o Estado ainda como responsável. Ao se debruçar sobre o contemporâneo, a autora fala da passagem da autoridade enquanto incerta pelas transformações familiares, paridade entre mãe e pai, etc., ou seja, uma visão pela qual o masculino ainda é considerado o gestor da família e detentor do maior poder sobre suas decisões.

Ao ampliarmos um pouco mais sobre a família contemporânea (ou pós-moderna), podemos compreendê-la como possuidora de várias novas características. A multiplicidade dos arranjos familiares se configura em uma delas, a permitir que se formem famílias monoparentais, isto é, aquelas onde a criança é criada por um único adulto; famílias multiparentais ou pluriparentais, em que a criança recebe os cuidados por mais de dois adultos em famílias recompostas após um divórcio ou por outros arranjos; e as homoparentais, nas quais a criança é cuidada por pelo menos um adulto homossexual. Assim, a leitura histórica, social e cultural sobre a família é uma das formas de revelar os alicerces que a edificaram, de modo a nos levar à compreensão dos seus principais marcos, inclusive aqueles que ainda perduram atualmente.

A Teoria Crítica de Poster (1979) também busca elucidar a família ao longo da história, abrangendo desde o século XVI ao XIX. Ao abordar a família aristocrática e a camponesa dos séculos XVI e XVII; e a família proletária e a família burguesa do século

XIX, ele analisa as características e as estruturas emocionais de acordo com as condições sociais e o contexto histórico.

Na família aristocrata, os bens e as terras provinham do monarca, que residia em um castelo junto à família, parentes, agregados e criados. A privacidade não era valorizada, já que não havia separação entre os cômodos. Sendo assim, o sexo não era privado ou secreto para as crianças que, por vezes, eram estimuladas por brincadeiras desta ordem. Nesta configuração, a domesticidade, as condições sanitárias e os cuidados maternos não eram considerados, sinalizando um alto índice de mortalidade infantil. A relação de parentesco se dava pela linhagem, sendo o casamento uma forma de manutenção das propriedades familiares. A hierarquia entre os membros era estabelecida de modo a atribuir ao homem o papel destinado à guerra, enquanto à mulher era designado o papel ligado ao social. Os cuidados com os filhos eram realizados pelas amas de leite, portanto, a identificação e a vida emocional contemplavam outras figuras que não propriamente os pais. A obediência à autoridade hierárquica construía um senso de normas morais e sociais (Poster, 1979).

A família camponesa apresentava mais similaridades com a aristocrata do que com a burguesa propriamente dita. Sua forma de organização social, segundo Poster (1979), era uma aldeia onde todos se relacionavam a partir de laços de dependência. Os laços emocionais e a autoridade se estendiam pela rede de parentes e aldeões, de forma que as crianças não dependiam apenas dos pais. A aprovação das ações se baseava no parecer de toda a comunidade, a mulher trabalhava no campo com o homem e as crianças se familiarizavam com as práticas sexuais desde muito cedo, já que dormiam no mesmo quarto que os pais. As sanções, assim como na família aristocrata, eram impostas fisicamente, o que levava os filhos ao sentimento de vergonha.

Conforme Poster (1979), no período inicial da industrialização no século XIX, um outro tipo de família surgiu: a proletária, apresentada por ele a partir de três fases ou momentos. Em um primeiro momento, a família proletária tinha condições de vida muito precárias, cuja sobrevivência era garantida por meio do trabalho de todos os membros da família em fábricas, indústrias; até mesmo as crianças eram colocadas para trabalhar, resultando numa contínua taxa de mortalidade infantil em razão dos agravos à saúde física e ao desenvolvimento. Diferente da família burguesa no que se refere à divisão de atribuições laborais, as mulheres desempenhavam o trabalho tal como os homens. Por isso, as crianças eram criadas sem atenção, higiene e saúde, apesar de estarem sempre convivendo com adultos.

No segundo momento, em meados do século XIX, a família trabalhadora passou a demonstrar certa aproximação com a família burguesa, e isso em virtude da obtenção de melhores condições de vida resultantes do trabalho operário. Nesta configuração, a mulher passa a ficar um maior tempo em casa com as crianças.

A família operária no século XX, em seu terceiro momento, possui melhores condições socioeconômicas. Ao alcançar certa ascensão social, sai do subúrbio e a mulher passa a cuidar da casa e dos filhos, irrompendo a valorização da domesticidade e privacidade, a valorização da educação, preocupação com os filhos; a figura autoritária do pai também ganha destaque. Nesta nova configuração a autoridade sobre os filhos fica ao encargo dos pais, assim como seus cuidados e amor parental, se aproximando do funcionamento dos padrões emocionais da família burguesa: a ideologia do burguês sobre a vida familiar operária (Poster, 1979).

Para Poster (1979), a estrutura da família burguesa tem sua origem na Europa no início do século XVIII, trazendo novos padrões nas relações familiares, como por exemplo a separação da vida pública da vida privada, ou seja, a separação da residência e o local de trabalho, a divisão mais marcada dos papéis do homem e mulher, pela qual o homem passa a ser a autoridade máxima da casa, provedor financeiro, movido pela razão; e a mulher, por sua vez, responsável pela vida doméstica, pela casa e educação dos filhos, se submetendo totalmente à autoridade do homem. O centro do interesse da família se encontrava no progresso dos negócios do homem e na responsabilidade da mulher pela educação dos filhos, recaindo sobre a figura materna toda a responsabilidade por qualquer dificuldade ou problema apresentado por eles.

Novos fatores contribuíram para as melhores condições de vida, como os aspectos de higiene, cuja importância refletiu na queda da taxa de natalidade. Aliado a isso, a sexualidade também apresentou transformações, sendo o prazer sexual feminino exclusivo para a procriação. No que se refere às crianças, ao menor sinal de curiosidade os pais se mantinham-se vigilantes e ameaçavam realizar a castração a qualquer momento. O momento também revelou certa dependência dos filhos aos pais pelo temor e amor, já que a dependência se dava igualmente na ordem sexual, limitando a identificação dos filhos a essas figuras, já que não estabeleciam contato com ninguém até seu ingresso na educação (Poster, 1979).

A criança era ensinada sobre a vida emocional a partir do modo de suas condutas. Sendo assim, a depender da forma que agia, poderia ou não receber o afeto dos pais. O amor passa a ser então compreendido como o ato de se submeter às figuras de autoridade

parentais, o que levava os filhos a sentimentos ambivalentes de afeto em relação aos pais. A forma de condução da família burguesa levava à submissão dos filhos e das mulheres, sendo essa docilidade repetida nos demais contextos sociais da vida do indivíduo, suscitando na passividade e obediência, acriticidade e servidão ao sistema vigente (Poster, 1979).

A hipótese de Poster (1979) é de que a família burguesa não é o único modelo possível, mas um fenômeno historicamente distinto. Para tanto, ele demonstra a existência de diferentes formatos familiares que não seguem um mesmo desenvolvimento. Por isso não devemos partir apenas da redução da família para compreender as questões histórico-sociais, mas reconhecer a dinâmica emocional de cada uma.

Partindo dessas considerações, verifica-se o nascimento de novos arranjos e novas maneiras do funcionamento da família, sendo necessário um outro olhar sobre a família e o seu movimento, de modo a abordar o contexto sociocultural.

A família que apresentamos neste capítulo sob o aporte teórico dos autores mencionados nos mostra um panorama da família europeia, cuja conjuntura histórica, cultural e social se diferencia da família brasileira. A instituição familiar de modo geral como vimos neste contexto, se baseava na necessidade econômica de bens e propriedades, e sua constituição se estendia entre pais, tios, sobrinhos, vizinhos, sócios e escravos que eram submetidos ao patriarca. Embora saibamos que a família europeia tenha deixado “heranças” para a família brasileira, e isso até mesmo pela exploração e invasão sofrida desta última, existem pontos que as diferenciam.

1.2 A família no contexto brasileiro

A exposição que fizemos até aqui, trouxe considerações do que se entende por família no contexto europeu, havendo diferenças em relação ao cenário brasileiro. Com a finalidade de contemplar as especificidades das famílias, percebe-se também a necessidade de aprofundar os estudos sobre a história das famílias no Brasil e suas diferenças em relação à instituição familiar europeia, tornando mais consistente a temática.

Segundo Viana e Barros (2005), a compreensão da evolução histórica da família no Brasil deve percorrer o início da colonização, ou seja, da chegada dos portugueses no Brasil até os dias atuais. Ao chegar em terras brasileiras, a colonização organizou-se sob as bases de uma sociedade de estrutura agrária, escravocrata na exploração econômica,

mestiça de indígenas, de portugueses e negros em sua formação. Com os portugueses vieram os seus costumes e a imposição aos povos indígenas da moral católica, pois não aceitavam a cultura vigente e o modo como a vida era conduzida. Dessa maneira, uma grande mudança ocorreu na vida social, cultural e econômica dos indígenas, rompendo sua relação de equilíbrio com a natureza.

A imposição e influência dos portugueses na vida dos povos indígenas foi responsável pela degradação da sua diversidade cultural no Brasil. As condições de vida impostas pelos colonizadores – como a abolição do sistema comunal e da autoridade dos chefes e pajés, para citar alguns dos exemplos – contribuíram para a segregação e obstáculos desses povos (Viana & Barros, 2005).

Antes da colonização, as tribos indígenas se responsabilizavam por atividades como a caça, a pesca e a guerra. As mulheres eram incumbidas do cultivo da produção daquilo tido como necessário à vida, como a plantação, a comida e o cuidado das crianças. Seus animais não eram empregados no serviço de transporte de cargas, tampouco no doméstico. A poligamia era difundida, permitindo aos homens que se casassem com várias mulheres, de tal modo que as relações incestuosas ocorriam e o parentesco se dava unicamente por parte do pai, pois a mãe “somente” gerava a criança (Viana & Barros, 2005).

Os portugueses, não satisfeitos com a degradação dos indígenas, a fizeram também com os negros, deslocando-os de seu povoado e de suas culturas africanas, pois os enxergavam apenas como homens a serem caçados, tratados como objeto e mercadoria. O povo preto esteve presente em toda a vida colonial do Brasil, tendo suas culturas (de matriz africana) incorporadas na cultura brasileira de alguma forma, até porque os números de escravos cresciam cada vez mais e a comunicação com os portos africanos era constante (Viana & Barros, 2005).

Para além da transmissão da(s) herança(s) indígenas e africanas, houve também o domínio da família – e do que se entende por ela – e a construção aos moldes do império português, que veio ditar suas tendências com relação ao espaço cultural, econômico e político brasileiro como um todo. A relevância dada à família era tamanha, e a “(...) brasileira seria o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência” (Samara, 1989, n.p).

Este formato de família era marcado por algumas especificidades, como a ligação do patriarca/proprietário aos demais membros, sendo este o responsável pela conservação

da linhagem e da honra familiar, exercendo a sua autoridade sobre a mulher, os filhos e os empregados. Famílias que possuíam uma estrutura mais humilde, por exemplo, tinham poucos membros (algo entre um e quatro integrantes), e suas uniões matrimoniais, pela falta de recursos, eram ilegítimas. Nas famílias abastadas, o casamento era visto com certo prestígio desde que fossem circunscritos ao grupo de origem, isto é, entre a elite branca, excluindo os casamentos mistos quanto à cor (Viana & Barros, 2005).

O matrimônio, nessa conjuntura, era tido como uma das poucas opções para a mulher e a sua legalização se dava pelo consentimento da figura paterna, com o amor colocado de lado. Nesses moldes, a união matrimonial representava proteção e sobrevivência da decência da mulher. Ao mesmo tempo, existia uma preocupação da família em manter a virgindade das filhas que, depois de casadas, tinham como função o cuidado doméstico da casa e dos filhos. Estes cuidados eram, em grande parte, realizados pelas escravas, já que a falta de cuidado dos adultos em relação às crianças elevava o índice de mortalidade de pobres e ricos (Viana & Barros, 2005).

Os homens tinham as suas ocupações, mantendo-se em seus negócios e pouco se empenhando no funcionamento da casa. O pai interessava-se pelo filho adulto para continuidade dos negócios e de seus bens. Dentro das casas, com a assistência constante dos escravos, a proximidade afetiva dos pais com seus filhos era quase inexistente, pois os escravos – e mais especificamente as escravas – eram designados a cumprir a função afetiva em alguma medida (Viana & Barros, 2005).

Em relação à família escrava, muitas condições impediam a sua formação. O tráfico negreiro, por exemplo, privilegiava o transporte dos homens em detrimento do transporte de mulheres. Como resultado, provocava um desequilíbrio que prejudicava a formação das famílias. Também, o espaço social era limitado à propriedade do senhor, existia o temor da venda, ou seja, a separação do pai, mãe e filhos escravos; e as uniões matrimoniais eram realizadas por suas tradições e crenças africanas, amenizando as dificuldades enfrentadas e o peso da escravidão (Viana & Barros, 2005).

Nos dizeres de Viana e Barros (2005), em 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, mudanças e novos hábitos passaram a ser instaurados no perfil das famílias. A casa colonial, anteriormente tida como um local de reclusão, com poucos móveis e afastada do convívio social, passou a ser um local movimentado, aumentando a quantidade de móveis e o valor. Dessa maneira, levando em consideração os interesses do Estado, Portugal investiu no controle da cidade e da população com o propósito de refrear o caos urbano. Assim, o governo lançou mão da medicina e da política higiênica.

A política higiênica tinha por objetivo estabelecer nas famílias uma educação física, moral, intelectual e sexual, abolindo os hábitos coloniais anteriores. As crianças também passavam a ser recolhidas nos internatos, longe das famílias e de seus costumes, a fim de se tornarem servis ao Estado.

De modo resumido e simplificado, o arranjo familiar brasileiro era identificado pelo modelo patriarcal do período colonial, que prezava a manutenção da propriedade e se assentava sob uma organização cultural, social, política e econômica regulada pelo Estado. À época, os costumes, hábitos e tradições eram advindos da mistura das raças entre brancos e os povos africanos – base para fundação da sociedade e família brasileira.

Em concordância com as considerações levantadas, encontramos as afirmações de Scott (2009), segundo as quais, para abarcar a dimensão da reflexão sobre a trajetória da família no Brasil, é preciso levar em consideração também sua demografia. Sendo assim, fatores como as taxas de natalidade, mortalidade e migração histórica precisam ser levados em consideração. A história do seu universo múltiplo, plural de culturas – característica notável das famílias do Brasil – se faz presente. Há uma considerável variação da organização familiar latino-americana e brasileira, sendo mais condizente o uso do termo “famílias” em seu plural, em virtude dos inúmeros arranjos e rearranjos familiares que acompanham as transformações do tempo, espaço e os diferentes grupos sociais.

De acordo com Scott (2009), as contribuições fundamentais ao estudo das famílias do Brasil se referem às primeiras décadas do século XX, tendo como precursores os estudos de Oliveira Viana e Gilberto Freyre – autores que enfatizam a família marcada pelo escravismo e patriarcalismo como estruturante da sociedade colonial brasileira, exercendo justiça, controlando a política, produzindo riquezas, ampliando territórios e ditando a vida religiosa. Nesse momento, na América Latina, cresciam as uniões baseadas no concubinato.

Entre as décadas de 1980 e 1990 no Brasil, se iniciou a polarização entre a historiografia tradicional. Realizada nas últimas décadas, esta historiografia apresenta a defesa do patriarcalismo na família por Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido de Mello e Souza e outros autores que de igual modo sustentavam essa ideia do modelo patriarcal dito como ultrapassado (Scott, 2009).

O modelo patriarcal que marca a sociedade brasileira ainda no período colonial é essencial para a compreensão da dinâmica familiar, onde a figura do pai (do homem detentor do poder) passa a exercer influência sobre grupos privilegiados ou sem

privilégios. Transformações da ordem econômica e social, sob a acumulação de excedentes de capital e das propriedades privadas, instituem relações desiguais através de interesses distintos da parentela e da família, subordinando os menos favorecidos e dando espaço ao controle dos homens sobre as mulheres (Scott, 2009).

Segundo Vainfas (1989 citado por Scott, 2009), a discussão sobre o modelo da família residiu no fato de que as numerosas eram compostas não somente pelo núcleo conjugal e filiação, como também por uma gama de criados, parentes, agregados e escravos subjugados ao poder do chefe da casa. Portanto, as famílias coloniais eram consideradas extensas.

Diante disso, verificamos que as discussões em torno da família pela complexidade de seu universo iam muito além das ligações a nível biológico (consanguíneo) e de convivência sob a mesma casa, ampliando a análise demográfica ou variável relativa à coresidência. Entendemos, pois, que a família não era somente nuclear patriarcal, mas sobretudo extensa.

Entre as marcas da família europeia sobre a brasileira, também ressaltamos o “legado” do discurso médico higienista, a partir do qual médicos e políticos queriam construir uma consciência higiênica para a população e o “progresso” do país. Portanto, foi imposto aos sujeitos um cuidado em suas ações de mudanças, que iam desde a higiene corporal, vestimentas, até escolarização e costumes da vida social pelos argumentos médicos persuasivos, tal como desenvolvemos na sequência.

1.2.1 A família brasileira e a intervenção médico-higiênica

Na obra *Ordem médica e Norma familiar*, Jurandir Freire Costa (1999) nos apresenta o desenvolvimento dos estudos em torno da intrusão médico-higiênica no universo familiar burguês do século XIX até o século XIX. Disto, nos é relevante que a obra possa ser referenciada, pois atualmente o fenômeno da entrada de profissionais no meio familiar soa como algo novo. Talvez essa intrusão hoje seja realizada de outra forma, sob autorização “consciente” da família, ao passo que no século XIX era mais uma ordem do período. A medicina se situava a partir de um papel pedagógico, ao qual era incumbida a disseminação de uma nova ordem social em que as ações de todos deveriam se respaldar, configurando um saber influenciado pelos resíduos europeus.

De acordo com Costa (1999, p. 12),

a família burguesa do século XIX foi submetida a posição de dependência de agentes educativos terapêuticos, cuja política higiênica reduziu a família ao estado de dependência, pretextando salvar os indivíduos do caos em que se encontravam que a higiene insinuou na intimidade de suas vidas.

Os indivíduos como resultado do meio em que viviam, ou seja, de suas famílias – contexto de maior influência e referência – eram levados a se retirar dessa convivência para se comprometerem e submeterem à vontade do Estado e à sua política de educação higiênica, pela qual os pensamentos e as ações eram transformados. A medicina entendia que a desorganização social e o funcionamento deficitário da sociedade eram as causas das doenças, e assim buscava estabelecer um compromisso com os indivíduos em torno de sua saúde moral e física.

Como nos aponta Costa (1999, p. 12):

Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a “família é vista como incapaz” a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares.

A medicina, utilizando seu poder de dominação sobre os indivíduos, impunha seu saber e, ao mesmo tempo, denotava seu processo invasivo sobre a saúde individual “alterando o perfil não somente sanitário da família, mas sua feição social, transformando em uma família nuclear e conjugal higienicamente tratada e regulada” (Costa, 1999, p. 13). Essa transformação era realizada a fim de que os homens não pudessem exercer livremente a forma de viver que achassem coerente, pois um indivíduo reprimido e disciplinado representava menos perigo ao Estado e a si mesmo (Costa, 1999).

Ainda segundo Costa (1999, p. 13),

(...) A vida privada dos indivíduos foi atrelada ao destino político de uma determinada classe social, a burguesia, por um lado: o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe. Por outro, a ética que ordena o convívio social burguês modelou o convívio familiar, em que as relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais.

O pensamento higienista se aproximava dos indivíduos de modo sorrateiro, tal qual uma ação de assistencialismo filantrópico. Dessa maneira, os indivíduos não percebiam a verdadeira intenção das manobras de ação da medicina higiênica, cujo objetivo era reestruturar o núcleo familiar aos moldes da classe burguesa atrelada ao controle estatal, uma vez que a classe pobre era vista como a responsável pela desordem social.

Dentre as técnicas de adestramento do higienismo sobre a sociedade colonial estavam:

A educação moral no qual a norma e o comportamento reprimido, disciplinado do sujeito imperam, sendo forçado a exercer um autocontrole tirânico sobre si mesmo. A educação intelectual conduzida pela higiene ajudou a aprimorar e cultivar cientificamente a primitiva sociedade colonial, gerando hierarquização e competição. A educação sexual, transformando homens e mulheres em reprodutores e guardiões de suas proles, em que as condutas sexuais eram reduzidas, somente vivendo às funções sócio-sentimentais enquanto pai e mãe, restringindo a sexualidade masculina e feminina a esses fins. (Costa, 1999, pp. 14-15)

Diante disso, foi realizada a expansão do processo higiênico familiar sob a vigia e orientação do Estado, cujo “intuito” era o de preservar a saúde, bem-estar e progresso da população por meio da disciplina, vigilância e repressão nos âmbitos moral, intelectual e sexual. Também utilizavam como via de controle a educação, pois os higienistas entendiam que o controle dos corpos feito o quanto antes – ou seja, na mais tenra idade – podia atender ao modelo ideal de conduta e posicionamento frente à sociedade, tal como propunham as normas higiênicas.

Costa (1999) afirma ainda que:

Na família conjugal moderna os pais dedicam-se aos filhos com um desvelo inconcebível nos tempos coloniais. No entanto, este é um aspecto fundamental de maneira permanentemente insatisfatória, perante os novos técnicos em amor familiar, os pais, geralmente, continuam sendo vistos como ignorantes, quando não doentes. Há sempre um a mais a corrigir, um a menos a tratar. (p. 15)

A família alvo da persuasão higiênica era envolta na ideia de que por meio do cuidado científico seria possível se estabelecer enquanto uma família organizada, urbanizada e, seguindo o padrão imposto pelos higienistas, teriam (em tese) condições de

cuidar de seus filhos, ter saúde integral e prosperidade. Até então, eram enfatizados pelo saber médico higiênico a incapacidade e os erros cometidos por “ignorância” pela família. Assim, tendo essa ideia de insuficiência depositada, a medicina passou a fazer parte do cotidiano familiar para que regulasse o comportamento dos seus membros, combatendo a “imoralidade” e os seus corpos, e os encaixando no modelo ideal de família perfeita.

Aliado a isso, nos dias atuais, fenômenos apontados “(...) como causas da desagregação familiar, nada mais são que consequências históricas da educação higiênica, as famílias se desestruturaram por terem seguido à risca as normas de saúde e equilíbrio que lhes foram impostas” (Costa, 1999, p. 15).

Como uma maneira de tentar “acertar”, já que estava sob o olhar de julgamento dos médicos higienistas, a família passou a permitir a sua entrada e a investir nessa forma de regulação e disciplina, na qual a competência médico-higiênica ultrapassou o seu campo de saber e adentrou a educação familiar. Os filhos então passaram a ser “moldados” de acordo com os bons hábitos e com a docilidade exigida, já que havia a compreensão de que se as crianças tivessem esse monitoramento, poderiam vir a tornar-se adultos que disseminariam e fariam parte efetivamente das ideias higienistas.

Antes mesmo do movimento médico-higiênico, já estavam presentes instituições que propunham o controle sobre os indivíduos, como o caso da Igreja, que por meio da pedagogia jesuíta e do exército impunha sua moral. Entretanto, o Estado percebeu que essas instituições não mantinham os indivíduos por longo tempo, sendo necessária a existência de um fator, no caso o vínculo, e também certa convicção de que o movimento ao qual estivessem envoltos traria benefícios reais, como por exemplo as técnicas disciplinares da política de higiene, pelas quais eram garantidos a preservação da saúde, bem-estar e progresso do seu povo (Costa, 1999).

Foi também no século XIX, portanto, que as crianças passaram a ser alvo da intervenção médico-higiênica em um movimento de internação, vigiadas e disciplinadas a fim de que viessem a ser adultos que contribuíssem para o aparato social do higienismo. A partir disso, a escola ganhou espaço como um possível local onde fosse possível modelar as condutas desses pequenos indivíduos, amparando na ética e nos valores políticos de forma a fornecer andamento à ordem social burguesa. A escola, então, acaba sendo uma instituição que realiza o cuidado como uma forma de adestramento na formação dos relacionamentos psicossociais da criança (Costa, 1999).

Notamos, pois, que a saúde da população se inscrevia na política de Estado, já que: “a higiene revelava a dimensão médica de quase todos estes fenômenos físicos,

humanos e sociais e construía para cada um deles uma tática específica de abordagem, domínio e transformação” (Costa, 1999, p. 30).

Segundo Costa (1999), o instrumento médico foi uma das peças fundamentais para converter os sujeitos à nova ordem urbana, “produzindo uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado e da pátria” (p. 48). Assim, a família passou a aderir a esse chamado modelo ideal, internalizando e reproduzindo os chamados “bons costumes” – comportamentos e condutas do modelo higienista – para que assim fosse direcionada aos filhos tal consciência, visando superar o modo de vida dos pais.

Costa (1999) afirma que o Estado moderno, ao se voltar para o desenvolvimento industrial, buscava controle demográfico e político da população. Isso passou a ser exercido junto das famílias, e a partir de dois tipos de intervenção diferentes, mas com objetos em comum, pois defendiam a saúde física e moral das famílias. A primeira intervenção originou-se da medicina doméstica, no interior da burguesia, a fim de reorganizar as famílias em torno da conservação e educação das crianças. “A segunda intervenção dirigiu-se às famílias pobres sob a forma de campanhas de moralização e higiene da coletividade”. (p. 51)

Todo o trabalho dos agentes representantes da prática higiênica levou à dominação dos indivíduos, pois a ideia disseminada era de que a saúde e a prosperidade de suas famílias dependiam de sua sujeição ao Estado, além de sua adaptação à universalização de valores para que chegassem até a ordem urbana. Neste ponto, notamos que a família sempre foi pensada como uma instituição responsável por auxiliar o desenvolvimento urbano. Porém, o discurso médico tinha endereço certo, “era dirigido à família da elite letrada, aquela que podia educar os filhos e aliar-se ao Estado” (Costa, 1999, p. 69):

(...) É neste sentido que Candido Balbino afirmava: já que a maior parte dos pais despreza as vantagens reais pelas conveniências aparentes, deixando quase sempre de atender às verdadeiras necessidades de seus filhos, compete ao governo, verdadeiro pai da mocidade, influir diretamente sobre sua educação. As vantagens reais eram as novas perspectivas político-econômicas abertas pela elite agrária, enquanto que as conveniências aparentes eram os antigos hábitos derivados do poder do patriarca colonial. (p. 69)

Embora já houvesse preocupações sobre as crianças e os filhos – que passaram a ser reconhecidos no século XVIII como seres humanos em processo de desenvolvimento

e dotados de potencialidades –, ainda assim o bem-estar infantil era esquecido. Já na época, constatava-se um considerável índice de mortalidade infantil, fazendo com que o Estado, com suas políticas, pudesse interferir diretamente não apenas no cuidado físico, mas sobretudo na formação moral da criança. Dispondo destas dificuldades da família pela falta de assistência e deficiência que na verdade eram do Estado, foi por meio do movimento médico higienista que o poder estatal conseguiu seu domínio sobre o sujeito.

O higienismo foi, portanto, estabelecendo novas técnicas de intervenção na vida privada da família. Isso, em certa medida, apontava os erros cometidos pelos pais segundo os critérios médicos, levando-os à necessidade de abolir esses defeitos. Da mesma forma, colocava os pais como faltosos e culpados no sentido de que erravam por ignorância e irresponsabilidade, mas desejavam o melhor aos filhos, delegando às instâncias médico-higiênicas a garantia de um melhor desenvolvimento para esse sujeito em formação (Costa, 1999). Assim, “O estigma da incompetência e do desconhecimento é o que lhe permitiu criar um tipo de dominação sobre a família, análogo ao da relação de tutela, descrita por Castel, a respeito da apropriação médica da loucura”. (p. 71)

Costa (1999) ainda afirma que:

A higiene não se limitava a acusar os pais ineptos ou relapsos na educação higiênica dos filhos e no cumprimento dos deveres patrióticos. Essa maneira impertinente e negativa de denunciar os defeitos era compensada pela promoção de novos educadores do meio familiar. O fundamental era a descoberta de funções latentes, de virtualidades escondidas que deveriam ser trazidas à luz pela mão dos médicos. (p. 73)

Por meio de ações que de início eram sutis, a medicina passou a ganhar espaço de influência e conseqüente poder sobre as famílias. De igual forma, adentrou outros campos que iam além de seu saber, como a educação, fazendo desta a porta de entrada para os corpos físicos e morais¹ tanto de adultos quanto de crianças. Também com isso, a escola passou a influenciar o comportamento e a conduta social, de modo a adestrar os indivíduos a fim de compensar as deficiências não somente do campo saúde-doença, mas atravessando as individualidades e o poder de escolha, desconsiderando a saúde psíquica destes indivíduos e os retirando do seu lugar de responsabilidade (Costa, 1999). Nas palavras do autor:

¹ Termos utilizados por Costa (1999).

Uma das mais importantes conquistas do movimento higienista foi a imposição da figura do médico à família. (...) O confessor e o filho-padre (...) foram sendo substituídos por essa figura carinhosa e firme, doce e tirânica do médico da família. (p. 77)

O breve resgate histórico sobre a família que realizamos até aqui, inclusive no contexto brasileiro, nos permitiu condensar os principais aspectos levantados até chegar à inserção da prática médico-higiene, que exerceu grande controle sobre as famílias no contexto nacional. Nesta discussão, verificamos um ponto em comum na exposição da família, quer seja a sua dominação e submissão ao patriarca – noutros termos, à autoridade do Estado e do pai.

2 A Família em Freud e na Teoria Crítica

Neste capítulo, discutiremos a parentalidade e a família sob o viés da psicanálise, pelo qual nos guiaremos a partir dos escritos de Freud a fim de fundamentar a análise aqui proposta. Em suas obras, procuramos abordar a concepção de família pelos campos psicanalítico, histórico, social e antropológico. Para tanto, usamos alguns de seus trabalhos, como *Totem e Tabu* (1912-13/2012), *Psicologia de massas e análise do eu* (1921/2011), *O Mal-estar na civilização* (1930-36/2011) e *O Futuro de uma Ilusão* (1927-29/2014), que circunscrevem a família enquanto grupo social. Somada a essa bibliografia, encontramos outros textos, como *Romances Familiares* (1908-09/2015) e *O Eu e o Id* (1923-25/2011), que também compõem o escopo deste capítulo.

Para a psicanálise, é no contato com as figuras parentais que o indivíduo inicialmente tem a sua experiência de relação com o mundo, estando ainda presentes os desejos inconscientes da família sobre ele, a sua trajetória edípica, entre outros. Desse modo, a figura materna, por meio de seus cuidados biológicos e psíquicos, auxilia na sobrevivência do filho para que ele se desenvolva e mais tarde tenha recursos para se emancipar. O mesmo ocorre na presença da figura paterna, que castra e interdita o incesto e rompe com a ligação de simbiose mãe e filho, encaminhando o sujeito para a civilização até sair de seu estado de natureza, como já mencionava Freud.

Nas obras de Freud, encontramos unidades de análise fundamentais que são discutidas amplamente na psicanálise e, do mesmo modo, se fazem presentes em quaisquer grupos familiares. São essas: as questões edípicas, da sexualidade infantil, do tabu do incesto, do narcisismo, das neuroses, entre outras conceituações das quais nos aproximaremos na sequência.

Fomos levados a conjecturar que a análise que a psicanálise procura construir sobre a família não diz respeito a uma única definição, ou a um lugar no qual a família é posicionada. Ainda que visualizadas sob a teoria e conceito do complexo de Édipo, a(s) família(s) são consideradas únicas, portanto, suas configurações ocorrem a partir de particularidades e sintomas próprios que ganham lugar no espaço clínico psicanalítico, onde cada sujeito e suas identificações familiares são manifestadas e se constrói a fantasia de que há um modelo de família ideal, único; ou ainda, que a psicanálise é responsável por colocar a família “no lugar”.

2.1 A família na psicanálise freudiana

Seguindo as formulações de Freud feitas em *Totem e Tabu* (1912-13/2012), é possível constatar um percurso de investigação que trata a respeito da gênese da família e as origens da civilização. Freud define a família primeva, na qual se assentava um pai pré-histórico, devorador e que desrespeitava os desejos dos seus filhos. Logo, o pai era considerado sujeito e os filhos objetos oprimidos, assujeitados para o seu uso. Nesta dita “horda primeva”, as relações eram determinadas sempre a partir do mais forte, sem leis, de tal forma que o dominador conseguia agir de modo tirânico e incestuoso.

Ao serem submetidos a esse homem mais velho e mais forte, detentor do direito sobre todos e sem dever para com nenhum, os filhos sentiam-se ameaçados, transpondo a passagem do temor ao ódio em relação a essa figura. Neste mito, os irmãos se reúnem para abolir o poderio desse pai. A ação ocorre por meio do parricídio e do banquete partilhado na irmandade. No entanto, a ambivalência dos filhos em relação ao pai os faz percebê-lo não somente como um rival temível, mas como um modelo de identificação, alguém de quem se deseja ocupar o lugar (Freud, 1912-13/2012).

A possibilidade de ocupar o lugar do pai após a sua morte abre precedentes para a disputa dos irmãos pela herança a ser partilhada e a de possuir as mulheres, isto é, a mãe e as irmãs. Contudo, o pai primevo assassinado, quando morto, torna-se mais forte que quando vivo. Recai sobre os ombros dos filhos a culpa, e a fim de se sentirem menos culpados pelo parricídio, proibem a morte do totem substituto do pai morto, passando também a vigorar a lei do tabu do incesto, da não relação sexual e casamento dos membros do mesmo totem. Noutras palavras, a partir do surgimento da lei e da culpa, instauram-se dois tabus: o do incesto e o do totemismo² (Freud, 1912-13/2012).

De acordo com Freud (1912-13/2012), tem-se como ponto nodal algumas características no sistema totêmico:

O totem via de regra é um animal, comestível, inofensivo ou perigoso, temido, e mais raramente uma planta ou força da natureza (chuva, água), que tem uma relação especial com todo o clã. O totem é, em primeiro lugar, o ancestral comum do clã, mas também seu espírito protetor e auxiliar, que lhe envia oráculos, e, mesmo quando é perigoso para outros, conhece e poupa seus filhos. Os membros do clã, por sua vez, acham-se na obrigação, sagrada e portadora de punição

² Cabe enfatizar que o totemismo não é tabu. Ainda que exista o tabu de matar o animal totêmico, isso faz parte do totemismo, mas, em sua essência, não o é (Freud, 1912-13/2012).

automática, de não matar (destruir) seu totem e abster-se de sua carne (ou dele usufruir de outro modo). (p. 20)

(...) No totem há também a lei de que membros do mesmo totem não podem ter relações sexuais entre si, ou seja, também não podem se casar. É a instituição da exogamia, ligada ao totem. (p. 21)

Diante da função do totem é estabelecida a repressão e a censura ao incesto. O totem representa, nesse sentido, o pai no complexo de Édipo, aquele que se compromete a proteger e cuidar da prole; aos filhos cabe a promessa de não o matar e não terem relações sexuais com os membros totêmicos. Isso, de fato, não acontece. No [mito de] Édipo, o surgimento da lei e da culpa se instaura porque Édipo mata o pai e se casa com a mãe.

Notamos, assim, como os rituais totêmicos tinham como função assegurar a ordem social, estando presentes na origem de todas as civilizações e culturas. A existência da proibição das práticas sexuais e o casamento entre as pessoas de uma mesma família ou mesmo clã já eram práticas presentes nesse tempo, assim como na tragédia de Édipo, mito moral que fala sobre a interdição do incesto e a exogamia.

A família se institui sob essa interdição, ou melhor, a partir da representação da castração, da limitação das possibilidades de parentesco. Portanto, totem e tabu é uma história mítica reeditada, reencenada por cada sujeito em sua história de vida no período edípico em que nos defrontamos com o pai da horda.

Acerca da teoria edípica em Freud, encontramos nas trocas de cartas com Fliess a exposição que ele faz sobre a temática, tendo como referência o mito de Édipo, mais especificamente na *Carta 71*, de 1897, (Freud, 1886-89/1996), na qual conduz sua teoria através de personagens literários como Hamlet e sua própria autoanálise.

Em Freud (1886-89/1996), a relação dos filhos com os pais se constrói a partir de suas vivências e da herança filogenética que remete à família primeva. Como mencionado anteriormente, foi a partir da morte do pai totêmico que deu-se a criação do tabu do incesto. Freud analisou a sua própria vivência edípica e percebeu a paixão pela mãe e o ciúme do pai, de modo a compreender o Édipo como um fenômeno universal do início da infância e com uma força avassaladora de Oedipus Rex, Édipo Rei.

Freud (1886-89/1996) adota o personagem Hamlet de Shakespeare para demonstrar que o centro desta narrativa tem como fenômeno o conflito edípico. Em suas palavras, “de que outro modo poderia ele justificar-se melhor do que mediante o tormento

de que padece com a obscura lembrança de que ele próprio planejou perpetrar a mesma ação contra seu pai, por causa da paixão pela mãe” (p. 200).

Durante a vivência edípica, segundo Freud, a criança se ampara em sua própria família e nos elementos de experiências anteriores herdados do período primevo, na chamada filogênese, havendo com isso a renúncia pulsional pela pressão da instância paterna que precipita o sentimento de culpa e o superego.

Neste contexto sobre a edificação da civilização e a construção das identificações através das figuras que se vinculam ao sujeito, podemos fazer referência à obra *Psicologia de massas e análise do eu*, sobretudo em seu capítulo “A Identificação” e a “A Alma Coletiva segundo Le Bon”, em que Freud (1921/2011) traz o conceito de grupo psicológico de Le Bon e a capacidade de exercer tamanha influência sobre o indivíduo.

O autor afirma que “na vida psíquica do ser individual, o outro é geralmente considerado enquanto modelo, objeto auxiliador e adversário” (Freud, 1921/2011, p. 11). Portanto, a psicologia individual é também social. Ou, dito de outra forma, o sujeito poucas vezes consegue se desvincular de outros. Freud também afirma ser apenas em condições especiais que estes sujeitos conseguem abstrair as relações particulares com os outros indivíduos.

Segundo Freud (1921/2011), o indivíduo, geralmente, ao se ligar a um outro objeto através do investimento libidinal que se mantém, renuncia em certa medida seu narcisismo para depositá-lo nesse outro objeto, ou seja, algumas ligações são estabelecidas de maneira como uma “relação extraordinária”, um fenômeno social que leva o sujeito a ser influenciado em suas decisões através dessas relações. Nas palavras de Freud:

As relações do indivíduo com seus pais e irmãos, com o objeto de seu amor, com seu professor e seu médico, isto é, todas as relações que até agora foram objeto privilegiado da pesquisa psicanalítica, podem reivindicar ser apreciadas como fenômenos sociais, colocando-se em oposição a outros processos, que denominamos narcísicos, nos quais a satisfação dos instintos escapa à influência de outras pessoas ou a elas renúncia. (Freud, 1921/2011, p. 10)

Freud ainda traz a ideia sobre os laços com outros objetos no sentido do conceito de identificação, entendendo-o como a mais primitiva ligação, isto é, aquilo que irá conferir ao sujeito um modelo e uma referência para sua constituição subjetiva.

É desta perspectiva que parte Freud (1921/2011) ao desenvolver o conceito da identificação como “a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa, desempenhando um determinado papel na história primitiva do complexo de Édipo” (p. 46). Esse tipo de investimento de objeto pode ser percebido na relação do filho com o seu pai, que marca a estruturação do ego e a relação com outros objetos. Nas palavras do autor:

(...) o garoto revela um interesse especial por seu pai, gostaria de crescer e ser como ele, tomar o lugar dele em todas as situações. Digamos tranquilamente: ele toma o pai como seu ideal. (p. 46)

(...) Simultaneamente a essa identificação com o pai, talvez até antes, o menino começou a empreender um verdadeiro investimento objetal na mãe, do tipo ‘por apoio’. Ele mostra, então, duas ligações psicologicamente diferenciadas: com a mãe, um investimento objetal direto; com o pai, uma identificação que o toma por modelo. As duas coexistem por um tempo, sem influenciar ou perturbar uma à outra. Com o incessante progresso na unificação da vida psíquica, terminam por se encontrar, e desta confluência surge o complexo de Édipo normal. O menino percebe que o pai é um obstáculo entre ele e a mãe; sua identificação com o pai adquire então uma tonalidade hostil, e torna-se idêntica ao desejo de substituir o pai também junto à mãe. (Freud, 1921/2011, p. 47)

Com isso em vista, Freud (1921/2011) lança luz sobre a identificação, definindo-a tal qual um processo que desde o seu início se mostra ambivalente. Apresenta tanto características amorosas (nas quais o objeto é investido de acordo com o ideal de ego e assim empobrece o ego) quanto o intuito de eliminação pelo aspecto hostil direcionado ao objeto. Essa identificação pela parcialidade da identificação do ego e do investimento do ideal de ego caminha no sentido da economia, ou seja, o eu adota determinadas características e/ou traços do objeto.

Isso nos permite entender que a identificação é uma das principais formas de ligação afetiva que se constrói com um objeto, e essas primeiras identificações geralmente se dão no âmbito familiar para, posteriormente, se darem com outras figuras. Em textos futuros, Freud passaria a discutir mais a fundo sobre como o sujeito depende, antes de tudo, de algum vínculo para que possa se desenvolver; de um modelo de identificação pelo qual comece a expressar o que quer do outro, pois:

(...) Primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetual libidinosa, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais. (Freud, 1921/2011, p. 50)

A partir de seus escritos, compreendemos que o eu se forma por meio das identificações com partes do objeto e pelo complexo de Édipo, estabelecendo igualmente as ligações através de algo afetivo em comum com o outro, como por exemplo, com a figura de um pai ou algum líder. Nesse trabalho, Freud (1921/2011) traz a estruturação da personalidade do sujeito como aquela que depende das identificações estabelecidas que marcam sua vida, a iniciar pelas figuras parentais e familiares, utilizadas pela criança como modelos de identificação. É desta forma que a criança se identificará com pais que inconscientemente se oferecem aos filhos, os tomando como modelo ideal, apropriando-se do conjunto de atributos e traços desse outro objeto pela identificação. Assim, os mecanismos identificatórios ampliam-se para as ligações existentes na massa, quer seja a organização social dos grupos.

Seguindo esse viés, o das ligações afetivas estabelecidas, em *O Mal-estar na civilização* (1930-36/2011) Freud apresenta a família primitiva. Em um primeiro momento, ele a mostra fundada tal qual uma construção por necessidade ou, em outros termos, tendo em comum um duplo fundamento: o outro como um ajudante para o trabalho e como possibilidade de satisfação genital:

O outro indivíduo adquiriu a seus olhos o valor de um colaborador, com o qual era útil viver. Ainda antes, em sua pré-história antropeide, ele havia adotado o hábito de construir famílias; os membros da família foram provavelmente os seus primeiros ajudantes. É de supor que a formação da família relacionou-se ao fato de a necessidade de satisfação genital não mais se apresentar como um hóspede, que surge repentinamente e após a partida não dá notícias por muito tempo, mas sim estabelecer-se duradouramente como um inquilino. (pp. 40-41)

Nesse período, Freud (1930-36/2011) examinou que a família não possuía o aspecto civilizatório marcado, pois a arbitrariedade do pai não tinha limites. Isso se realizou somente a partir de *Totem e Tabu*, obra na qual definiu a família como aquela a se basear nas restrições para uma vida em comum entre os seus membros.

Freud (1930-36/2011) também afirma que o amor responsável por fundar a família continua ativo na civilização. Embora o indivíduo necessite distribuir a sua dedicação, ou melhor, o seu investimento libidinal em outros campos da vida e outras ocupações, a família continua sendo a primeira ligação afetiva fundante que se faz presente ao longo de seu percurso.

Sendo a família o primeiro vínculo do indivíduo, aquela que se funda pelas necessidades laborais, sexuais e pelo amor, Freud (1930-36/2011) afirma que “a relação entre um homem e uma mulher se pautam no ‘amor’ que fundam uma família tendo por base as suas necessidades genitais; mas também são amor os sentimentos positivos entre pais e filhos, entre os irmãos numa família” (p. 47). Entretanto, o amor que se forma nas famílias seria o amor genital ou sensual, enquanto as demais relações de amizade, por exemplo, seriam o amor inibido em sua meta, como a ternura, mas que em sua origem ocorrem como amor plenamente sensual e ainda o é no inconsciente. Dessa maneira, ocorre uma certa dessexualização do amor, de forma que ao lado da pulsão bem sexualizada está a ternura.

Nesse modelo, a família é tida como o maior vínculo libidinal que se mantém coeso entre seus membros e tem dificuldades em ceder o indivíduo para a cultura, mantendo-o durante um tempo em um limitado círculo que se faz presente desde a infância, mas que ao longo do desenvolvimento púbere se afasta e caminha em direção à cultura, até, por conseguinte, se vincular a outras figuras distintas da família.

Em *O Futuro de uma Ilusão*, Freud (1927/2014) já mencionava sobre o sujeito que caminha em direção à cultura, se distanciando da família, mas não sem sofrimento. Assim, o desamparo do ser humano e a necessidade por uma figura que lhe traga o sentimento de amparo e proteção surgem. Nas palavras de Freud:

(...) permanece o desamparo do ser humano, e, com isso, o anseio pelo pai, e os deuses. Esses conservam sua tripla tarefa: afastar os terrores da natureza, conciliar os homens com a crueldade do destino, tal como ela se evidencia na morte, sobretudo, e compensá-los pelos sofrimentos e privações que lhes são impostos pela vida civilizada que partilham. (Freud, 1927/2014, p. 217)

Conforme Freud (1927/2014), para a humanidade e, na sequência, para o indivíduo, torna-se difícil suportar a existência, pois a cultura impõe privações, renúncias e, junto disso, as relações com as demais pessoas trazem alguma medida de sofrimento. Em uma tentativa de aplacar a angústia frente a esses temores advindos da natureza e das

relações com outros indivíduos, o anseio e o retorno ao pai se apresentam. Neste regresso, o indivíduo espera por uma compreensão e por soluções mágicas que se dariam através desta figura. Figura temida, mas conhecida.

Freud (1927/2014) afirma,

(...) tal situação não é nova, ela tem um modelo infantil; é, na realidade, apenas a continuação daquela anterior, pois o indivíduo já se encontrou assim desamparado: quando pequeno, perante o pai e a mãe, que ele tinha razões para temer, sobretudo o pai, cuja proteção, porém, também estava seguro de ter, ante os perigos que então conhecia. De modo que era natural igualar as duas situações. (Freud, 1927/2014, p. 217).

Frente à natureza, ao sentimento de desproteção e à ameaça, o sujeito acaba requerendo consolação, o mundo e a vida livres de pavores inerentes a sua condição, mas que tentam encobrir, por vezes negar, para se defender.

Percorrendo ainda as ligações afetivas familiares, o sentimento de amparo ou desamparo, Freud, em “Romances Familiares” (1908-09/2015), teoriza sobre como o indivíduo, através do processo de fantasia, consegue modificar os laços com os pais, denominados por ele de “romances familiares”. Esse processo de vivência fantasiosa inicialmente era atribuído aos paranóicos e, posteriormente, concebeu-se o entendimento da fantasia também presente no funcionamento dos neuróticos. Freud amplia a teoria sobre como, desta forma, o sujeito consegue se apartar e se distanciar da tutela dos pais. Embora seja uma tarefa árdua, a sociedade colabora com os ritos de passagem para o ingresso mais amplo da vida do sujeito.

Nesse sentido, um dos processos primordiais e necessários para o curso do desenvolvimento individual, apesar de doloroso, é a separação e superação dos filhos em relação aos seus pais. Sujeitos que não passam por esse caminho notoriamente constituem-se enquanto uma classe de neuróticos. Conforme Freud (1908-09/2015), no relacionamento familiar, para a criança os pais são vistos como a autoridade única e a fonte inesgotável de todo conhecimento no mundo. Com isso, notamos o desejo e o processo de identificação construído pela criança em torno das figuras de referência, tendo como finalidade serem iguais ao progenitor do mesmo sexo. Todavia, conforme a criança se desenvolve a nível intelectual e tem acesso a outros pais do contexto cultural ao qual se insere, reconhece quem são seus pais de fato, retirando-os do lugar de ideal,

bem como o fazem com as qualidades indestrutíveis que outrora percebiam, sentindo-se autorizado a criticar os pais.

Dito isso, podemos compreender que a criança necessita do contato com o outro para se constituir, ou seja, por meio da identificação primária há a incorporação de características do outro ao seu ego. Após o eu da criança se encontrar desenvolvido no período de narcisismo da identificação secundária, os pais saem do lugar de modelo de identificação e passam ao campo da desidealização, ocupando o lugar de objeto perdido para a criança que agora os percebe enquanto falhos.

Essa situação resulta do chamado primeiro estágio do narcisismo, em que o sentimento de estar sofrendo a renúncia pelo amor dos pais predomina e o sentir-se negligenciado pelos pais ganha espaço, abrindo precedentes para a fantasia. Neste momento, ele destaca a influência do gênero para os impulsos intensos da rivalidade sexual, isto é, o menino tem tendências a sentir impulsos mais hostis e querer se libertar do pai. O segundo estágio é o afastamento do neurótico de seus pais, descrito também como “romance familiar neurótico” – atividade que se manifesta no brincar das crianças imaginariamente e posteriormente no período pré-púbere, onde atingem propriamente as relações familiares.

A atividade imaginativa que auxilia a promover o afastamento dos pais se constitui a partir de devaneios e tem dois objetivos específicos: o erótico e o ambicioso. É através dessa atividade que há a realização de desejos no campo psíquico e a retificação da vida real, como por exemplo a substituição dos pais por outros pais de uma melhor linhagem social. Neste estágio, a criança conhece a diferença entre os papéis do pai e da mãe na relação sexual, o que provoca uma limitação no romance familiar. Ela passa a enaltecer a figura do pai e não desconfia de sua origem materna, também realiza o reconhecimento dos processos sexuais (diferente do primeiro estágio) que a levam a fantasiar situações eróticas (Freud, 1908-09/2015).

Pelas brincadeiras de cunho sexual, estas crianças neuróticas geralmente recebem punição de seus pais. Após isso, se vingam por meio da construção de fantasias, realizando os seus desejos pela construção do romance familiar ao qual somente elas supostamente teriam acesso. Esse movimento que a criança realiza em torno dos pais como se estivesse desconsiderando-os e substituindo-os por alguém superior, nada mais é que a saudade dos primeiros anos da infância, momento em que existia a valorização e a confiança nessas figuras, dias de realização e felicidade (Freud, 1908-09/2015).

Por meio das teorizações expostas de modo sucinto (pois sabemos da complexidade do que foi discutido), podemos considerar que nos primeiros anos de vida da criança a primeira relação objetal estabelecida é com a figura materna. Posteriormente, se dá com a figura paterna. Desse modo, o investimento destes pais leva a criança a compreender que um outro objeto lhe dará satisfação, ajudando-a na situação de desamparo, confirmando a sua existência e auxiliando na construção de uma identidade própria. Posto isso, é justificável a saudade dos primeiros anos da infância quando nos pautamos no sentimento da criança em relação a essas figuras, as quais permitem a sua continuidade de existência.

No entanto, mesmo sob a saudade desse cuidado e amparo oriundo das figuras parentais, o sujeito consegue seguir de forma mais emancipada, se separando desses objetos, pois o eu os insere nos primeiros anos da infância, para que estejam dentro de si, abandonados, mas compondo a história do sujeito. Freud, em *O Eu e o Id* (1923-1925/2011), afirma que talvez com a introjeção:

(...) uma espécie de regressão ao mecanismo da fase oral, o Eu facilite ou permita o abandono do objeto. Talvez essa identificação seja absolutamente a condição sob a qual o Eu abandona seus objetos. De todo modo, o processo é muito frequente, sobretudo nas primeiras fases do desenvolvimento, e pode possibilitar a concepção de que o caráter do Eu é um precipitado dos investimentos objetais abandonados, de que contém a história dessas escolhas de objeto. (Freud 1923-25/2011, p. 26).

Ainda para Freud (1923-25/2011), as influências dos investimentos objetais abandonados pelo sujeito o acompanharão, pois serão gerais e duradouros os efeitos dessas identificações, afinal, foram realizados na mais tenra idade. Nestes escritos freudianos, é evidente o quanto o encontro com o objeto mãe e pai são constitucionais para o sujeito construir a formação do seu eu, sendo uma das mais significativas e antigas identificações com as quais se depara.

De acordo com Freud (1923-1925/2011), as escolhas de objetos concernentes ao primeiro período sexual, relativas ao pai e à mãe, parecem ser resultado normalmente de tal identificação primária. Com isso, afirma que:

Dois fatores respondem por essa complexidade: a natureza triangular da situação edípica e a bissexualidade constitucional do indivíduo. Simplificadamente, o caso se configura da forma seguinte para o menino. Bastante cedo ele desenvolve um

investimento objetal na mãe, que tem seu ponto de partida no seio materno e constitui o protótipo de uma escolha objetal por “apoio”; do pai o menino se apodera por identificação. As duas relações coexistem por algum tempo, até que, com a intensificação dos desejos sexuais pela mãe e a percepção de que o pai é um obstáculo a esses desejos, tem origem o complexo de Édipo. A identificação com o pai assume uma tonalidade hostil, muda para o desejo de eliminá-lo, a fim de substituí-lo junto à mãe. Desde então é ambivalente a relação com o pai; é como se a ambivalência desde o início presente na identificação se tornasse manifesta. A postura ambivalente ante o pai e a relação objetal exclusivamente terna com a mãe formam, para o menino, o conteúdo do complexo de Édipo simples e positivo. (pp. 28-29)

Sublinhamos mais uma vez a importância da presença desses objetos mãe e pai na vida do sujeito, que pela condição inicial da criança de prematuridade e dependência total sobre as suas necessidades básicas sobrevive pela satisfação e viabilidade da compreensão dessas figuras parentais. Estas, por sua vez, apresentam aquilo que a criança precisa através dos cuidados físicos, psíquicos, do pulsar do corpo realizado pela figura materna, em que mais tarde rivaliza com a figura paterna para ocupar seu lugar. Há, portanto, a ambivalência para com esses objetos amados e odiados que assim serão abandonados, mas com efeitos permanentes na vida do sujeito.

Assim, conforme as teorizações levantadas a partir dos textos de Freud, a origem do “homem” se deve a um outro “homem”, a um pai e uma mãe, sendo esta triangulação a base da história psíquica do sujeito. Através da trama edipiana se introduz a ameaça da castração pelo pai e a renúncia aos desejos incestuosos pela mãe. A aceitação da castração possibilita a manutenção da família e a construção de laços sociais civilizatórios.

Com isso em vista, seguimos então para a família e sua relação com o mundo, onde partimos dos autores de Frankfurt a fim de construir a interface da psicanálise social.

2.2 De Adorno e Horkheimer a Poster: Uma perspectiva da família

Neste ponto, procuramos apresentar a família sob o entendimento da teoria crítica de Poster (1979) – cujas considerações sobre a historicidade da família já foram apresentadas –, e na sequência em Adorno e Horkheimer, para que tenhamos a possibilidade de ampliar o entendimento da família em sua história, visto ser perpassada, segundo estas análises, por determinantes sociais. Nesta análise dos autores, não há a

separação do ser humano de sua realidade concreta, ou seja, trata-se de uma análise crítica da sociedade e cultura que argumenta como os elementos sociais, o capitalismo e a industrialização passam a ser tidos como fatores que impactam diretamente o sujeito, a formação de grupos e, portanto, a família.

Autor da obra *Teoria Crítica da Família*, Mark Poster (1979) identifica sua teoria de crítica. Na obra, o autor busca a emancipação humana através das críticas às estruturas de poder e se opõe à teoria ideológica, que seria uma forma de manter a dominação dos sujeitos pelo falseamento dos discursos sedutores. Tendo exercido o cargo de professor emérito de história e cinema e se especializado na teoria crítica, Poster procurou desenvolver a temática das relações familiares propondo o estudo de uma teoria psicológica da família, atentando-se sobretudo às questões que se relacionavam aos padrões emocionais.

Poster (1979) procurou tecer a história da família enquanto descontínua, ou seja, a família não poderia ser caracterizada de forma reducionista a uma variável exclusiva, seja como família moderna, patriarcal e/ou capitalista, mas sim a partir da compreensão de que as estruturas familiares são incontáveis, portanto, distintas e complexas, o que difere das discussões de alguns autores apresentados anteriormente, como Roudinesco.

Em suas afirmações, ele adota alguns conceitos estudados por Freud para o desenvolvimento de sua teoria da família. Entretanto, se opõe e critica alguns limites da análise freudiana sobre a instituição familiar, pois nesta se apresenta uma teoria que não se atenta para o campo histórico e social, mas investiga apenas a família burguesa e a dominação do homem sobre a mulher e sobre os filhos, desenvolvendo conceitos como o princípio de prazer e de realidade e o complexo de Édipo como sendo universais (Poster, 1979).

Para Poster (1979), os fenômenos observados por Freud através de sua clínica, como o complexo de Édipo, por exemplo, surgem somente em lares denominados burgueses, famílias cujo modelo de existência é o predominante na cultura capitalista europeia do século XIX, assim como o amor incestuoso e a renúncia a esse amor, que resulta no surgimento do superego. Entretanto, vale ressaltar que, de acordo com Freud, o complexo de Édipo despontava não somente nos lares burgueses, mas ele o apresentava dentro deste contexto pois era o que se fazia vigente em sua época.

Tratava-se, pois, de um fenômeno universal, fundado na rivalidade do filho em relação ao pai e no assassinato desse pai pelo seu desejo incestuoso, baseado na culpa e não em uma manifestação de ordem social, que assola somente determinadas classes. A

lei do pai retrata um sujeito culpado de seu desejo, tornando o complexo de Édipo, então, um modelo universal, associado aos principais interditos da cultura.

Em sua obra, Poster (1979) ainda busca examinar outros trabalhos, como o de Reich, Marcuse, Erik Erikson, Lacan, Deleuze e Guattari, Horkheimer, entre outros. Entretanto, para os propósitos do que pretendemos apresentar aqui, nos deteremos nos autores que apresentamos, como Freud, Adorno e Horkheimer.

Ao abordar a obra de Horkheimer, Poster (1979) afirma encontrar a instituição familiar caracterizada como a mais importante instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade – condição esta da qual falaremos a seguir. Em seu entendimento, a família capturada pelo domínio do capital semeia a ideia de que os filhos devem aceitar passivamente o que a sociedade de classes apregoa. Poster discorda da relação que Horkheimer realizava entre a estrutura de classes e a estrutura psíquica do sujeito, uma vez que a autoridade era produto apenas da família burguesa em seu entendimento.

A seu ver, Horkheimer se apoiava em alguma medida nas teorias freudianas como argumento de que a cultura não poderia ser entendida separadamente do sujeito, ou seja, que o conjunto de instituições eram parte da constituição psíquica dos sujeitos; e a família, tida como uma das instituições mais importantes e cujo principal papel era adaptar o sujeito aos interesses do mercado, produzia a ideia da autoridade paterna associada ao sustento (Poster, 1979).

Poster (1979) expõe suas considerações sobre a temática da família e afirma que ela é o espaço no qual a estruturação psíquica do sujeito se desenvolve. Desse modo, para a leitura da teoria da família é necessário, segundo o autor, uma visão sobre a condição psicológica, ou seja, como o indivíduo se encontra emocionalmente para a compreensão do funcionamento das estruturas familiares relacionadas aos padrões emocionais. A família é analisada como um espaço social distinto em que as gerações se defrontam; espaço no qual o sexo e a idade definem diferenças e relações de poder.

Os membros de uma família têm seus lugares e posições hierárquicas consolidadas, fundados na valorização do poder e da autoridade atribuídos aos saberes de alguns. São eles que transmitem o conhecimento para os demais e, de igual forma, podem amparar a estrutura psíquica dos integrantes da família. Entretanto, a estrutura da família necessitaria de alterações a fim de que as hierarquias de idade e sexo fossem reduzidas ou anuladas em sua totalidade (Poster, 1979).

Como apresentado por Poster (1979), a construção de uma teoria crítica da família pretende abarcar dois níveis de análise: da vida cotidiana da família e a relação entre a

família e a sociedade, com o objetivo de contribuir para a compreensão do nível psicológico.

Observamos que Poster (1979), ao apresentar seus escritos, parte da crítica dos autores que apresentam suas considerações acerca da família, os quais, segundo ele, não propõem em suas teorias uma análise coerente que contemple de fato a história e a família contemporânea, mas se limitam a fatores econômicos e conflitos intrapsíquicos. Poster (1979) procura compreender a família a partir dos modelos burguês, aristocrático, camponês e proletário. Segundo ele, sua teoria propõe um modelo utópico que anula os mecanismos que reproduzem hierarquias de idade e sexo, bem como um afrouxamento das relações entre pais e filhos.

Sob um outro viés de análise da família, Adorno e Horkheimer (1973) entendem tal fenômeno como uma das mais antigas instituições sociais. A princípio, a família se apresentou como uma relação espontânea e natural, “se diferenciando até chegar à moderna monogamia e, em virtude desse processo de diferenciação, cria uma área distinta, que é das relações privadas” (Adorno & Horkheimer, 1973, p. 138), sob o caráter ideológico burguês.

Essa instituição geralmente assegura o processo socializador e a experiência formativa do indivíduo pela mediação social, com vistas a evidenciar sua função de autoridade responsável pela formação e subjetivação do indivíduo. Dessa forma, a família atua como mediadora entre o indivíduo e a sociedade. Porém, com as transformações ocorridas e o desenvolvimento do capitalismo, sua autoridade, em certa medida, é destituída, alterando seu lugar de referência em consequência do mundo do trabalho.

A autoridade atua no processo de construção do eu realizando a ligação do indivíduo com a cultura. Nesse sentido, é no confronto com o outro que a autonomia se desenvolve. Logo, a verdadeira emancipação humana deve primar pela resistência e autonomia psíquica a fim de que, diante da dominação da lógica capitalista, o indivíduo não seja capturado pelas relações de produção.

Em sua obra, Adorno e Horkheimer (1973) mencionam o desenvolvimento de teorizações da sociologia sobre a família, as quais falam sobre as crises que atingiram essa instituição e sobre as transformações que estão atravessando o quadro social de desenvolvimento geral. Os autores apontam que há uma convergência entre os sociólogos sobre a realidade de uma crise na família, mas divergências quanto a sua natureza. Desta forma, para a compreensão da natureza da crise da instituição familiar moderna devemos levar em consideração o antagonismo presente desde o início da sociedade burguesa:

(...) No seio de um ordenamento total determinado pelo sistema de troca, e, portanto, pelo racionalismo individual dos homens em seu trabalho, a família manteve-se como instituição essencialmente feudal, baseada no princípio do ‘sangue’, do parentesco natural. Assim, perpetuava-se um elemento irracional dentro da sociedade industrial, orientada pela ordem racionalista, pelo domínio exclusivo do princípio de “calculismo” em todas as relações e que não tolera qualquer outro parâmetro de controle senão a oferta e a procura. Diante disso, a família burguesa continuou, num certo sentido, sendo um anacronismo. (Adorno & Horkheimer, 1973, p. 137)

Embora a família se conservasse tal qual uma instituição feudal assentada sob o princípio de parentesco natural, um elemento irracional dentro da sociedade industrial orientada pela ordem racionalista passava a ganhar espaço. A família passou a responder como operadora do sistema dominante, com a figura de autoridade familiar envolta pelos elementos do domínio do princípio do “calculismo” em todas as relações, cujo lema passava a ser: da oferta e procura (Adorno & Horkheimer, 1973).

Posto isto, as famílias, diante de quaisquer figuras consideradas de autoridade e circundadas de recursos racionais e irracionais, eram seduzidas. Isso, pois, era considerado indispensável para que sua força de trabalho reprodutora fosse vendida, gerando uma relação díspar com quem comprava o trabalho. Portanto, a natureza da família compreendida enquanto social não podia ser separada do princípio de trabalho assalariado e do desenvolvimento da sociedade burguesa (Adorno & Horkheimer, 1973).

Adorno e Horkheimer (1973) afirmam que as instituições capitalistas oferecem aos indivíduos aquilo que eles gostariam de ter e ser, isto é, vantagens materiais, proteção, satisfação dos desejos narcísicos postulados como forças ameaçadoras para as quais o ser humano deve se submeter. Dessa forma, o lugar da autoridade familiar é substituído por essa adesão às instituições capitalistas, que falsamente se propõem a restaurar o amparo e retirar os indivíduos ilusoriamente da sensação de ameaça.

Em razão das mudanças advindas da sociedade pós-industrial e, por conseguinte, do desenvolvimento econômico da lógica capitalista, transformações sociais ocorreram e implicaram na estrutura de organização familiar em relação aos seus papéis e funções. Desse modo, a autoridade familiar tornou-se abstrata, resultando no desamparo dos indivíduos. Tendo em vista este contexto, os indivíduos acabaram em um movimento de assujeitamento frente à autoridade externa, pois ela, envolta em idealização narcísica

projetada pelo que eles gostariam de ser, passa a ser um substituto de identificação da autoridade de outros tempos.

Conforme Adorno e Horkheimer (1973), no período da modernidade a família ultrapassou a condição imposta pela sociedade “à interioridade dos que lhe estão confiados, convertendo-a em coisa própria e desejada por eles e ‘interiorizando’, assim, os indivíduos” (p. 138).

Ao ingressar no mundo do trabalho assalariado e de sua disciplina, era necessário ter a “obediência” ao *pater familias*, porém, essa obediência passou a não ser suficiente. Assolados pela desesperança, foi preciso além de tudo desejar essa obediência como “temer e amar” (Lutero citado por Adorno & Horkheimer, 1973, p. 139). Seguindo esse lema burguês, para que o indivíduo fosse reconhecido, era necessário se adaptar e se conformar, aprendendo a satisfazer o dono da sua força de trabalho: o outro. Na família, isso já se apresentava, por exemplo, na relação pai e filho, cujo pai, reconhecido como forte e poderoso, se tornava ideal do filho, que se submetia na intenção da satisfação paterna.

A família mantinha a proteção e conforto dos seus membros, mas a autoridade familiar buscava uma argumentação sobre a propriedade privada hereditária, na época considerada como um forte motivo por parte dos herdeiros. Como afirmam Adorno e Horkheimer (1973),

A crise da família adquire também o aspecto de prestação de contas, não só pela opressão brutal que sofreu a mulher, mais débil, e depois os filhos, por parte do chefe da família, até ao limiar dos novos tempos, mas também pela injustiça econômica que se praticava, pela exploração do trabalho doméstico numa sociedade que, em tudo o mais, obedecia às leis de uma economia de mercado. (p. 140)

A crise da família representa, para Adorno e Horkheimer (1973), a fragmentação da humanidade que atualmente é “tão pouco temida quanto amada” (p. 140). Na sociedade industrial, mesmo em uma multidão, o indivíduo se encontra e se sente sozinho, pois não enxerga mais a figura do pai como referência e tende a buscar pela figura de um pai que tenha mais força e poder, um super-homem elaborado pelas ideologias totalitárias que tenha como desígnio a opressão do indivíduo, inclusive aos poderes coletivos.

Theodor Adorno, entre 1944 e 1947, escreveu um conjunto de textos que publicou no livro intitulado *Minima Moralia*, no qual procurou buscar e expor, através da comum

filosofia³ e a partir da experiência subjetiva, considerações acerca da esfera social. Ele se propôs a investigar a humanidade e a forma de barbárie, ampliando do subjetivo para o objetivo e universal.

No texto “Banco público”, encontramos a análise da família e de sua autoridade, que se pautava na hierarquia, sendo esta instituição responsável pela formação do indivíduo e que mediante a crise estrutural capitalista, se encontrava ameaçada frente ao seu lugar e autoridade exercida (Adorno, 1993).

Sabemos que o suposto assassinato do pai é parte do Édipo conforme Freud nos afirma em *Totem e Tabu* (1912-13/2012), pois mesmo diante do parricídio, a sua lei continua existindo, auxiliando e fundando a passagem do lugar de sujeito da natureza para cultura. Entretanto, Adorno (1993) possui uma compreensão acerca do Édipo, de que “não se conhece nenhum complexo de Édipo, mas o assassinio do pai” (p. 10), pois os indivíduos agem sob o ímpeto de seus impulsos, sem repressão.

Assim, entendemos que em virtude da impotência econômica da perda da propriedade, do lugar de pertença e da notoriedade, a autoridade do papel dos pais é enfraquecida e até mesmo transferida. Nesse sentido, os indivíduos encontram em outras instituições capitalistas modelos de identificação que ilusoriamente fornecem amparo material, satisfação narcísica e autorização de agir violentamente com o outro que lhe aparentar ameaça, não havendo a aceitação da experiência psíquica de castração e tampouco da alteridade.

Ainda, as mudanças das funções da autoridade familiar e a reorganização da base econômica da sociedade industrial, somadas aos

(...) intentos apolíticos de romper com a família burguesa quase sempre voltam a cair ainda mais profundamente nas suas redes e, por vezes, parece que a infeliz célula germinal da sociedade, a família, é ao mesmo tempo a célula que nutre a vontade de não se comprometer com os outros. Com a família, enquanto o sistema subsiste, desfez-se o agente mais eficaz da burguesia, e também a oposição que, sem dúvida, oprimia o indivíduo, mas também o fortalecia, se é que não o produzia. O fim da família paralisa as forças contrárias. A ordem colectivista ascendente é o sarcasmo para com os sem classe: no burguês, ela liquida ao mesmo tempo a utopia que, outrora, se alimentou do amor da mãe. (Adorno, 1993, p. 11)

³ “Fragmentos de nenhum modo subsistam antes da filosofia de que eles próprios são um fragmento” (Adorno, 1951, p. 8)

Antecedendo a família burguesa, temos a família proletária, sob a vigência da doutrina do liberalismo, de liberdade individual e igualdade diante da lei, que apresentava no campo econômico a justa e livre troca, apesar de no despontar da Revolução Industrial e ascensão do capitalismo declina do seu lugar. Esta família tem os seus filhos distribuídos para mão de obra como escravos, com o objetivo de compor o processo de produção de trabalho. É dessa forma que a sociedade burguesa passa a dominar e ampliar a sua coerção, sendo a família seu instrumento de ação. Os burgueses impunham seus padrões de funcionamento moral, econômico, doméstico e social.

Nesta configuração, a família proletária inicia o padrão burguês, no qual o indivíduo acaba se submetendo ao dono da indústria, que parece corresponder a figura paterna. Agora isso se concentra na produção de trabalho, como se os mesmos não tivessem história. A família, portanto, pode apresentar para o indivíduo a face da identificação com a autoridade, ser um lugar para o seu desenvolvimento de emancipação para subsistir a própria identidade, diferenciando o eu do não-eu e, por outro lado, promovendo o assujeitamento às imposições de autoridades externas, o que leva ao silenciamento e à acriticidade.

Sob a perspectiva de Adorno e Horkheimer, percebemos que os autores, através da teoria crítica, procuram investigar e ressaltar a importância da relação indivíduo com os seus semelhantes. Para eles, o ser humano é essencialmente um ser de relações, de comunicações necessárias ao funcionamento social. Enquanto as autoridades parecem ter sido derrubadas, implicando em uma certa liberdade do indivíduo de sua família, mas que o fez se submeter ao dono da indústria enquanto autoridade que o leva a agir sobre a produção capitalista e exploração, a autoridade privada ou familiar é transferida agora para a autoridade econômica.

A família desta era contemporânea, a qual iremos nos ater durante os próximos capítulos, diverge e se distancia do modelo familiar anteriormente exposto, no qual há a necessidade de um cuidado no círculo dos membros da família seguindo padrões, valores e regras reconhecidas como base para as instituições e sociedade.

3 As Subjetividades na Contemporaneidade

Neste capítulo procuramos trazer autores que trabalham sobre o contexto contemporâneo – período tido como pano de fundo para a reflexão psicanalítica – a partir do exame crítico de textos da família. Verificamos a preocupação dos autores em problematizar os desafios da contemporaneidade e o quanto tais adversidades atravessam as subjetividades.

Período este marcado por características únicas políticas, sociais e culturais que repercutem nos sistemas de valores, condutas, regras nas subjetividades. Salientamos que, majoritariamente, as obras referenciadas trazem o contemporâneo associando-o a uma era, um contexto de mal-estar, tal como cunhado por Freud (1930) quando ele se referiu aos desarranjos nos sujeitos, ou seja, o conflito existente entre as necessidades dos indivíduos e as exigências sociais e culturais de cada período.

Segundo Birman (2019), a era contemporânea é marcada por subjetividades. Nela, o olhar do outro no campo social e mediático ocupa uma posição estratégica na economia psíquica do sujeito. Nestes moldes, a subjetividade passa a assumir um caráter estetizante. Isso significa que a existência mantém o seu gozo por meio de um cenário teatral estético. O autor aponta que os destinos do desejo do sujeito hoje são apoiados em uma direção exibicionista e autocentrada, na qual o horizonte intersubjetivo se encontra esvaziado e desinvestido das trocas “inter-humanas reais”. Desta maneira, a eliminação do outro – se este resiste e faz obstáculo ao gozo do sujeito, como ele aponta – atualmente se impõe como uma banalidade, incorrendo na morte simbólica e em assassinatos reais na cena cotidiana que passam a ser tidos como trivialidades.

Birman (2019) afirma que a modernização do social estabelece novas exigências para a subjetividade que, para adaptar-se, continuamente passa por modificações em consequência das transições incessantes da ordem social. O mundo tradicional é desmapeado, perdendo seu traçado de linhas claras, precisas. Ele adquire uma dimensão de infinitude, já que as rotas e os caminhos são múltiplos. Por conseguinte, amplia ainda mais o potencial de incerteza do sujeito, já que este passa a ser exposto a maiores opções e escolhas, levando-o a sentimentos de insegurança e angústia. O sujeito se vê desamparado apesar das muitas possibilidades a ele ofertadas, pois se mantém sob as impossibilidades existenciais, que se traduzem na ausência de projetos sociais estáveis compartilhados nas relações, permanecendo para as subjetividades o acordo (inconsciente ou não) de extração unicamente do gozo.

Desse modo, a sociedade pós-moderna ou contemporânea pode ser caracterizada tanto pela ideia de cultura do narcisismo, segundo a leitura de Lasch (1983) – onde tem-se como valor o autocentramento aliado à inexistência de história e ao desaparecimento da alteridade como valor – quanto pela categoria de sociedade do espetáculo, de Debord.

Em Debord, a exigência do espetáculo é o catalisador dos laços sociais, sendo, pois, a *mise-en-scène* reguladora fundamental do espaço social, o acúmulo do capital e o acúmulo das imagens, como bem aponta em sua obra *A Sociedade do espetáculo* (1964). O mundo estaria centrado no eu, na individualidade, sempre autorreferente; o sujeito busca sempre a estetização de si mesmo, transformada na finalidade crucial de sua existência.

As culturas do narcisismo e do espetáculo construíram um modelo de subjetividade em que se silenciam as possibilidades de reinvenção do sujeito e do mundo, o desejo sucumbe frente à exaltação dos emblemas narcísicos do eu, na demanda de autocentramento e de espetáculo. O desamparo das subjetividades resulta, pois, de um mundo que não se funda mais sobre ideais totalizantes e universalizantes. A ocupação diante do cuidado excessivo com o próprio eu se transforma em objeto permanente para a admiração do sujeito e do outro, mas o brilho que se almeja alcançar nunca se faz suficiente, os retoques são incessantes (Birman, 2019).

Nesse cenário contemporâneo, a mídia se destaca como um instrumento fundamental que instiga a ideia de exaltação de si mesmo pelo indivíduo, direcionando-o a sempre poder dispor dos meios de comunicação (seja para consumir informações ou mesmo consumi-lo), como o caso das atuais mídias sociais, que o levam a aderir a ideia de que o parecer ser, mediante as imagens produzidas na cena social, são mais valiosos do que o próprio ser. O resultado é um sujeito que não se importa mais com os afetos, cuja ligação com o outro se realiza puramente a fim de objetalizá-lo para a predação e gozo. Em outros termos, trata-se de uma interação relacional cujo objetivo é retirar somente o que lhe é interessante para seu uso e desuso (Birman, 2019).

Na cultura do narcisismo, do espetáculo e da performance, o que funda o autocentramento da subjetividade é o excesso de exterioridade, ou seja, a demanda da estetização da existência são as formas do indivíduo existir na exterioridade, a fim de que possa desfrutar com a admiração que provoca no olhar do outro (Birman, 2019). O sujeito é orientado pela performatividade. As formas de existir e de se expor são voltadas para a sedução do outro – este que é apenas um objeto predatório para a satisfação daquele e para a admiração de si próprio. A imagem é condição indispensável para o espetáculo na

cena social e para a captação narcísica do outro, de modo que o simulacro perpassa a totalidade do tecido social.

Na cultura contemporânea, Birman (2019) afirma não existir mais espaço para questões da existência humana como o amor, a amizade, o afeto gratuito e até mesmo o desejo. Enquanto interesse para as individualidades, é destacada a sua própria existência, que se nutre à custa do gozo predatório sobre o corpo do outro, desaparecendo a reciprocidade presente nas relações e emergindo, portanto, o reflexo narcisista.

Diante destas novas formas de existência, a atuação do indivíduo se move em direção ao gozo imediato, já que há a fugacidade do tempo e das ofertas de prazer. Como efeito deste tempo, Birman (2019) afirma que a família, as novas valorizações da infância e da adolescência, a masculinidade, a feminilidade e a sexualidade foram expostas a um árduo processo cultural de redescrção, na passagem do sujeito da ordem tradicional para a ordem moderna.

Tavares (2010), assim como Birman, também afirma que em cada época da história houve a produção de leis, regras sociais, valores, padrões de comportamentos e tendências culturais. Tais elementos, quando circunscritos em um determinado momento, constituíram determinadas subjetividades.

O cenário atual compreendido como contemporâneo – ou pós-moderno espetacular –, ao qual se apresentam inúmeras possibilidades, é também efêmero e impreciso pela velocidade dos acontecimentos e aceleração da vida. Por isso, os sujeitos se percebem sem norte, envoltos em incontáveis possibilidades, mas sem um sentimento de segurança para a tomada de decisões. Isso é resultado também dos referenciais inconsistentes (Tavares, 2010).

Tavares (2010) afirma que as tradições e tabus, antes, prendiam os indivíduos, castrando-os e lhes impondo limites. No entanto, no contemporâneo, frente à liberdade individual, podemos usufruir das muitas possibilidades desta conjuntura sob um alto custo do não contorno. Afinal, na era contemporânea, o que se configura socioculturalmente é uma “aparente” liberdade individual, o gozo desenfreado proporcionado pela submissão do outro, pela multiplicidade das ofertas mercadológicas que prometem a realização, entre outros. Mas em contrapartida, o desdobramento negativo é o desamparo pelo não estabelecimento de limites, promovendo uma forma de ser aplacado através das ofertas disseminadas pelo mercado, ou seja, é um ciclo que poderia se traduzir como: gozo sem limites, desamparo e “falso amparo” pelo consumo.

Alguns autores, como Foucault (1987), apresentam a nossa sociedade como sociedade do controle dentro da era disciplinar, ou seja, a disciplina é internalizada pelos indivíduos instaurando comportamentos para que sigam as normas impostas pelas instituições, atuando de forma camuflada e exercendo o controle dos corpos que, quando alvos do poder, passam a se submeter a esse funcionamento.

O desamparo ao qual o sujeito está imerso se trata da carência de referências consistentes de identificação, que igualmente se vinculam ao medo da perda de oportunidades e possibilidades, pois tal contexto é marcado pela transitoriedade, efemeridade e dificuldade no processo de se fixar a uma identidade (Tavares, 2010). O sujeito, nesse sentido, se encontra absorvido pelo tempo da urgência, na corrida para se destacar nas esferas pessoal e profissional. Quando conquista o que deseja, corre o risco de perder o triunfo rapidamente pela instabilidade do tempo e por outras ofertas apresentadas a ele como melhores.

Os sujeitos são filhos de seu tempo. E o tempo vigente é o da instantaneidade, de pensamento no hoje, da “performance”, do presente fragmentado com tempo limite, algo que leva ao esvaziamento das experiências e fluidez das identidades que se adequam às solicitações do mercado e ao olhar dos espectadores (Tavares, 2010).

Portanto, como descrito por Tavares (2010), a cultura atual do mundo “internetizado” e sem fronteiras, na qual o passado é abandonado com rapidez e o presente transitório se evidencia, ceifam do sujeito as ambições e projeções nas possibilidades de um futuro tanto a médio quanto a longo prazo. A flexibilização exigida para que os sujeitos atendam às demandas a eles impostas, desemboca, pois, na não solidez dos modos de ser no mundo, ao qual devem estar sempre preparados para o que virá sem qualquer excessivo apego ao passado, pois o tempo de realização deve ser o presente. Com isso, lhe é retirado o sentido subjetivo de seus relacionamentos e de suas realizações.

Seguindo as afirmações de Tavares (2010), compreendemos que a esfera contemporânea é marcada pelo espetáculo – sobretudo narcisista, onde o eu, a todo momento, busca o reconhecimento e aceitação através do olhar do espectador sobre a sua exposição, se nutrindo narcisicamente. Nesse cenário, as exhibições são valorizadas e incentivadas, afinal, o aparecer e o parecer ser são viabilizados pela internet, que estimula os sujeitos em seus percursos do espetáculo, passando a serem referências identificatórias que quem os assiste e que demandam continuamente por mais produções performáticas.

No início do capitalismo, possuir capital e posses era o que estimulava o sujeito. Nos dias atuais, somente o ter se torna insuficiente, sendo o ter e aparecer o que promove

o “sucesso”. Nesse sentido, aparecer na cena social, nas mídias virtuais e redes sociais é uma forma das subjetividades sobreviverem. É por meio desse espaço que aparentemente cresce e potencializa a imagem envolta pelo investimento do público, da qual nos tornamos simultaneamente atores e espectadores.

Ainda mediante o panorama vigente, os sujeitos acabam sendo capturados pelas necessidades disseminadas através do discurso do outro em detrimento dos seus próprios desejos e necessidades, porque para efetivamente fazer parte dessa cultura, a aderência às demandas do mercado pelas “pseudonecessidades” apresentadas como ideais a serem consumidos são fundamentais. Por isso, é adquirido o sentimento de pertença, mas o que se provoca nisso tudo é o distanciamento dos homens e o desencontro de si mesmo (Tavares, 2010).

Essa perspectiva também é descrita por Bauman (2005), autor que teoriza sobre a identidade e a era pós-moderna. Nesses períodos, ele afirma que a sensação flutuante do ser, a noção da incerteza e da insegurança encontram-se cada vez mais predominantes, ocupando os modos de vida contemporâneos de intenso e crescente processo de desregulamentação e privatização. Condensadas em alguns itens, como a propensão a se deixar dominar pela imaginação das mídias e a colonização do universo pelos mercados (econômico, político, cultural e social), em que todos esses fenômenos são encaminhados ao movimento único da lógica cultural que valoriza o relativismo e a indiferença.

Deste modo, os sujeitos se apresentam em contínuo estado de alerta para antever e se defender deste cenário marcado pela efemeridade e indiferença do homem sobre o próprio homem. Permanece, com isso, em um processo interminável de construção e vigilância de si, que tem como objetivo atender às exigências ditadas pela contemporaneidade para não cair no desamparo, embora já estejam nele.

Para Bauman (2005), neste mundo líquido, contínuas modificações são apresentadas sobre os projetos de vida dos homens. Há a metamorfose do cidadão possuidor de direitos em um indivíduo que busca a afirmação no espaço social, como na passagem de estruturas de solidariedade coletivas para as de disputa e competição, e por conseguinte, no enfraquecimento dos sistemas de proteção estatal.

Nesse sentido, as inúmeras adversidades da sociedade ocidental contemporânea vêm suscitando nos sujeitos sensações permanentes de instabilidade e insegurança, produzidas a partir de um ambiente de incertezas e sem constância de sucessivos processos de transformação não somente sociais, mas também subjetivos. A crise do Estado e seus resultados, como o crescimento da violência, da insegurança, da falta do

bem-estar social e da corrosão da natureza resultante da tecnologia capitalista provocam essa fugacidade subjetiva a nível das identidades sociais e culturais.

Também neste cenário, os sujeitos inclinam-se às mudanças em um intervalo de tempo breve e efêmero. Essas transformações ocorrem na forma como se posicionam nos hábitos, nos costumes, nos relacionamentos, na convivência, já que há a necessidade de viver a dialética e o movimento do sujeito para a ambivalência da identidade perdida sob a nostalgia do passado (Bauman, 2005).

Estas teorizações nos permitem compreender o contexto contemporâneo como um cenário problematizado por algumas questões, como a brevidade e efemeridade dos acontecimentos, sensação de fluidez nas relações e de presente transitório, para citar apenas algumas delas. O que nos leva à questão de como as subjetividades são circunscritas pelos impasses dos períodos aos quais os sujeitos se encontram; períodos com características únicas e transformações de seus fenômenos.

3.1 A ascensão do movimento conservador e seus desdobramentos

Ao tratarmos sobre o contemporâneo e as subjetividades presentes neste tempo, também é necessário olharmos para a crescente onda de conservadorismo que vem despontando nesse cenário. Essa manifestação, principalmente no contexto do Brasil, ganhou mais ênfase com as ações governamentais do mandato presidencial de 2019. De igual forma, percebemos que esse crescimento do conservadorismo também tem despontado em outros países, sempre fomentados pelo apoio popular.

Sabemos que mediante as incessantes transformações do mundo contemporâneo o sujeito é levado a gozar de maior liberdade de possibilidades que o seduz, mas que por outro lado pode levá-lo ao desamparo pelas inúmeras oportunidades e perspectivas (de não saber o que escolher, por exemplo). Desta forma, diante desse desamparo humano inerente à condição estruturante, alguém que perceba essa angústia coletiva pode se aproveitar a partir de discursos que prometem aplacar essa situação, e amparar dizendo que há uma saída imediata para esse sujeito.

Geralmente, a figura que profere discursos nesse viés são líderes, em nosso contexto atual temos o presidente do Brasil. Esta figura propõe um mundo mais sólido que traga o amparo perdido, ou melhor, ofereça o retorno a um período tido e dito como melhor e que se tinha. Acaba sendo vista com “bons olhos”, ou passa a ser colocada na

posição de “salvador da pátria”, “um pai tirano, opressor”, mas que protege e repara o mal-estar dos sujeitos sem referência.

Para tanto, entendemos que trazer a definição do conservadorismo é fundamental, afinal, trata-se de um termo que vem sendo utilizado de forma recorrente no cenário político e também dentro da análise que estamos a propor. O termo conservadorismo se associa ao campo político, mas sua definição parece complexa, já que o substantivo conservadorismo implica na presença do adjetivo conservador, empregados em conjunto.

Para Bobbio (1998, p. 242), o substantivo conservadorismo,

Implica a existência de um conceito; o adjetivo conservador qualifica simplesmente atitudes práticas ou idéias [sic]. O fato de se usar muito mais o adjetivo que o substantivo é devido à variedade de significados atribuídos ao primeiro e à dificuldade de determinar a natureza e fins do segundo. Tanto é assim que se chegou a negar sem mais que tal termo existisse como conceito autônomo e unitário.

Ao nos fundamentarmos na definição do conservadorismo a partir do referido autor, compreendemos que ele se refere à manutenção e preservação, “o conservar” da ordem política, social e econômica existente, apresentando resistência a outras propostas, ao novo, ainda que as mudanças possam ser benéficas.

De acordo com Minerbo e Botter (2017), com o crescimento do conservadorismo, as liberdades e valores que foram alcançados pelos grupos sociais nas últimas décadas estão em vias de desaparecer, ou, como descrevem, serem engolidos pela onda conservadora.

Segundo Minerbo e Botter (2017), vivemos atualmente em um contexto social com mais fluidez, flexibilidade, onde a realidade socioeconômica e cultural destoa das instituições da modernidade, que antes determinavam com “mão de ferro, o certo e o errado”, “o permitido e o proibido”, e possuíam valores rígidos considerados universais que determinavam as ações dos sujeitos. Na época, quem não estivesse seguindo o que era orientado era visto como desviante.

Na atualidade, porém, o que impera é o oposto à rigidez, não há um único modelo a ser seguido, temos liberdade para novas formas, formatos de produções de vida e de subjetividades. Minerbo e Botter (2017) também defendem a ideia de que ao lado da liberdade deste tempo presente, tem-se as crises institucionais, que decorrem da passagem de um saudável e desejável relativismo para se ter maior flexibilidade, mas para um relativismo absoluto, uma impossibilidade de afirmar qualquer valor, deixando os sujeitos

sem referências identitárias, ou como mencionam “sem chão, o eu se fragiliza e passa a sofrer de uma ‘anemia psíquica crônica’” (n.p). Essa desconstrução abrupta realizada pelo relativismo absoluto resulta no conservadorismo como uma maneira de reconstruir algo estável.

Desta forma, o movimento conservador defende a manutenção das instituições sociais tradicionais, a exemplo da família patriarcal, como sendo o único modelo possível, recusando reconhecer as famílias atuais monoparentais, homoparentais ou quaisquer outros formatos que não o dito universal.

Essa ascensão do movimento conservador das instituições tradicionais defende de forma veemente determinados preceitos religiosos e morais. Defendem a família tradicional, bem como certas normas e regras indispensáveis, segundo eles, para um bom funcionamento social. Isso implica no fato de que o sujeito venha a se enquadrar ao que é estabelecido como “correto”, denotando resistência às mudanças, ao novo, e produzindo igualmente a desvalorização e declínio da ciência, o que leva ao retrocesso.

Vemos, então, que até mesmo cientistas e estudiosos são capturados por esse movimento conservador de forma velada ou conscientes da situação, mas o fato é que permanecem dentro do funcionamento conservador e disseminam, a partir de suas teorias, a narrativa do tradicional e universal como ideal a ser seguido.

3.2 De qual família estamos falando?

Até aqui, compreendemos a família como consequência de seu próprio tempo, ou seja, resultado de seu momento histórico, uma vez que se apresenta desta ou daquela forma pelo período em que se encontra inserida, desviando de um discurso que busca a normatização ou estagnação dos fenômenos.

Afinal, como afirma o filósofo Hegel (1997), “aconteça o que acontecer, cada indivíduo é filho do seu tempo”, ele está em contínua mutabilidade, mantendo estreita relação com aquilo que foi na história dos seus antepassados e com aquilo que se sucederá. Ou ainda, sendo também uma dialética, como propôs Ciampa (1987) ao falar sobre a identidade do sujeito.

Desta forma, na contemporaneidade as várias mudanças contextuais, como a falta de referências identificatórias, de sustentáculos institucionais, a fragilização dos vínculos, o atravessamento das tecnologias e a busca ininterrupta pelo prazer imediato conduzem a uma nova composição da família, que se distancia da formação anterior denominada

família triangular ou tradicional, na qual os papéis eram marcados e delimitados pela autoridade paterna.

Como foi dito, as mudanças na família transcorrem associadas aos fatos históricos, econômicos, políticos, culturais e sociais de seu período. Com a industrialização no século XIX, as figuras parentais passaram a dedicar-se mais à extensa produção de trabalho, se ausentando do espaço familiar e dos cuidados em relação aos filhos. As mulheres de classes econômicas menos favorecidas, em especial as mulheres trabalhadoras rurais, que até então dedicavam-se integralmente às questões domésticas, ingressaram nas fábricas juntamente aos homens sob péssimas condições de trabalho. Dessa forma, a classe trabalhadora iniciou um movimento exigindo condições mais dignas, despertando também a luta pelo espaço, igualdade e valorização da mulher.

Portanto, no final do século XIX, o advento da mobilização pela emancipação feminina levou a mulher a uma nova jornada enquanto mulher, mãe e profissional, elevando suas atividades dentro e fora de casa. Com um cenário relativamente mais democrático, foram estabelecidos a garantia e o acesso aos direitos da mulher, como melhores condições de trabalho e sexualidade feminina, ocorrendo também a queda da taxa de mortalidade infantil e a queda da natalidade através do direito à contracepção, bem como o aumento da longevidade, permitindo o convívio entre as gerações tanto do século XIX quanto das décadas que se sucederam.

Nesse sentido, as mudanças nas atuações laborais, ações e as relações da forma como os indivíduos se colocam na contemporaneidade originam também outras formações familiares; famílias nas quais as figuras parentais se separam, podendo se reconstruir em um outro matrimônio ou não; famílias monoparentais constituídas por uma mãe ou um pai que assume a parentalidade dos filhos; famílias homoparentais constituídas por casais homossexuais e outras relações de gênero; famílias heterossexuais; famílias adotivas.

3.2.1 A família na contemporaneidade

Diante do que foi exposto, abordamos aqui as autoras que recuperam a família no contexto contemporâneo, destacando as suas principais características. As modificações apontadas por elas indagam as dificuldades presentes nesta era, que ressoam em dificuldades nos papéis parentais. Suas discussões percorrem desde à ascensão tecnológica, do consumo, da imagem, da perda de garantias até as dificuldades na

transmissão da autoridade paterna e o maior espaço do feminino sendo ocupado. Comentamos a respeito dos discursos das autoras, sublinhando que em muitos dos seus escritos também reconhecemos como impasses a família e o fazer parental, porém, quando abordam o lugar da figura do pai e seu enfraquecimento, percebemos um tom receoso de que se há a mudança da figura da autoridade paterna, há o fortalecimento do feminino.

Algumas leituras sobre o tema nos permitiram contemplar a família inserida no contemporâneo a partir de aspectos históricos, conceituais e psicanalíticos. Em nossa compreensão, a família é o primeiro fundamento da sociabilidade humana que se encontra atravessado historicamente, portanto, não cabe uma definição universal de família, devendo ser contestado qualquer enquadramento nesse sentido.

Os modelos familiares aqui apresentados acompanham o momento histórico e cultural ao qual se inserem. Com isso em vista, originaram-se as famílias denominadas tradicional, nuclear, moderna, até se aproximar da referida família contemporânea – apresentada por meio da análise das obras expostas abaixo.

Mesmo diante dos novos delineamentos e modificações inéditas relacionadas à família na contemporaneidade, esta instituição continua a existir através do seu espaço e desejo parental construídos antes mesmo de o filho nascer; trata-se do lugar afetivo e psíquico no qual a criança poderá se constituir enquanto sujeito – ou seja, ter identificações para que tenha representações internalizadas de si e do outro, da relação com outro objeto. A função materna inicialmente se coloca em um movimento não somente de cuidados físicos, mas psíquicos e afetivos em relação ao filho, se fusionando a ele, já que sozinho ele não teria condições de sobrevivência.

A função paterna ingressa posteriormente, mas não é menos fundamental, para interditar a relação de simbiose e auxiliar o filho a ingressar na cultura. As funções materna e paterna, diz-nos Kehl (2001), são imprescindíveis para que haja a constituição psíquica do sujeito, podendo ser ocupadas por diferentes pessoas, independente do sexo, desde que realizem a função.

Sobre os lugares do feminino e masculino ocupados na família, Kehl (2001) afirma que podem ou não haver correspondência onde estão os homens e as mulheres, ou seja, esses lugares circulam, podendo, por exemplo, a figura feminina desempenhar a função paterna. Embora esses papéis possam ser exercidos por outras figuras (ainda que algo importante falte sendo feminino ou masculino), encontra-se a tendência de repetir os

papéis tradicionais da família como pai, mãe e filhos. Na contemporaneidade, é cada vez mais evidente a circulação desses papéis, embora com limites.

Kehl (2001) nos diz que se houver a existência de um pai e uma mãe, alguém que faça estas funções, a família estruturará edipicamente o sujeito. Nessa estruturação, a criança será interpelada pelo desejo que a constituiu (o desejo do outro) com o seu próprio desejo. Tal travessia torna a criança um ser de linguagem, barrado frente ao gozo do outro. Todavia, a vivência e elaboração edipiana da criança depende de como os próprios pais passaram pelo complexo de Édipo – período de organização subjetiva que opera no ingresso do sujeito em relação às leis familiares e às normas sociais determinantes no seu acesso à cultura.

Kehl (2001) afirma ainda que a família representa a interdição do incesto e a sexuação, em que, através da passagem edípica, o sujeito irá se sexuar enquanto homem ou mulher, se estruturando psiquicamente. Sendo a identidade sexual uma certeza subjetiva, imaginária e que não corresponde obrigatoriamente ao sexo biológico ou à orientação sexual, “mas que o sujeito desde criança saiba em que porta do banheiro se deve entrar, necessário para que ingresse na ou em qualquer cultura” (p. 30).

Na cultura contemporânea, essa “certeza de que o sujeito saiba” (Kehl, 2001) alcança ainda maior notoriedade em vista do seu rompimento com os laços tradicionais, assim como em razão da mobilidade social que em alguma medida dispensou o peso da origem da família, da posição dos membros dentro da instituição e da filiação religiosa que até então indicavam o que o sujeito é.

Kehl (2001) nos diz também que o sujeito da psicanálise se constitui no curso de sua jornada. Mesmo perante as mutabilidades e ausências de definições presentes na cultura vigente, é significativo que disponha de duas certezas subjetivas; a filiação, que diz de quem o sujeito é filho; e a sexuação do ser mulher ou ser homem, dados que acompanham o decurso do sujeito. Estas primeiras inscrições relativamente estáveis no sujeito são associadas à condição de família, que igualmente se faz responsável pelo seu sintoma. Este último pode levar o sujeito a atos indesejados resultantes em sofrimento; resultados das características familiares, da história que precede o nascimento a partir do qual torna-se representante das dificuldades depositadas pela dinâmica familiar e manifestadas pelo lugar que o sujeito ocupa.

Kehl (2001) discute que cada vez mais tornam-se comuns discursos que se referem à crise da família ocidental, declarações que frequentemente se pautam no saudosismo de que anteriormente existiu alguma família estável, segura, que propiciava suporte, padrões

morais aos filhos. Estes discursos colocam a família atual como aquela responsável pelas dificuldades e por estar produzindo crianças angustiadas, sintomáticas, delinquentes e antissociais.

No entanto, cabe destacar que a família sempre foi permeada por mudanças contextuais e fragilização denotada através do estado psíquico dos filhos que, de alguma forma, denunciavam os sintomas e as tensões resultantes da história familiar.

Kehl (2001), recorrendo aos escritos de Freud, afirma que a família nuclear burguesa, em seu apogeu, esteve atrelada a um período de grandes manifestações e sofrimentos psíquicos: “Nada mais estruturado do que a família vitoriana do final do século XIX, quando Freud descobriu o sintoma neurótico e inventou a psicanálise”. (Kehl, 2001, p. 31). Essa família do final do século XIX, compreendida como estruturada, foi a mesma que produziu o sofrimento neurótico, a histeria e a neurose obsessiva.

Na discussão da autora, evidenciar a carga de uma família idealizada, estruturada, sólida e isenta de quaisquer conflitos ou sofrimentos é uma concepção baseada em uma família perdida e que por consequência não existiu, assim como possivelmente não será encontrada, pois os sintomas, as dificuldades e os conflitos sempre se farão presentes e serão expressos de uma maneira ou outra (Kehl, 2001).

Para Kehl (2001), hoje a família estável que se imagina e se pretende alcançar está em declínio, dadas as formas modernas do mal-estar. Assim, os sujeitos se encontram em dívida em relação à formação familiar de outrora – dívida igualmente arquitetada pela indústria cultural, que por sua vez, promove um modelo “perfeito” de família disseminado pela televisão, cinema e internet, em que os sujeitos são dominados pela idealização e nostalgia de um mundo passado aparentemente mais seguro.

Como exposto por Kehl (2001), em vista da família nuclear não estar mais em destaque, uma patologia contemporânea das novas formações familiares emerge, refletindo o peso permanente de uma dívida em relação a uma estrutura familiar ideal. Esta tende a incutir nos adultos o temor de se autorizarem enquanto pais, de se responsabilizar pelos riscos da criação e educação dos próprios filhos.

A família contemporânea está sob a vigência da dívida da família ideal perdida. Por isso, simultaneamente solicita que sejam realizadas as funções enquanto família de modo oposto ao que foi vivido. Nesse sentido, coaduna dois discursos paralelos em que um argumenta pela busca da família ideal de outrora; e outro que diz para fazer tudo diferente do que os pais fizeram, mantendo o desamparo na transmissão da experiência (Kehl, 2001).

Na obra de Kehl (2001), observamos que as transformações no contexto familiar podem mobilizar novos sintomas e sofrimentos em que os sujeitos se percebem perdendo aquilo que tinham ou imaginavam que tinham, como no caso da autoridade e da estrutura ideal de família. Em decorrência dessas pressões, se ressentem e se enxergam como pais ou mães insuficientes, não autorizados a sustentarem a responsabilidade dessas funções e desse lugar parental.

Essas dificuldades na disposição parental se apresentam de forma instável e sem sustentação simbólica das funções materna e paterna, pois tais sujeitos se encontram às voltas por discursos enunciados pelos detentores do saber, que colocam em dúvida a legitimidade do estabelecimento enquanto pais.

Kehl (2001) afirma que as figuras parentais da contemporaneidade procuram demasiadamente investir narcisicamente em seus filhos, tentando não falhar, não se arriscando e não frustrando-os com a finalidade de que não venham ser cobrados futuramente pelos possíveis erros. Neste movimento dos pais em busca de recuperar o seu lugar de filhos e herdeiros na cultura do individualismo e do narcisismo, desemboca a formação de sujeitos que não aceitam serem barrados em seu gozo, acreditando que “tudo podem”.

Também verificamos que diante do não saber e frente à nostalgia de uma família “ideal”, as figuras parentais vêm delegando a outras instâncias (que supostamente sabem sobre a criação de filhos) o seu fazer, sejam médicos, psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos e, principalmente, a escola – espaço onde os professores possuem uma relação diária com essas crianças no início de sua alfabetização, bem como exercem cuidados maternos através das creches, berçários, modelando o comportamento destes indivíduos em formação, de modo a tentar promover alguma forma de garantia.

Iaconelli (2019) aponta para a dificuldade de se sustentar as escolhas, visto que vivemos em um momento de demandas conflitantes impossíveis de serem todas atendidas. A autora demonstra a década de 1950 como um período no qual se assinalava aquilo esperado dos pais: das mulheres era esperada a dedicação ao lar, ao marido e aos filhos; dos homens, o trabalho e a manutenção econômica do lar. Cada um sabia o que se esperava de si e o que cada um deveria exercer.

No cenário contemporâneo, diante da possibilidade e da multiplicidade de escolhas, os sujeitos se sentem desorientados, como se estivessem frente a um abismo. Isso porque, de acordo com Iaconelli (2019), anexadas à liberdade de escolhas se encontram as exigências permeadas de ambiguidade, o que dificulta o assumir das

escolhas e se desdobra em ansiedades. A autora ressalta ainda os paradoxos presentes na parentalidade. Para ela, o primeiro paradoxo é o fato de os pais quererem um filho e terem outro; ou seja, o filho, antes mesmo de nascer, é idealizado pelas figuras parentais que o imaginam com inúmeros atributos, virtudes que beiram à perfeição. No entanto, o bebê que chega é um ser desconhecido, algo que para os pais implica na realização do luto do impossível, permitindo o ajuste entre o ideal, o sonhado e o real, e possibilitando a aproximação e a construção de um espaço para quem de fato chegou.

Nos dizeres de Iaconelli (2019, p. 21), contrário ao que é disseminado atualmente, “ter filhos não é a salvação, tampouco a derrocada da vida”. Embora em algumas épocas os fatores sociais fossem mais ou menos favoráveis à parentalidade, não existiu, de fato, um momento histórico mais simples. Em todos os momentos, mazelas e dilemas se apresentaram ligados ao risco de ser pai e mãe. Por isso, se faz necessário o reconhecimento do mal-estar que assola o tempo contemporâneo.

Iaconelli (2019) afirma que a contemporaneidade apresenta especificidades que também atravessam a função parental e familiar:

A atual conjuntura de consumo, a avidez pela imagem, o individualismo, a perda das garantias religiosas e o superinvestimento narcísico colocam novas questões para cada um de nós. O apelo ao consumo tem feito pais se esfalfarem para oferecerem objetos para os filhos sobre o preço de se ausentarem do lado deles. A cultura da imagem e das postagens de imagens de cada atividade do dia a dia dá a falsa impressão de que todo mundo está se divertindo menos você, o que tem incrementado os quadros depressivos já epidêmicos. [...] É difícil assumir uma tarefa que envolve tanta dedicação ao outro, diante do culto ao individualismo e à realização pessoal. (Iaconelli, 2019, p. 23)

Reconhecemos a necessidade de os pais depositarem outros investimentos para além dos próprios filhos, a fim de que venham a emergir enquanto sujeitos (saindo do lugar de dependência, onde se faz necessário que o objeto dê o lugar de sua existência para o de sujeito), ao passo que os pais se voltem para suas próprias singularidades, pois antes de serem pais, são sujeitos. No entanto, o que tem sido propagado no contexto vigente é o culto sobre a própria imagem, que chega através do apelo midiático e conduz os pais a um superinvestimento narcísico – já que o voltar-se a si mesmo pode levar ao desprezo do outro – que dificulta a responsabilização do assumir cuidados sobre os filhos que requerem significativa parcela de atenção.

Incorporados em meio a essa lógica, sentimentos como culpa e insuficiência podem se desdobrar, haja vista a publicização de imagens de pais com seus filhos extremamente felizes, geralmente consumindo algum objeto de desejo atual. Há uma profusão de discursos sobre como ser mãe e ser pai, para que se alcance o ideal de família, criando obstáculos para o encontro dos pais com seu próprio materno e paterno.

De acordo com Iaconelli (2019), ao redor da família ideal se inicia uma busca de preparação e garantias, casais, pais ou mães solo procurando por profissionais como obstetras, pediatras, nutricionistas, pedagogos, psicólogos, além de técnicos em amamentação e fisioterapeutas, de tal forma que, por meio das consultas, tentam obter respostas para se preparar e realizar a parentalidade de forma mais adequada, ou melhor, realizá-la de forma atualmente difundida.

Assim, os pais da era contemporânea se submetem à supervisão de especialistas para se autorizarem enquanto pais e mães, seguindo a lista de atividades e objetos ditos primordiais para essa empreitada e indagando-se sobre o seu fazer singular parental, ceifando internamente e psiquicamente esta condição.

3.2.2 Nuances e evoluções na configuração da família contemporânea

A partir das considerações expostas nas leituras de Kehl (2002) e Iaconelli (2019), compreendemos que para as autoras, as mudanças ocorridas com o início da industrialização e consequente expansão da economia contribuíram para as alterações no espaço doméstico familiar, que anteriormente possuía a presença mais constante de mulheres e crianças. Na época, com o crescimento do capitalismo, bem como o estímulo ao consumo de bens, foram iniciados novos modos de constituir a família na sociedade. Aliado a isso, apesar das infindas transformações na família, muitas características ainda permaneceram, como o caso do controle e da opressão sobre o feminino.

De acordo com Oliveira (2009), as transformações sociais construídas e reconstruídas na segunda metade do século XX e início do século XXI também corroboraram para a redefinição dos laços familiares. A afirmação da individualidade pode substanciar o sentido dessas mudanças, tendo reflexos nas relações das famílias. Até porque, muitas vezes na sociedade contemporânea a conjugalidade pode não ser verdadeira no que diz respeito à união construída pelo desejo e afeto, mas antes uma forma para a busca da estabilidade financeira, da satisfação pessoal e da realização de um sonho, levando a um casamento no qual os projetos individuais são deixados de lado.

Dessa forma, as mudanças que se apresentam na família no cenário contemporâneo também se evidenciam pela dificuldade do espaço para a individualidade junto das exigências familiares, dado que os projetos individuais são deixados ao esquecimento. Por consequência, é anulada, em alguma medida, a própria identidade em detrimento do outro.

Nesse sentido, Ferrari e Kaloustian (2002, p. 14) afirmam que,

A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares. (p. 14)

As transformações nos arranjos e nas composições de família encontradas na contemporaneidade também se referem à abertura dos membros que constituem a família para o novo formato, reconhecendo que ela pode ser composta e recomposta em infinitudes, a se diversificar pelas uniões através dos casamentos, separações, recomposições conjugais, podendo ser heterossexuais ou homossexuais, uniões com filhos de outros casamentos, mães solo, pais solo, avós com os netos ou pais, filhos e avós.

Essa pluralidade nos arranjos familiares tem sido mais evidente no atual período contemporâneo, onde progressivamente são encontradas novas formas e conceitos de ser família, ampliando a herança simbólica entre as gerações pela rede de convivência. Isso, em certa proporção, pode ou não comprometer o funcionamento familiar a nível de posição, papéis e funções, tornando-os difusos. Nesta configuração, tais papéis são levados à dívida de uma família “tradicional”, nuclear internalizada, em que se apresentam de forma mais estabelecida.

No entanto, sabemos que o mundo familiar possui uma amplitude e dinamicidade em suas formas de organização. A família “tradicional” nuclear, a família “moderna” e a família atual “contemporânea” ou “pós-moderna” estão envoltas em desafios, sendo muitas vezes alvo de especulações e críticas sobre as alterações em sua estrutura.

Fazendo um retorno à obra de Kehl (2001), os pais e educadores da era contemporânea se sentem em dívida com a família nuclear conjugal do passado, e desta forma não conseguem sustentar o lugar de autoridade e responsabilidade enquanto pais dos próprios filhos, consanguíneos, alheios de relações anteriores dos cônjuges; afinal,

existem dois discursos: um que argumenta pela busca da família de outrora; e outro que diz ser necessário fazer tudo diferente. Frente a isso, estamos diante de uma época de grandes e fortes mudanças, o que leva essas posições e manifestações em prol de uma forma ou outra mais marcada.

Nesse sentido, as novas gerações assustam as gerações anteriores. Mas os pais, a família da era contemporânea ou de outro período, parecem ser os responsáveis pela transmissão da cultura, pela transmissão do nome e da história aos filhos, os quais carregarão as contingências de sua época. Na contemporaneidade, a transmissão realizada tem sido atravessada por várias novidades culturais, como a virtualidade e o imperativo imagético, que como o cinema e a televisão, em meio a uma disputa midiática, alimentam idealizações sobre a existência da forma parental de cuidar dos filhos, sobre a verdade da parentalidade, inserindo os pais em uma corrida de obstáculos para atender a tantas exigências em ser uma boa mãe e um bom pai (Kehl, 2001).

Pode ser que essa “pressão”, essas solicitações disseminadas pelos que dominam e “sabem” acerca da parentalidade e família sempre tenha existido; mas, na era atual, parece mais explícito esses discursos sobre uma forma ideal de ser pai e de ser mãe, o desejo de retornar a um formato que tenha existido ou existido no ideal ecoa.

Kehl (2001) afirma que os pais estão num lugar sem sustentação, pois “ninguém quer errar, ninguém quer se arriscar; portanto, poucos pais sustentam o ato necessário para fazer de seu filho um ser de cultura, um sujeito barrado em seu gozo”. Envolvidos pelo temor do arriscar-se e errar, os pais abandonam esta responsabilidade e a posição enquanto autoridades, e a delegam a outras figuras que apresentam “o saber parental”, embora seja notório que o que confere a constituição do sujeito no contexto familiar é a ação do olhar do adulto sobre a criança, através da sustentação e espaço para os cuidados biológicos e psíquicos, a fim de que a subjetividade se origine e se organize (Kehl, 2001).

Kehl (2001) nos diz que a manutenção da subjetividade da criança – que seria a continuidade da relação desta com a família, a qual auxilia na subsistência psíquica – continua sendo um lugar privilegiado. Isso ocorre para que haja, inicialmente, a satisfação das necessidades vitais da criança, momento onde são realizadas as primeiras relações simbólicas (objeto de investimento afetivo dos pais para que a criança venha a emergir enquanto sujeito). Os pais da contemporaneidade, frequentemente desautorizados desse lugar de responsabilidade, incorrem no abandono do filho por não conseguirem “bancarem” esses elementos fundantes da criança.

Em todas as sociedades, a parentalidade é outorgada à sua importância e primordiais funções. A integridade de um outro que se forma sob a sua responsabilidade, ou seja, o ser mãe e o ser pai implica na função de um ou mais sujeitos em oferecer as condições simbólicas para que a criança desponte. Isso pode ocorrer através do vínculo narcísico com o materno, seguido do reconhecimento da castração simbólica, da diferenciação dos sexos e das identificações que lhes são possibilitadas pela adoção que os pais fazem do filho. Isto é, os pais são adotantes uma vez que realizam o trabalho psíquico de cuidarem do bebê que, ao nascer, lhe é estranho, mas apesar disso suportam o tempo para a construção desse laço (Kehl, 2001).

As mudanças e evoluções sociais em curso acabam compelindo o sujeito e a família ao desamparo, afirma Iaconelli (2009). Isso se manifesta pela fragilidade da autoridade moral que sucumbe à fantasia de onipotência e conseqüente temor do estabelecimento da adoção para a transmissão da herança cultural, assim como a partir da linguagem repassada ao novo membro da família. Uma vez que os pais, em busca de garantias e respostas, se inibem diante dos riscos próprios do viver e da falta de respostas, eles acabam também por impedir os filhos de terem importantes experiências, proporcionando uma vida sem acontecimentos que acreditam ser mais “segura”.

Sob esse viés, Iaconelli (2019) levanta os processos de luto e da fantasia onipotente da dificuldade de assumir as limitações que são próprias da condição estrutural do humano e que, da mesma forma, circundam as modulações da parentalidade na contemporaneidade.

Frente à escolha de ser mãe e de ser pai, existem as perdas tão temidas – a narcísica, principalmente – porque o investimento libidinal passa a ser maior a esse filho, de modo a implicar um sofrimento em razão da retirada de energia aos outros investimentos que antes eram realizados. Nestes casos, por vezes é instaurado até mesmo o sentimento de luto pela relação anterior que se tinha com a cultura, com o trabalho e com a vida social. Dessa forma, na experiência contemporânea de valorização da individualidade, em que se quer escolher tornar-se pais sem escolhas e perdas, inicia-se um sentimento de divisão, ou seja, viver a parentalidade ou a individualidade, o trabalho, a vida social, a liberdade e a sexualidade como se era antes da presença dos filhos.

Como afirma Iaconelli (2019), aqueles que formulam o desejo de ter filhos sabem que mudanças acontecerão. No entanto, não é possível antever quais serão elas; muitos pais da contemporaneidade tentam prever os acontecimentos sobre ter um filho, não realizando a descoberta das mudanças antes da vivência e sendo levados a algumas

surpresas. Por isso, diante do não saber, os pais delegam a outros (que supostamente sabem) a criação dos filhos, com o objetivo de tentar promover para esses alguma forma de garantia. Embora saibam das mudanças cruciais que ocorrem com a chegada de um filho, se sentem perplexos quando a vivenciam. Como as mudanças em torno da imagem, em uma cultura na qual a imagem de si mesmo é superinvestida e valorizada, a chegada de um filho impacta nesse olhar sobre si, pois o tempo não se distribui conforme o desejo, mas é delimitado com a tarefa de se ocupar e se responsabilizar por esse outro que não a si próprio.

Na obra de Iaconelli (2019) também encontramos considerações sobre as mudanças relativas à chegada dos filhos. Estas envolvem ganhos e perdas, experiências preciosas, insubstituíveis, possibilidades que somente a parentalidade fornece, como o estabelecimento de uma relação com alguém desde o começo absoluto e da forma mais radical possível, “o amor que se estabelece nos possibilita uma abnegação inédita e uma projeção na posteridade única” (p. 40).

Todavia, nesta construção parental permeada de exigências advindas também do empuxo social contemporâneo, é importante o confronto com aquilo que é da ordem da fantasia – como o desejo dos pais de serem super-heróis, salvando os filhos dos perigos do mundo; bem como a fantasia do filho perfeito que precede o real, existindo esse contraste entre a fantasia e a realidade, que postos em evidência nesse fazer parental envoltos de desafios, aprendizagens, faltas e falhas, fazem parte do processo ao qual pais e filhos tendem a sobreviver. Afinal, diz Iaconelli (2019), que as fórmulas disseminadas para a melhor realização da parentalidade são ilusórias e se relacionam com a especificidade de cada família e como cada um se organiza e se propõe nas funções a serem executadas.

Iaconelli (2019) ressalta ainda que na contemporaneidade os casais que se dispõem à construção de uma família e ao fazer parental estão encontrando certa instabilidade sobre o papel de cada um, sobre o que caberia a um e ao outro. Embora os papéis sejam alterados conforme a época e mudanças e evoluções sociais, a função implica em condições específicas que os pais oferecem para constituição do sujeito. Sendo assim, as mudanças que estão ocorrendo na cultura no contemporâneo levam os pais ao estado de dúvida sobre o fazer de cada um, algo que, por vezes, frente a essa inconstância, os levam a não sustentar nenhum lugar e ceder a outras figuras essa responsabilidade.

Iaconelli (2019), baseando-se em Byung-Chul (2015) sobre a sociedade do século XXI, afirma que se trata também de uma sociedade do desempenho, que repercute em sujeitos do desempenho e produção, onde o poder ilimitado é o verbo modal positivo – expressão de Byung-Chul – da sociedade; o desejo de onipotência. Assim, em cada momento histórico estamos submetidos às exigências e às pressões da cultura que produzem, em maior ou menor grau, satisfações, alegrias, sofrimentos e dores próprias. Portanto, a cultura vigente semeia a ideia de tudo adquirir, tudo ter e poder, aspirando nos sujeitos a escolha de tudo e a renúncia de nada. Isso também ressoa na parentalidade, onde a busca de prestígio dos pais em relação aos seus filhos os leva à sedução de se “bancar” tudo, afirma a autora.

Ademais, Iaconelli (2019) destaca que na parentalidade atual temos a onipresença dos *gadgets* – disseminados na vida humana tais como um fenômeno irreversível. Em suas palavras, “a revolução virtual tem um efeito vertiginoso e estamos no momento do deslumbre e da incapacidade de resistir ao seu canto da sereia, assim como ficamos deslumbrados com a luz, o automóvel e a vitrola” (p. 98).

Diante desse universo da virtualidade, novas formas de sociabilidade, de interação, de trabalho e de entretenimento são possibilitadas, sendo um espaço aparentemente sem obstáculos em termos de territorialidade. Com isso, se abrem precedentes para as multitarefas que as figuras parentais se veem encarregadas.

Segundo Byung-Chul (2015), a técnica temporal e de atenção “*multitasking*” (multitarefa) não representa nenhum progresso civilizatório como parece. Ela é, antes de tudo, uma competência presente na vida selvagem, a qual denota a importância em cuidar ao comer para que não acabe comida, “ao mesmo tempo tem de vigiar a prole e manter o olho em seu (sua) parceiro(a), dividindo a atenção em diversas atividades” (p. 18).

Byung-Chul (2015), utilizando as teorizações de Nietzsche, afirma que o olhar que permanece em busca, sempre perambulando – como no caso das redes sociais – não traz nada e ainda impede o movimento de recolhimento do sujeito. O autor enfatiza que, embora em Nietzsche haja a sobreposição do ser pela vontade (vontade que é motriz) para a vida humana, tende a se esgotar nessa hiperatividade mortal quando expulsos os elementos contemplativos, algo que é oposto ao caráter hiperativo de ser capaz de concentrar no ócio e no observar atentamente: “Por falta de repouso, nossa civilização caminha para uma nova barbárie” (Nietzsche citado por Byung-Chul, 2015, p. 37).

Seguindo as argumentações de Byung-Chul (2015), nos parece possível a sua correlação com a concepção de Iaconelli (2019) sobre a cultura hiperativa e imperativa,

tendo em vista que os pais da contemporaneidade, de maneira similar, encontram-se tomados por essa condição, não recusando nenhum dos discursos que chegam sobre como serem pais. Ao contrário, “não param - hiperativos” e estão sempre em ação, com excessos de fazer, de estímulos, de discursos. Com isso, esbarram na forma como se posicionam diante dos filhos, na qual uma postura de amparo propiciaria coerência de direção e a autonomia destes últimos em detrimento do tudo fazer, tudo poder.

Tempos como o contemporâneo possuem suas peculiaridades, a exemplo dos desenvolvimentos tecnológicos, que podem trazer algumas incertezas e ressonâncias nos sujeitos e na família, afinal, não há como construir conjecturas sobre algo em crescimento exponencial, pois os efeitos dessa abrangência ainda estão em estruturação. Em conformidade com Byung-Chul (2015), notamos que a vida contemplativa do apropriar-se do pensar e do olhar tem perdido espaço para a impaciência, para as reações imediatas aos estímulos das telas virtuais de atualização ininterrupta de *feeds* das mídias sociais.

Associado às transformações do mundo e à ascensão tecnológica, a família igualmente vem se modificando. Os pais da contemporaneidade encontram-se imersos por essa condição das tecnologias, recebendo informações constantes através das telas, não sendo, por vezes, possível recusar o que chega, geralmente discursos sobre como ser família, aliás, como ser “a família” pautando-se na existência de um modelo único ou ideal. Apesar das transformações nos arranjos e nas composições diversificadas de família estarem cada vez mais evidentes na contemporaneidade, a insistência dessa herança ainda ecoa. É o que veremos a seguir.

4 A idealização da Família para a Psicanálise e o retorno às discussões atuais

4.1 Destino(s) da família e seu lugar na contemporaneidade

Nostalgia do outrora – O Paraíso Perdido

Nos capítulos precedentes, apresentamos sob a revisão e ótica de alguns autores como a família tem se estabelecido ao longo da história até chegar à contemporaneidade. Diante do que foi abordado, há certo indicativo de um discurso nostálgico, conservador da família. Tendo isso em vista, neste capítulo teremos o retorno a alguns dos autores citados, aos quais somaremos outras considerações que corroboram nossa hipótese e análise.

Como visto, iniciamos sob a perspectiva da busca pela “família estruturada”, resultado do patriarcado, na qual, a partir de Freud, temos considerações importantes para a constituição do sujeito, uma vez que o autor parte da família nuclear burguesa (modelo de sua época) para trazer suas considerações

Observamos que para a psicanálise freudiana, a família é fundada na rivalidade do filho em relação ao pai e ao assassinato desse pai totêmico, devorador, tirânico pelo desejo incestuoso que o filho tem pela figura materna. Esta concepção de família tem como base a culpa e a lei moral advinda do reconhecimento inconsciente do desejo incestuoso e do assassinato do pai.

Freud se aproxima do conceito de Édipo, tomando-o como universal, em troca de cartas com Fliess, especificamente na *Carta 71*, de 1897, na qual realiza a sua autoanálise. Ele diz: “Verifiquei, também no meu caso, a paixão pela mãe e o ciúme do pai, e agora considero isso como um evento universal do início da infância” (Freud, 1897/1996, p. 316).

Freud apresenta ainda em *O Eu e o Id* (1923-1925/2011) a natureza triangular da situação edípica e a bissexualidade como constitucional a todo indivíduo. Assim, o menino, ao realizar o investimento objetal na mãe, se apodera por identificação em relação ao pai e posteriormente passa a percebê-lo como obstáculo sobre seu desejo pela mãe, levando-o a querer eliminar o pai para ter a mãe somente para si. “A postura ambivalente ante o pai e a relação objetal exclusivamente terna com a mãe formam, para o menino, o conteúdo do complexo de Édipo simples e positivo” (Freud, 1923-25/2011, p. 29).

Nas obras de Freud, constatamos o registro da dominação do pai, do masculino, da autoridade da figura paterna colocada como fundamental para o delineamento do psiquismo do sujeito e, por consequência, como base das relações familiares. Destacamos ainda a primazia do masculino sobre o feminino elaboradas nas observações clínicas de Freud (1905), sobretudo na obra *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*, onde é levantada a inveja da menina sobre o órgão genital masculino:

Já a garotinha não incorre em semelhantes recusas ao avistar os genitais do menino, com sua conformação diferente. Está pronta a reconhecê-lo de imediato e é tomada pela inveja do pênis, que culmina no desejo de ser também um menino, tão importante em suas consequências (Freud, 1905/1996, p. 183).

Embora em 1924, na obra *Dissolução do Complexo de Édipo*, Freud trata do complexo de castração também nas meninas – tendo o clitóris como órgão similar ao pênis – ele afirma que a menina, ao fazer o comparativo do seu órgão sexual com o do menino, percebe a sua falta e sente certa inferioridade. Tal afirmação nos leva a pensar como o feminino se torna prisioneiro do sistema falocrático, do “sistema patriarcal”, já que continua a desejar um pênis para si como sinônimo de poderio, se realizando parcialmente através da gravidez [filho-falo]. Embora exista a teoria da inveja do pênis sendo possível de ser constatada na clínica, isso não torna o homem superior; assim como os kleinianos, quando discutem sobre a inveja do seio pelos homens, não tornam o homem inferior.

Desta forma, Freud apresenta a figura feminina materna suprimida, anulada, como no Complexo de Édipo. Pois, houve um apelo muito grande em relação à família patriarcal, em que não se tolera(vam) mudanças sobre a figura do pai. Freud, a partir de suas obras “Publicações pré psicanalíticas e esboços inéditos” em *Carta 71* (1886), *Totem e Tabu* (1912-13), *Psicologia das Massas e análise do Eu* (1921), dentre outras, afirma que a figura do pai permanece na função de ameaça à castração e interdição do filho sobre a sua relação com a mãe, para que assim a natureza triangular edipiana tenha uma saída do sujeito para a cultura. Isso nos leva a pensar um não reconhecimento ou a não pressuposição da possibilidade de uma nova organização no exercício comum entre as funções da autoridade exercidas não somente pelo pai, mas também pela mãe, como argumenta Tort (2017).

Ainda sobre a soberania do pai, percebemos que as ideias de Lacan (1957) também são marcadas por essa figura, pelo declínio da imago paterna e as consequências desse

enfraquecimento, que de acordo com o autor, implicaria no empobrecimento das identificações, no exercício da autoridade e na dificuldade da saída da criança de sua ligação simbiótica com a figura materna. Nesse sentido, concordamos com Tort (2017) quando este afirma que nos parece ser colocado em evidência a grande importância da função paterna pelas condições que são fornecidas para a estruturação do sujeito, retornando, portanto, à idealização da família patriarcal; esta que não permite que a função do pai seja transformada.

Recuperamos aqui a discussão de Roudinesco (2003) sobre a família, em que a articula ao campo histórico, antropológico, social e subjetivo e a apresenta a partir de três grandes períodos, sendo o último aquele ao qual nos atentamos aqui: a família contemporânea, também nomeado pela autora de família pós-moderna e que já falamos neste trabalho. A autora afirma que é inegável as transformações pelas quais a família contemporânea tem passado, apresentando complexidades com relação à autoridade e a sua transmissão, tornando-as cada vez mais problemáticas. A seu ver, há a descentralização do poder, pois a dominância do patriarca, desse masculino, acaba por ceder lugar à conjuntura em que o feminino tem importância, sendo, muitas vezes, em torno da mãe que estão as famílias monoparentais ou recompostas.

Como já apresentamos anteriormente, para Roudinesco (2003), na denominada família contemporânea há a valorização da vida privada e a passagem da autoridade se torna incerta, problemática pelo crescimento dos divórcios, das separações, recomposições conjugais; o que pode esfacelar o lugar da imagem paterna enquanto herói. Como resultado, a autora aponta para a fragmentação e ameaça do patriarcado e emancipação feminina. E também como um aspecto importante que, apesar das muitas mudanças da família edipiana para a atual contemporânea e suas desordens, há nesta última uma busca de uma nova ordem simbólica.

De maneira implícita, a autora admite a crise da autoridade advinda das mudanças no cenário familiar, ou seja, simultaneamente defende e percebe a necessidade de se pensar o movimento das transformações familiares ao mesmo tempo em que traz a ideia de uma nova ordem simbólica que atuaria para assegurar a inscrição psíquica da interdição, recaindo sobre a busca de um poder soberano. Roudinesco afirma a ameaça do patriarcado ou do domínio social e da família por parte da figura do pai. O lugar que a figura do pai ocupa vai se modificando, enfraquecendo o posto colocado como permanente, temendo a feminilização do corpo social (Roudinesco, 2003).

Sobre a busca por um modelo de família estável, Kehl (2001) afirma ser como uma espécie de dívida – que nunca foi ou será paga – que acompanha as gerações, como já mencionamos anteriormente, levando à ideia de que em algum momento existiu uma família que promovia maior amparo, padrões morais, bons costumes aos filhos, e eram mantidas pela hierarquia familiar, deixando os pais da contemporaneidade em dívida com relação à formação familiar de outros períodos, onde se percebem constantemente falhos no exercício de suas funções e autoridade de cercear os filhos em suas ações pela imposição dos limites.

Ainda em Kehl (2001) encontramos que mesmo sob a vigência da família dita estruturada ou estável, se apresentavam grandes manifestações e sofrimentos psíquicos, tal como na família vitoriana do século XIX, período em que Freud descobriu os sintomas neuróticos e edificou sua psicanálise.

Mas, questionamos, família estruturada, estável, até que ponto? Todas as relações, inclusive as familiares (principalmente), são passíveis de manifestações de sofrimentos, de sintomas nos indivíduos. Por isso, a ideia de uma família estruturada parece envolta de idealizações, pois é percebida como uma família que supostamente constitui sujeitos sem produção de sintomas, isentos de mal-estar.

Kehl (2001) enfatiza a dívida da família perdida como um problema, fazendo com que os pais, mães e/ou educadores se sintam insuficientes em suas responsabilidades, já que novas formações familiares passam a ser construídas. De modo subentendido, portanto, parece haver a necessidade de que algo se mantenha e seja conservado. A autora ressalta a vivência e a elaboração edípica que a criança passa, a qual depende de como os pais passaram pelo seu processo:

(...) Se houver a existência do pai e uma mãe em algum lugar que faça esta função, a família estrutura edipicamente o sujeito e nessa estruturação a criança vai ser interpelada pelo desejo que a constituiu, o desejo do Outro e com o seu próprio desejo, nesta travessia torna-se um ser de linguagem, barrada frente ao gozo do Outro. (p.30)

Importante destacar também que pai e mãe, como a autora apresenta, são apenas nomes de funções estruturantes, podendo estas serem exercidas por vários tipos de pessoas. O mesmo vale quando Kehl (2001) menciona sobre o feminino e masculino na família, como lugares que circulam e que, portanto, a mulher e o feminino podem desempenhar a função paterna e o contrário também. Apesar disso, a autora indica uma

certa assimetria nestas configurações, na qual existe a prevalência da figura paterna – o que funda a autoridade, sua interdição e castração. Assim, torna-se expressa a complexidade de se conceber a ideia da autoridade do pai e da mãe, da autoridade parental presente na contemporaneidade, afinal, levantam-se certas ameaças frente ao estável, ao seguro.

Seguindo esse viés, Iaconelli (2019) menciona os impasses que as figuras parentais têm enfrentado na contemporaneidade perante as inúmeras possibilidades e escolhas que são levados a fazer sobre o seu fazer parental. Afirma, ainda, acerca das posições no campo social e parental do homem e da mulher, que nas sociedades modernas os homens passaram a ser provedores financeiros da família, avessos ao trabalho doméstico e cuidado dos filhos, que por sua vez eram restritos e realizados pela figura da mulher. Tal como Roudinesco, Iaconelli também afirma que o homem perde o lugar de provedor único a partir do ingresso da mulher cada vez maior na atuação profissional, apontando ser um momento delicado e promissor o atual paradigma masculino. “A mulher também sustenta o lar e o homem também cuida da casa e dos filhos” (Iaconelli, 2019, p. 73).

Por outro lado, na era contemporânea, os pais encontram-se no dilema de atender às exigências dos detentores do saber parental permeados de ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que assinalam a importância da autoridade parental, ou seja, da mãe e do pai ou de ambos, apontam igualmente que a autoridade dividida e partilhada pode deslegitimar a autoridade paterna e colaborar para o declínio de sua função. Para esses autores que seguem um viés mais laciano, a função paterna aparta a relação mãe-bebê, iniciando o processo simbólico de resolução edípica através da relação triangular. Nestes moldes, o pai considerado fundador das civilizações, apresenta ao filho o universo da castração. Já a função materna, por sua vez, exerce a função primordial de transmissão do desejo ao filho, para que este venha a ocupar um lugar se estruturando e constituindo seu psiquismo por meio do desejo do outro.

Nesse sentido, ressaltamos como o lugar da figura paterna é referido em primeiro plano nos discursos, já que parece fornecer as condições para que haja a interdição do incesto e a castração do sujeito. Ocorre, em certa medida, dentro deste discurso, que a família ideal é aquela na qual a função paterna tem prevalência, garantindo a eficácia na estruturação psíquica do sujeito e, por consequência, da cultura.

De acordo com Iaconelli (2019), vivemos um momento cujas demandas são conflitantes e impossíveis de atender. Demandas contraditórias, confusas, a liberdade, as escolhas, como um todo, geram ansiedades às figuras parentais:

(...) as mulheres (e os homens) estão diante do abismo de uma liberdade recém adquirida envolta em grande ambiguidade, o que dificulta assumir escolhas. Então, tentamos perguntar, ou ainda, adivinhar o que os outros esperam de nós, ao invés de bancar nosso desejo (Iaconelli, 2019, p. 17).

Embora Iaconelli aponte para essa intimidação do contexto contemporâneo, verificamos que acaba recorrendo a um discurso conhecido que diz e ensina aos pais as suas funções e escolhas, ao invés de conduzi-los ao saber inconsciente que lhes é próprio e às responsabilidades que dizem respeito à construção da história de cada sujeito.

A avidez da imagem disseminada pelas postagens realizadas nas redes sociais, o individualismo de superinvestimento narcísico e a perda de garantias tornam ainda mais trabalhoso o ser pai e o ser mãe, dado que exige grande dedicação ao outro, algo que na contemporaneidade se desponta por meio de tantos impasses. Temos, com isso, a ideia de um fenômeno transitório, momentâneo, de passagem da atualidade.

Diante disso, percebemos uma certa defesa da família estável, onde os papéis e funções eram tidos como bem definidos. A teoria e os discursos apresentados pelos autores referenciados anteriormente revelam um tom conservador daquilo que se teve, nos dando a impressão de uma nostalgia da família patriarcal (embora o ser estável não significa ser patriarcal, mas remonta a sinais nostálgicos de um outro tempo cujo patriarca era quem dominava). Ao mesmo tempo em que desejam o retorno da família patriarcal, parecem desejar também o seu fim: trata-se de uma ambivalência. Nesse sentido, isso nos leva a pensar que acreditam que a ordem do pai, mesmo diante das inúmeras transformações das sexualidades, deve permanecer intacta. Implicitamente existe a inadmissão ou a dificuldade por parte dos/das psicanalistas e não psicanalistas de reconhecerem que apesar de serem permeadas por impasses de várias ordens, a família continua sendo família mesmo em suas mudanças.

De modo correlato, Adorno, especialmente em *Minima Moralia* (1993), traz relatos históricos e biográficos acerca da destruição e do declínio da força do pai e da família, da sociedade mercantil, globalizada e anônima. Retomamos o fragmento outrora mencionado neste texto, no qual o autor teoriza sobre o enfraquecimento dos pais, que pela derrocada física e econômica perdem o posto enquanto autoridades. Nesse momento,

a geração jovem da época entrou em um movimento de concorrência de forças, pois não percebeu mais o aspecto de poderio do pai e se apresentou como aquela que não conhecia mais nenhum complexo de Édipo, somente o assassinio do pai.

Entendemos que, para Adorno, a família já começava a apresentar mudanças ao longo do século XIX e XX (e como vimos, antes desse período também), e o processo edípico nos indivíduos, nesse sentido, também parece modificar-se – processo em que o sujeito deseja tomar a figura materna para uma relação incestuosa e simbiótica, mas que até então seria interrompido pela intervenção paterna responsável por interditar a satisfação incestuosa do filho, que se vingaria matando o pai simbolicamente, e agora parece não encontrar mais essa interdição. Mas, seria possível “assassinar” o pai, como preconiza o processo edípico, sem introjetá-lo? Pois, há a identificação do filho com o pai morto que é temido e invejado, assim sua lei continuaria imperando. Nesta perspectiva, levantamos a hipótese de que há um forte movimento patriarcal arraigado presente no em Adorno, que teme a incerteza frente às modificações.

Nesta direção, constatamos que nas teorias apresentadas há um discurso subjacente à ordem patriarcal, a buscar seu retorno, ou seja, existe o anseio por modificações das quais se apresentam junto a novas representações do ser pai e do ser mãe na contemporaneidade, em que não são tão rígidos e estanques. Há, com isso, a possibilidade de os pais terem um espaço para exercer essas funções com maior autonomia. Entretanto, ao mesmo tempo essa “liberdade” pode ser fonte de angústias, como o se inventar a partir de si mesmo sem ter que se “enquadrar”, “referenciar” em valores da família patriarcal. Isso revela o movimento paradoxal desta temática, o desejo por mudanças e o saudosismo da família patriarcal, que talvez não seja uníssona, embora atravesse muitos indivíduos.

Sobre a “defesa da família patriarcal ou da família ideal”, encontramos associado a esse discurso a necessidade do conservadorismo. Isto não significa dizer que os autores acima citados se declaram ou chegam próximo a discursos tão extremos conservadores; mas o são em alguma medida, embora não declarados. Temos ainda uma significativa parcela da população brasileira que se apresenta ou se identifica como conservadora.

Em matéria publicada pela *Revista Piauí*, “O Conservadorismo vai à Faculdade”, de 11 de abril de 2018, é apresentada uma pesquisa do Ibope sobre o índice de crescimento do conservadorismo no Brasil, tratando principalmente dos brasileiros que possuem diploma. Foram examinados números além dos discursos, em que a proporção da

população com alto grau de conservadorismo cresceu de 49% em 2010, para 54% em 2016 e em 55% em 2018. O conservadorismo cresceu mais entre aqueles que fizeram faculdade e possuem algum diploma em comparação àqueles que cursaram o ensino médio. O índice do Ibope retratou os brasileiros que apoiam ou refutam cinco propostas: casamentos de pessoas do mesmo sexo, cuja rejeição de 44% cresceu para 50%; legalização do aborto contrários, os quais eram 78% e em 2018 contavam com 80%; redução da maioria penal de 78% para 73% (uma pequena diminuição); prisão perpétua para crimes hediondos de 78% para 77% e adoção de pena de morte de 49% para 50%, demonstrando uma pequena oscilação (Toledo, 2018).

Em pesquisa recente publicada em julho de 2022 pela *Folha de São Paulo* (*Datafolha*), apesar da onda conservadora, os brasileiros vêm apresentando opiniões liberais em relação à educação. De acordo com os dados, os entrevistados defendem a discussão racial e educação sexual nas escolas mesmo com a onda conservadora. A maior parte não se preocupa com a ideologia de gênero, cerca de 80% concordam que escolas devem promover o direito de as pessoas viverem sua sexualidade livremente, por outro lado 56% preferem que professores não falem sobre política, desejam que os docentes fujam do assunto, mas ao mesmo tempo apoiam discussões sobre desigualdade e pobreza. A maioria apoia a inclusão de crianças com deficiência em escolas comuns, mas pais relatam dificuldades para manter filhos com autismo em colégios ditos convencionais. Também, os dados apontam que 70% preferem civis a militares para trabalhar em escolas, essas escolas cívico-militares cresceram no governo Bolsonaro e são elogiadas em razão da disciplina instaurada e temor à opressão que fomentam.

Para 73% dos pesquisados a educação sexual deve estar no currículo escolar, pois concordam que pode ajudar na prevenção do abuso. Enquanto 90% querem que professores discutam discriminação racial. Da mesma forma, nas escolas particulares os debates acontecem com pouca presença de pretos e pardos.

A crise das instituições na contemporaneidade afeta diretamente os indivíduos e os laços familiares destes, fazendo-os se sentirem desamparados, sem modelos de referências pelas transformações que irrompem no campo político, econômico, social e moral, no qual encontram a promessa de resolução e segurança falsamente enunciados por certos políticos. Ou seja, o desejo pela reconstrução do que se teve (ou achava que se tinha “e era superior”) emerge, se estruturando em grupos extremistas conservadores que saem em defesa da família patriarcal, cujos “gritos” ecoam em um movimento de recusa da ciência (embora letrados e graduados como na pesquisa do Ibope), acreditando na

Terra plana, em tratamento precoce para SARS-CoV-2 (Covid-19), reivindicando a ordem conservadora do passado, afinal, essas mudanças que parecem surgir velozmente assustam, mas cabe enfatizar que elas vêm ocorrendo desde os anos 1960 – transformações essas a nível econômico, social e psíquico que provocam resistências e guerras.

4.2 Psicanálise e seu olhar conservador sobre a Família

O desejo ao retorno da "família estruturada"

Com o exame de textos que realizamos acerca da família e parentalidade, identificamos que o que tem predominado na literatura selecionada sobre a temática, em sua maioria, são autores que propõem e estão abertos as novas formações familiares “contemporâneas”, parentais, até mesmo subjetivas, mas por outro lado apenas reciclam e ocultam que na verdade reproduzem as relações familiares de soberania do funcionamento do patriarcado, da “família estruturada” que expressa o engessamento das relações de poder em que o masculino tem papel crucial na formação da(s) família(s) em detrimento dos novos formatos. Seriam esses autores progressistas ou seriam conservadores, regressistas?

Michel Tort (2017) é um autor cuja obra nos introduz uma certa denúncia sobre as pseudopsicanálises. A seu ver, dentro do campo *psi* ainda existem autores que legitimam as relações sociais de opressão, sendo cúmplices em relação à dominação colonial e à dominação social masculina. Em suas palavras: “(...) Em particular, questionam-se as referências às supostas funções materna e paterna, revelando a forma como replicam acriticamente os arranjos patriarcais modernos, vigentes no Ocidente”⁴ (Tort, 2017, p. 2., tradução nossa).

Assim, por meio da nossa pesquisa, ao referenciar os autores anteriormente citados, analisamos que as ideias e teorias se apresentam inovadoras, onde os sujeitos podem e devem construir novas formas de vida, de existir, de realizar a função parental, de ser família. Embora os discursos estejam sob outra perspectiva, estão assentados em um conjunto rígido que soa como universal, “determinando” a condução da vida psíquica

⁴ Do original, “(...) En especial, son cuestionadas las referencias a las supuestas funciones materna y paterna, al develar el modo en que replican de modo acríptico los arreglos patriarcales modernos, vigentes en Occidente”. (Tort, 2017, p. 2)

dos sujeitos; neste caso da família, do ser pai e do ser mãe. Essa defesa da manutenção velada da família “estruturada” como um modelo a ser seguido, pode ser atrelada ao conservadorismo – movimento que mantém o *status quo* e cujo objetivo é a manutenção do sistema político contra as forças inovadoras, neste caso o preservar do sistema familiar.

Derivando dessa manutenção e crença no modelo único de família, há a necessidade da busca dos sujeitos pelos profissionais especializados (incluindo principalmente o campo *psi*), detentores de um saber e do funcionamento do fazer parental. Em outros termos, os sujeitos delegam a terceiros, solicitando suporte em um exercício que seria subjetivo, até mesmo em tarefas primárias, básicas, como: “qual seria a melhor forma de cuidar dos filhos, “de ser família”, “de organizar a casa/”lar”, etc”. Não se sentem seguros, competentes, ou quando o fazem e não se encaixam no modelo estabelecido e são vistos como desviantes, apontando para a dessubjetivação do sujeito, o qual recua e permite que a racionalidade técnica ganhe maior espaço em contraponto à sua própria atuação e suas escolhas.

Tort (2017) afirma que neste cenário existem várias propostas e discursos, inclusive próprios do campo psicanalítico, que surgem e “prometem” suprimir o mal-estar para os desconfortos subjetivos, sentenciando ainda as formas de ser e como devem ser realizadas as funções materna e paterna.

Alcançamos de fato essa afirmação quando analisamos os psicanalistas que debatem sobre a família, e como ainda a compreendem em apenas um único formato capaz de promover uma constituição psíquica “saudável” dos sujeitos: arranjos geralmente de funcionamento patriarcais, como o modelo universal de família estruturada, cujas funções parentais se designam sobre o masculino que fará a interdição, o corte, e o feminino que se submeterá passivamente às ações do ser fálico, ou seja, tratam-se de psicanálises que se respaldam no reducionismo biológico. Desta forma, verificamos como os discursos, mesmo científicos, possuem tendências conservadoras, desvalorizando a natureza sócio-cultural frente às transformações do mundo, das famílias, das subjetividades, das identidades de gênero.

Aliado a isso, Tort (2017) indica que dentro desses discursos, os psicanalistas franceses também acabam disseminando pseudopsicanálises, pois trazem o poderio fálico da figura paterna como uma lei supostamente universal, acabando por se tornar um discurso opressor sobre as mulheres. O autor concorda com os movimentos feministas de que existe uma ilusão fálica, uma cristalização contingente das relações de poder entre os gêneros. Afinal, como sabemos, a teoria da psicanálise francesa teoriza o pai como quem

realiza o corte na limitação do gozo do filho, como uma função normatizante para inscrição do sujeito na cultura, exercida somente por ele.

Nesse sentido, compreendemos e concordamos com Tort (2017), que o que vem imperando nas teorias psicanalíticas seria o reducionismo biológico, ou seja, a tendência em reduzir o sujeito unicamente neste âmbito sem considerar aspectos outros, como sociais e culturais. Isso denota como as narrativas são conservadoras e, no caso deste trabalho, fizemos em alguma medida essa exposição ao apresentar os discursos das autoras psicanalistas e suas teorias em torno da parentalidade e família, na medida em que percebem as mudanças oriundas do cenário contemporâneo e defendem a necessidade dessas transformações na família ao mesmo tempo em que trazem a ideia de uma “nova ordem simbólica” que restitui a figura do pai ou o mantenha sob os moldes da família patriarcal. Esses discursos conservadores das pseudopsicanálises seguem intercalando o reducionismo biológico – ou o estruturalismo a-histórico – aos discursos religiosos.

Tort (2017) também afirma que,

Alguns autores reciclam mandatos religiosos vestidos de um código que aparentemente pertence à psicanálise, o que confere legitimidade adicional. Como ele expressa claramente, os discursos religiosos ocultam e reproduzem as relações sociais de dominação e exploração que existem entre gêneros e classes sociais. (p. 7., tradução nossa)⁵

Desta forma, ao invés dos autores psicanalistas contestarem essa entrada do pensamento religioso que se disfarça em uma fachada de igualdade frente aos sujeitos e suas escolhas subjetivas, acabam, na verdade, aderindo e validando essa entrada, principalmente a respeito das relações de dominação e exploração entre os gêneros, classes sociais. No discurso religioso, o homem não deve ser forçado a agir contra sua própria consciência, no entanto, essa consciência não é sua, mas da instituição e seus dogmas.

De acordo com Tort (2017), os discursos pseudopsicanalíticos seguem esse viés acusatório sobre as transformações gerais, sobretudo sobre o masculino e o feminino. Ele aponta que atualmente alguns psicanalistas entendem o “poder materno” a-histórico identificado como um espectro que estaria assediando a modernidade. Todavia, sabemos

⁵ Do original, “En lugar de recurrir al psicoanálisis para estudiar las remozadas ilusiones religiosas contemporáneas, algunos autores reciclan los madatos religiosos revestidos de un código que en apariencia pertenecería al psicoanálisis, lo que les otorga una legitimación adicional. Como expresa con claridad, los discursos encubren y reproducen las relaciones sociales de dominación y exploración que existen entre los géneros y clases sociales”. (Tort, 2017, p. 7)

que essa mãe entendida em seu poderio é vista como perigosa porque em tese poderia destituir o poder paterno, o que resulta também na resistência à emergência histórica das mulheres como sujeitos políticos e questionamentos ao redor das normas sexuais dominantes.

As pseudopsicanálises assumem, nesse sentido, uma postura conservadora, de dominação do masculino sobre o feminino, que por vezes se pauta no reducionismo biológico relativo às relações de poder fantasmáticas, legislando sobre a parentalidade e destacando a “função paterna” como uma figura simbólica.

Porém, sabemos que os representativos da paternidade e maternidade seguem acompanhando as variações que ocorrem em cada período histórico e se rearranjam a partir dessas transformações, não significando que essas recomposições, novos formatos de família e funções parentais impliquem na diminuição ou depreciação da figura emblemática do pai. De fato, há uma mudança, mas o que se apresenta nas teorias psicanalíticas sobre a família na atualidade leva a conjecturar que tais mudanças, ao não seguirem o “formato estruturado universal de família”, podem culminar na ameaça às subjetividades e destituição da figura paterna de seu lugar.

Tort (2017) elucida bem essa questão da psicanálise e sua corrente conservadora acerca da função paterna/materna. Em suas palavras,

“não há ‘papel paterno’ fora do sexo e das relações de gênero. As funções dos pais ou mães dependem do dispositivo parental histórico e geográfico. Mas o problema da ‘função paterna’, longe de pertencer apenas à corrente lacaniana, circula em toda a psicanálise francesa, conciliando paradoxalmente de forma ecumênica as principais correntes da psicanálise oficialmente divididas. (Tort, 2017, p. 41., tradução nossa)⁶

É por meio desses discursos das psicanálises ou pseudopsicanálises que são lançadas críticas que prejudicam e colocam em risco suas considerações no que concerne ao entendimento do sujeito.

4.3 As modificações nos âmbitos econômico, social e moral sentidos como ameaça a/pela “família estável”

⁶ Do original, “No hay ‘función paterna’ por fuera de las relaciones de sexo y de género. Los roles de los padres dependen del dispositivo parental histórico y geográfico. Las funciones de los padres o de las madres dependen del dispositivo parental histórico y geográfico. Pero la problemática de la ‘función paterna’, lejos de pertenecer solamente a la corriente lacaniana, circula por todo el conjunto del psicoanálisis francés, reconciliando paradójicamente, de manera ecuménica, las principales corrientes divididas del psicoanálisis”. (Tort, 2017, p. 41)

Para continuarmos a pensar sobre o saudosismo da família estável, retomamos as condições sócio-históricas vigentes que delineiam as subjetividades e configuram novas formas de mal-estar, sendo percebidas pela(s) família(s) como uma possível ameaça a sua existência.

Como afirma Birman (2014; 2019), o conflito base do sujeito na modernidade era a divergência entre as pulsões e as interdições morais. Já na sociedade atual, notamos que avesso à interdição, há a incitação à ação. O que conduz a novas características que incidem diretamente na estruturação e registro do sujeito, como a experiência de exibicionismo, de autocentramento e de esvaziamento das trocas intersubjetivas.

O processo de autocentramento é acompanhado por um paradoxo, já que o sujeito direciona a sua atenção para a exterioridade a fim de captar o olhar do outro através da dimensão estética, mas tendo como finalidade a sua suficiência independente desse outro. Além disso, o exibicionismo através da chamada Sociedade do espetáculo – conceito de Guy Debord – presente na contemporaneidade, recai sobre a valorização da dimensão visual e da imagem, abrindo espaço para o aspecto narcísico do sujeito. Dessa forma, traz consigo miragens de um eterno presente que invalida a alteridade e faz desse outro apenas objeto de satisfação.

Assim, criam-se também relações interpessoais fluídas, descartáveis e vazias, posto que a sociedade contemporânea exige do sujeito a sua melhor performance, o que o leva a iniciativas individuais que exigem a presença do outro unicamente para a inflação da imagem do narcisismo, sendo anulado o exercício da demanda desse outro (já que é visto como mero objeto), e isso resulta no vazio afetivo pela falta das trocas interrelacionais.

Para Birman (2014; 2019), na contemporaneidade as transformações sociais, assim como a dimensão do espaço e da temporalização, ressoam nas subjetividades de modo a modificar o mal-estar; ou seja, atualmente o predomínio do padecimento do sujeito é a dor da inquietação pelo excesso que o invade, enquanto no sofrimento (diferente da dor) existiria a presença do outro com a função até mesmo de se aplacar esse excesso.

Sob uma perspectiva filosófica, Agamben (2009) interroga sobre “O que é o contemporâneo?”. Uma de suas respostas vem através de Nietzsche, para quem o contemporâneo é o intempestivo, afirmativa encontrada a partir de sua publicação “Considerações intempestivas”, na qual posiciona-se em relação ao tempo presente.

Referindo-se à contemporaneidade como um tempo intempestivo que muda repentinamente de forma inesperada, Agamben (2009, p. 58) afirma:

(...) porque procura compreender como um mal, um inconveniente e um defeito algo do qual a época justamente se orgulha, isto é, a sua cultura histórica, porque eu penso que somos todos devorados pela febre da história e deveremos ao menos disso nos dar conta.

Desse modo, Agamben (2009), ao citar Nietzsche, afirma que quem não corresponde perfeitamente às pretensões e é inatual, pertence de fato ao seu tempo, ou seja, é contemporâneo. Em outras palavras, pelo deslocamento e anacronismo o sujeito consegue enxergar e apreender o tempo; ele adere ao tempo, mas com certa distância. Agamben, ao partir da poesia “O século” do autor russo Osip Mandel’stam, continua a sua discussão sobre o contemporâneo, afirmando que o poeta, bem como o contemporâneo, precisa manter de modo fixo o seu olhar no tempo. Desse ponto, ele lança mão de uma outra definição sobre a contemporaneidade:

Contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro. Todos os tempos são, para quem deles experimenta contemporaneidade, obscuros. Contemporâneo é, justamente, aquele que sabe ver essa obscuridade, que é capaz de escrever mergulhando a pena nas trevas do presente. (Nietzsche citado por Agamben, 2009, p. 62)

Constatamos que Agamben (2009) desenvolve a importância de que o sujeito na contemporaneidade deve se manter atento para além daquilo que é visto – o aparente –, a fim de encontrar o que há de encoberto, de trevas – o contemporâneo – e com isso alcançar o escuro do seu tempo que não é dissociado da luz.

Segundo Agamben (2009), mesmo mantendo-se fixo o olhar no escuro da época, ainda assim pela intempestividade da contemporaneidade em razão da sua imprevisibilidade, tornar-se-á uma tarefa complexa apreender. O autor apresenta ainda a moda como um fenômeno possível para retratar a contemporaneidade, pois também possui um cunho de descontinuidade ou, em outros termos, manifesta “atualidade ou inatualidade, ou o seu estar ou o seu não-estar-mais-na-moda” (p. 66) Nesta acepção, compreendemos o tempo contemporâneo como sempre inacessível. Nas palavras do autor, “o nosso tempo, o presente, não é, de fato, apenas o mais distante: não pode em nenhum caso nos alcançar” (p. 65).

Embora o panorama de Birman (2014; 2019) acerca da contemporaneidade siga eixos norteadores, como o entendimento de ser um tempo de supervalorização da imagem, por consequência da exaltação da individualidade, e que resulta em um sujeito performático que padece pelo excesso que o invade e ao mesmo tempo o deixa no desalento. Agamben (2009), de uma outra forma, nos apresenta sobre a intempestividade da contemporaneidade, tempo que não se alcança, de luz, mas também obscuridades. Este tempo é o que nos revela o quanto o sujeito é tomado pelo excesso das demandas e do imprevisto de uma sociedade narcísica, sendo impedido de expressar e direcionar o mal-estar e o sofrimento que o assola. Assim, se vê em desamparo, sendo necessário que demonstre sua autossuficiência sem os referenciais simbólicos que promoviam identificação e segurança em alguma medida.

Desta forma, é possível trazermos algumas considerações sobre a família e sua estrutura dentro deste cenário intempestivo, o contemporâneo, bem como processos que a atravessam, como os sociais, políticos, econômicos e morais, os quais revelam transformações que se associam também ao fortalecimento do predomínio do discurso capitalista.

Em Freud (1912-13/2012), vemos que o ingresso realizado pelo sujeito para a passagem de sua condição de natureza à civilização é intermediado pelo pai – que procura interditar o objeto incestuoso pela castração, ao mesmo tempo em que o auxilia a abrir-se diante da possibilidade do reconhecimento de novos objetos para investimento que não somente a figura materna; ou seja, a fundação da civilização, da passagem do estado de natureza para civilização cumpre-se pelo abandono, em certa medida, pelo sujeito da figura de incesto assentado sobre o recalçamento de suas pulsões e proibições morais.

Entretanto, dentro do tempo contemporâneo em questão e do sistema capitalista que o rege, o discurso que tem se manifestado é avesso à ordem da interdição e castração. Neste, configura-se a liberdade sem precedentes (que pode desamparar); e a necessidade de se livrar a todo custo do mal-estar contemporâneo pelas práticas de objetificar o outro indivíduo enquanto objeto de consumo, sobrepondo a imagem ao campo das relações interpessoais.

Nesse sentido, Soler (2005) afirma que os discursos, de acordo com as épocas, podem produzir mais ou menos conjunturas de sofrimento e angústia. Para a autora, o discurso capitalista aumenta não somente os traumas, como também as condições de angústia. Em suas palavras:

(...) Essa particularidade do discurso capitalista está ligada ao fato de produzir a precariedade em todos os níveis da vida do sujeito. Por exemplo, no trabalho fala-se do trabalho precário, mas fala-se também positivamente, da mobilidade social, das reconversões possíveis; tudo isso pertence ao âmbito da precariedade; na vida conjugal, é visível que os casais estão completamente separados do que diz respeito a ordem social, cultural, econômica e familiar. Eles só respondem por suas escolhas individuais, algo que resulta na contingência e na fragilidade dos laços conjugais, ameaçados pela precariedade das famílias, que se evidencia em famílias dilaceradas, recompostas e instáveis sociais (...). Todos são ameaçados pela possibilidade de reduzirem a um objeto dejetivo, no trabalho, na vida conjugal, na família, nas amizades. (Soler, 2005 pp. 13-14)

Para Soler (2005), os discursos presentes na sociedade provocam modificações nos sujeitos. O cenário contemporâneo, nesse sentido, evidencia a não aceitação da castração tal qual uma rejeição frente ao pacto civilizatório em favor das promessas de que tudo é possível.

Identificamos, portanto, a aproximação dos discursos sobre a contemporaneidade em que se apresenta tida como um tempo inapreensível, fugaz, a ressoar nos sujeitos e em seus laços afetivos – como nos familiares, por exemplo.

Sob esse prisma do início da civilização, da mais tenra idade à velhice, ou do nascimento aos últimos dias, os sujeitos são objetos-alvo da vigilância, da repressão, da autoridade externa, das ações normativas e da interna superegóica. Em outros termos, da autoridade do pai, antes absoluta, que no atual cenário contemporâneo de transformações parece relativizada, assim como o papel que a figura paterna ocupa. Isso ressoa nas subjetividades, onde as proibições parecem ser mais flexíveis e o fantasmático já não mais impera, ou seja, uma dificuldade se impõe se tratando dos processos edípicos (Soler, 2005).

Assim, regressamos a Freud (1908/1996), em *A Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna*, obra na qual afirma que a cultura repousa sobre a coerção das pulsões, por isso, renunciamos uma parcela de nossas tendências agressivas e sexuais para que a civilização se edifique – mas não sem custo – pelo processo de repressão advindo do regulamento social. Assim, as chamadas doenças nervosas – as “neuroses” – se manifestam mais intensamente e a sexualidade é recalcada, tendo como resultado a libido recalcada e o sujeito padecendo pela impossibilidade da expressão de sua sexualidade.

Tal afirmação revela, neste contexto, o quanto a chamada civilização se relaciona com o aumento das doenças nervosas:

(...) O papel que o antagonismo existente entre a sua constituição e as exigências da civilização desempenhou na gênese de sua enfermidade, dizendo: ‘Em nossa família todos tornamo-nos neuróticos porque queríamos ser melhores do que, com nossa origem, somos capazes de ser’. (Freud, 1908/1996, p. 98)

Notamos como a cultura tende a coibir o exercício da sexualidade, os desejos considerados nocivos dos sujeitos, de forma a estabelecer uma instância de vigia punitiva à qual se incrementam as doenças nervosas. Nossa civilização repousa, de modo geral, sobre a supressão das pulsões. Cada indivíduo renuncia a uma parte dos seus atributos: a uma parcela do seu sentimento de onipotência ou, ainda, das inclinações vingativas e agressivas de sua personalidade. Dessas contribuições, resulta o acervo cultural comum de bens materiais e ideais. Além das exigências da vida, os sentimentos familiares derivados do erotismo foram os responsáveis por levar o homem a fazer essa renúncia, algo que progressivamente tem aumentado com a evolução da civilização (Freud, 1908/1996).

No texto de Freud “A Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna” (1908/1996), é evidenciado o caráter repressivo social, que dificulta o livre exercício das pulsões sexuais e os desdobramentos sobre os sujeitos instituídos sob a moral monogâmica.

A respeito das restrições da civilização, em *O Mal estar na civilização*, Freud (1930/2011) investiga a presença na constituição humana dos processos agressivos, destrutivos, violentos – os quais compelem à civilização represar em certa medida essa energia agressiva que retorna ao eu resultando na instância superegóica, ou seja, a conservação da autoridade externa como mecanismo de renúncia pulsional. Temos como resultado um sujeito vinculado a uma sociedade civilizada, devendo renunciar a sua sexualidade e também a sua agressividade.

Afinal, até que ponto a referida discussão nos encaminha à família atual? A estrutura familiar tem passado por inúmeras mudanças históricas nos campos social, econômico e político, tal como apresentamos anteriormente, com destaque também para as mudanças morais que parecem sentidas como ameaça à família estável, segundo os autores que utilizamos.

Freud desenvolveu trabalhos como os citados, nos quais apresentou o quanto as restrições da civilização que levam o homem à renúncia pulsional podem produzir e incrementar as neuroses, ou seja, o conflito subjacente toca no campo das chamadas práticas morais. Em contrapartida, atualmente a(s) família(s) se apresentam em outros moldes, não mais totalmente pautadas sob a vigência da moral sexual civilizada que restringe as relações sexuais mesmo dentro do casamento somente para os atos de reprodução. É neste conjunto de transformações da família nos anos 60 do século XX, da saída da figura da mãe e da mulher a pleitear seu lugar através do movimento feminista, buscando um lugar no mercado de trabalho, que se inicia o processo de liberdade da sexualidade feminina, das sexualidades, das formações familiares.

Tudo isso ressoa em novas formas de subjetivação, de socialização, em novos conflitos e sofrimentos psíquicos que atravessam o campo da família e são sentidos como modificações que geram ameaça à estabilidade. Embora em outro contexto padeciam da intensificação de seus sofrimentos neuróticos pela coerção das pulsões, eram aparentemente mais facilmente refreadas, proporcionando até certo ponto a ilusão de controle, de saber o que iria se suceder no futuro. Na contemporaneidade – momento no qual parece haver maior liberdade de escolhas de como viver, das expressões da sexualidade, etc. – os sujeitos são mais incitados ao ato e à ação em detrimento da interdição.

O que se apresenta como ameaça talvez sejam os contrastes, pois esse conjunto de transformações vem se engendrando desde os anos 60, apesar de estar se acelerando mais nos últimos anos. A celeridade provoca essa intimidação pelo temor de não se conseguir acompanhar o que é modificado, e o medo de que se dilua aquilo antes tido como seguro.

4.4 Quais poderão ser o(s) destino(s) das famílias em meio às mudanças que ocorrem em sua história?

Como mencionado, em Roudinesco (2003) a família “contemporânea” se inicia quando a passagem de sua autoridade se torna mais incerta, visto o aumento dos divórcios, das separações e recomposições conjugais que se solidificaram a partir da década de 1960. A autora faz suas considerações sobre tal família a partir de sua desordem (termos que ela utiliza para se referir aos novos arranjos familiares), percorrendo em sua discussão a evolução histórico social. Ao focalizar na última parte de sua obra sobre a família do futuro, ela teoriza:

Para aqueles que temem mais uma vez sua destruição ou sua dissolução, objetamos, em contrapartida, que a família contemporânea, horizontal e em “redes”, vem se comportando bem e garantindo corretamente a reprodução das gerações. Assim, a legalização do aborto não conduziu ao apocalipse tão anunciado por aqueles que viam seus partidários como assassinos do gênero humano (Roudinesco, 2003, p. 197).

Em seu discurso, vemos que despojado dos ornamentos de sua antiga sacralidade, o casamento – em constante declínio – tornou-se um modo de conjugalidade afetiva pelo qual cônjuges – que às vezes escolhem não ser pais – se protegem dos eventuais atos perniciosos de suas respectivas famílias ou das desordens do mundo exterior. “É tardio, reflexivo, festivo ou útil, e frequentemente precedido de um período de união livre, de concubinato ou de experiências múltiplas de vida comum ou solitária” (Roudinesco, 2003, p. 197).

A autora traz ainda considerações sobre a crise do princípio da autoridade e do logos separador que atualmente encontra-se em crise na sociedade Ocidental.

(...) Por um lado, esse princípio se opõe, pela afirmação majestosa de sua soberania decaída, à realidade de um mundo unificado que elimina fronteiras e condena o ser humano a horizontalidade de uma economia de mercado cada vez mais devastadora, mas por outro incita incessantemente a se restaurar na sociedade a figura perdida de Deus pai, sob a forma de uma tirania. Confrontada com este duplo movimento, a família aparece como a única instância capaz, para o sujeito, de assumir esse conflito e favorecer o surgimento de uma nova ordem simbólica. (Roudinesco, 2003, p. 199)

Notamos a ênfase dada por ela sobre as metamorfoses que a família atravessa atualmente, evidenciando a crise da autoridade e ao mesmo tempo a sua capacidade em promover uma nova ordem. Roudinesco (2003) menciona que a família do futuro deve ser mais uma vez reinventada. Então, como o título da obra diz, a “família em desordem” é compreendida a partir da necessidade de construção de ordem, uma nova ordem.

Diante disso, sua obra cai em um discurso duplo, quer seja o de percorrer o fenômeno familiar e suas configurações, inovações e mudanças enquanto um movimento importante, mas recaindo no cunho patriarcal. Em outras palavras, embora Roudinesco traga que a família contemporânea e contesta a família de outrora como opressora, ela retorna a este cerne inicial.

Em Kehl (2001), a família contemporânea tem como norte o alcance de ser uma família estável, tal como a família do passado. Disto, resulta em novas famílias em dívida com a formação familiar estruturada de outros períodos (que talvez nunca tenha existido). Como mencionado pela autora:

(...) A dívida para com a família perdida nos deprime, nos faz sentir que somos insuficientes enquanto pais, mães e educadores, já que de saída estamos fora do modelo da família tal como “deveria ser”. A mesma cultura moderna que nos manda fazer tudo diferente do que nossos pais e mãe fizeram - e assim nos mantém ao desabrigo de toda transmissão da experiência - nos diz que o ideal, perdido como toda ideal, era que fossemos exatamente como nossos pais e mães ou, mais difícil ainda, como nossos avós. (Kehl, 2001, p. 36)

Segundo a autora, a instituição familiar contemporânea se apresenta um tanto quanto diferente da família nuclear, as transformações são incessantes – dos lugares de cada membro na dinâmica familiar aos lugares do feminino e masculino na família, podendo ou não haver correspondência do declínio da autoridade e o livre exercício da sexualidade. Ela traz que o fundamental da família é a transmissão da lei e da cultura, mas atualmente perdeu-se a consistência simbólica da imposição de limites, ampliando a liberdade e levando à nostalgia de outrora.

Como vimos em Iaconelli (2019), no século XXI, diante das aquisições tecnológicas, excedente de alimentos e um mundo desenvolvido sem as fragilidades tão marcadas de outro tempo, a ameaça passou a ser o excedente populacional. O controle da natalidade surge como uma forma de exercer a sexualidade sem o risco de gravidez. Assim, as mudanças históricas promoveram a revolução sexual, como no caso da vida da mulher, que até então se resumia à maternidade e aos cuidados da família.

Sobre as mudanças no âmbito familiar, Iaconelli (2019) menciona sobre as dificuldades de se sustentar escolhas, “pois as demandas atuais são conflitantes e impossíveis de atender” (p. 16), e podem desembocar em processos ansiosos nos sujeitos que vivem em certa medida a liberdade de escolhas, mas envoltos das exigências contemporâneas, trazendo o discurso que os pais devem ter dedicação total aos filhos, ao outro, mas igualmente ter investimento na realização pessoal advinda do trabalho. Enfatiza que em outros períodos igualmente existiram dificuldades no fazer parental.

Segundo Iaconelli (2019), “(...) temos os filhos, assim como nossos pais nos tiveram, e ainda assim não sabemos nada sobre a origem da humanidade. Algo sobre a

existência humana permanece insondável e surpreendente (p. 25). Desta maneira, reconhecer as limitações que nos são presentes, de que não se sabe tudo, nos coloca frente à condição real de que de fato não temos todas as respostas, não estamos assegurados em garantias e muito menos na suposição de que há um controle quando se trata do ser pai e do ser mãe.

4.5 O que há na família que a mantém ao longo da história?

“Enquanto houver família haverá Complexo de Édipo”
(S. Freud)

A partir das teorizações levantadas, podemos dizer que a(s) família(s) podem se constituir de infinitos modos, uma vez que somos feitos de muitas gerações. No entanto, parece que algo permanece de uma família a outra. Nos questionamos então sobre o que pode existir de permanente nas famílias ou o que há de constante.

Pretendemos desenvolver neste tópico aquilo que há nas famílias que as mantêm, pois de acordo com Freud, ainda que estivesse falando de seu tempo, ele afirmou que “enquanto houver família haverá Complexo de Édipo”.

Para Freud (1912-13/2012), na ambivalência de sentimento podemos notar que as crianças a direcionam (consideravelmente) frente ao pai, ao líder, que é amado pela sua força e caráter de proteção e odiado igualmente pela mesma condição. Esse funcionamento então é herdado pelo homem civilizado neurótico.

Considerando este contexto de desenvolvimento da ambivalência de sentimentos e da história humana, nos atemos às fases do funcionamento do pensamento do sujeito. Segundo Freud (1912-13/2012), tais fases correspondem a uma organização narcisista, a princípio, regida pelo pensamento animista, que por meio da crença infantil de onipotência do pensamento, busca a satisfação substitutiva dos desejos impossíveis.

De acordo com Freud (1912-13/2012), o sistema de pensamento animista considera os fenômenos universais através de uma visão própria e particular, pois a atenção do homem primitivo – assim como da criança – se dirige ao externo, projetando os conteúdos internos no mundo exterior. Em sequência, temos a fase religiosa, que tal como a fase animista, superestima a onipotência de pensamentos de que há poder em alterar situações via pensamento e sua realização através dos atos mágicos. Por último, o pensamento científico, que a partir do progresso da ciência e disseminação dessas ideias, ganha influência na sociedade e faz com que a religião perca seu espaço.

Entretanto, o sujeito não abandona totalmente a sua neurose infantil. Muitos, em certa medida, se encontram aprisionados ao pensamento animista, não renunciando a submissão ao princípio de prazer, tendo dificuldades em se aproximar do pensamento científico que, por consequência, conduz ao princípio da realidade.

Não é em vão que muitos, justamente por estarem regidos sob o pensamento animista, se reúnem a outros que “pensam” da mesma forma a fim de se sentirem legitimados, atribuindo à figura de um líder o poderio para seguirem. Como menciona Freud (1921/2011), a partir das ideias de Le Bon, quando os homens se reúnem em determinado número – seja um rebanho de animais ou um agrupamento de homens – instintivamente se colocam sob a autoridade de um chefe. A figura de autoridade ou líder ganha um lugar de destaque, de detentor do saber inquestionável. A massa não vive sem um senhor e se submete a qualquer um que se apresente como seu senhor.

O líder pode ser equiparado à figura de pai, que ao ocupar este lugar de visibilidade passa a ter certo prestígio, pois é responsável pela promoção do vínculo fraterno, respeito e ética dos indivíduos, fazendo com que todos (ou boa parte) o obedeçam. Essa figura de autoridade paterna é procurada nos cenários nos quais os indivíduos transitam, e eleita com certos poderes, convencendo a massa a acatar seus atos e discursos. Portanto, a figura do pai permanece em destaque, reconhecido e considerado em sua função de interdição do incesto, da passagem do sujeito à cultura. Por intermédio dessa figura, o sujeito se identifica. Nesse sentido, esta figura age como instância superegóica (pelo sentimento de culpa e angústia da castração) – e auxilia o sujeito a abrir novos rumos para investimento em outros objetos (Freud, 1921/2011).

Segundo Michel Tort (2005) em sua obra *Fin du dogme paternel – O fim do dogma Paterno*, ao falar sobre os discursos do declínio e da falência do pai, o autor os apresenta como muito comuns e disseminados através da psicanálise, que procura disciplinar os ataques às funções simbólicas do psiquismo humano e à sua desestruturação atual que vem tanto das modificações do lugar dos pais, como pela ascensão do poder das mães que traria riscos à travessia edipiana.

Tort (2005) questiona o apagamento da mãe e do feminino em detrimento da figura do pai, algo que ocorre pelas relações de gênero da época de Freud. Na época, tal figura esteve sempre à mercê do pai para a sua solução. Assim, o funcionamento psíquico do sujeito parece amparado universalmente sob a figura do pai, o sistema patriarcal associado ao poderio. Então, os discursos em torno da queda ou declínio do pai enfatizam

e valorizam ainda mais essa figura, pois o sujeito só se torna sujeito da cultura se sujeitando ao pai.

Também nos é importante destacar que embora a função do pai se faça presente universalmente, Tort (2005) menciona o tom conservador do discurso do declínio paterno, já que a dominação é masculina nas relações hierárquicas. Os discursos nos revelam a nostalgia frente a determinados modelos, tradições – o que ampara uma normatização das formas de família e de parentalidade, em que o patriarca aparece como figura central, dificultando a abertura das transformações que ocorrem na atualidade dentro dessas instituições. Isso ocorre porque as mudanças parecem intimidar o funcionamento de um certo modelo de família ou implicar em novas subjetividades que realocam a figura do pai.

De acordo com Tort (2005), as representações das figuras paternas e maternas procuram acompanhar, de alguma forma, as variações de cada período histórico social. Assim, tais representações se recompõem frente ao cenário vigente, o que, portanto, significa que os novos arranjos nas relações da família e a redução do poder da figura do pai não são exatamente uma ameaça à subjetivação, mas uma nova forma, um novo lugar onde o pai é colocado.

Porém, a discussão em torno do lugar que as figuras parentais vêm ocupando ganha ênfase, principalmente sobre a figura paterna que é apontada enfraquecendo, ou declinando, como os autores lacanianos indicam. Sabemos que o sistema patriarcal foi/é reforçado por algumas instituições, dentre elas a política, religião, sobretudo o cristianismo, por exemplo, cuja crença se pauta na autoridade paterna, na estruturação hierarquizada verticalmente. Assim, a função paterna sendo estrutural para o sujeito é também para o social, sua função é fundamental, no entanto, alguns agentes personificam o seu lugar não aceitando o que surge atualmente, o exercer das funções realizadas por outras figuras.

Desta forma, assistimos atualmente em nosso país o crescimento dos colégios militares, defendido pelo atual presidente Bolsonaro em que militares dentro da educação básica desempenham as funções administrativas e diretivas, disciplina e respeito à hierarquia regem esse formato de colégio. A instauração e apelo militar nos diz muito sobre a necessidade de manter o modelo patriarcal, a resistência às mudanças, levantando forças que contestam e refutam as transformações e invocam o patriarcado estatal pela mudança do patriarcado familiar.

Compreendemos, desse modo, não existir uma figura paterna ou Édipo que seja mais forte. O fato é que as relações das figuras materna e paterna se fazem de forma mais democrática, isto é, as funções parentais ganham maior espaço, o que leva a discursos ou análises da derrocada paterna. Ainda assim, o Édipo continua existindo, pois há uma manifestação de investimento nos filhos de forma diferente, não mais dentro de uma tirania do patriarca, mas do pai que assegura a continuidade da família juntamente à mãe. Ao final, o fato é que parece estar se modificando a manutenção da condução do Édipo, por isso estamos confusos e não temos ou sabemos do desfecho frente ao que se apresenta.

Considerações finais

A partir do caminho teórico que empreendemos, verificamos que o atual contexto contemporâneo das multiplicidades, das possibilidades e das infindas transformações ganha espaço em detrimento da estaticidade e solidez das instituições. Cenário este ideal para que os porta-vozes do conservadorismo, que se pautam por um conjunto rígido de valores disseminados como universais, gritem em prol de suas crenças e ameacem a flexibilidade, as novas formas de subjetividade, as novas formas de família e a parentalidade.

Conseguimos apresentar em nossa pesquisa o quanto temos sido atravessadas(os) pelo funcionamento conservador, inclusive das autoras e autores citados, que têm em suas teorias falas conservadoras em alguma medida, ou seja, tendem a manter a ideia de uma família tida como ideal em outros tempos. Argumentam sobre a irrupção do novo como um ganho, mas preservam os discursos e a reconstrução do que se foi, temendo o que virá como uma possível fragilização do sujeito.

Analisamos que a onda do conservadorismo, neste caso, se apresenta como uma possível saída à sensação de desamparo do mundo contemporâneo e suas transformações, fazendo com que os sujeitos busquem um lugar seguro idealizado e, na sua ausência, busquem o conhecido, aquilo que foi, ou seja, o formato do modelo ideal de “família estruturada”. O movimento conservador se manifesta como uma forma de proteção, “pois suas ideias tratam da manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras” (Bobbio, 1998, p. 243). Deste modo, qualquer manifestação outra, geralmente ideias progressistas que divergem do formato disseminado do conservadorismo, é apartada.

Ao longo do trabalho, percebemos que o papel atribuído à figura paterna e materna é o pomo de conflito desde as suas origens, e talvez nunca deixará de sê-lo, justamente pelo exercício de seu fazer estar ligado à uma relação de poder, às representações “biológicas” e fantasmáticas, ao reducionismo biológico como disseminados e preservados em algumas psicanálises. Logo, muitas dessas produções que trazem esses discursos seriam também uma forma de conter, amparar e dominar as angústias dos sujeitos frente às mudanças históricas que assustam, mas que ao mesmo tempo promovem um desejo de restaurar algo que nunca se teve, travando guerras contra as funções de parentalidade, maternidade, paternidade, gênero; e não levando em consideração as transformações de natureza social, cultural.

Discorreremos que nos anos 1960, as mulheres já tentavam pleitear um lugar na sociedade, crescendo os movimentos que reivindicavam a liberdade, a igualdade entre homens e mulheres pela paridade (como os movimento feminista), a não discriminação das sexualidades, das formações de famílias, entre outros. Ao mesmo tempo, um movimento contrário se levantava, pois desejavam conservar “o modelo tido como legítimo e universal”. Neste caso, as teorias psicanalíticas referenciadas por nós vão ao encontro dessa defesa sob a justificativa de que há de se manter o *status quo*.

Por fim, citamos as autoras eleitas para compreender a parentalidade e a família na contemporaneidade: Iaconelli, Kehl e Roudinesco, que ao apresentarem suas teorias sobre a família, descrevem-na enquanto o primeiro espaço/vínculo afetivo do sujeito, mas que na atualidade apresenta mais problemáticas em razão das mudanças que as envolve. Também desenvolvem em seus escritos, que em algumas épocas os fatores sociais já se apresentaram mais favoráveis à parentalidade, mas apontam que não houve de fato um momento histórico mais “simples” no que diz respeito a ser pai e ser mãe. Todavia, na atualidade as dificuldades parecem maiores pelos impasses jamais vistos, bem como pelas transformações que levam ao declínio da função paterna.

É fato que o mundo contemporâneo é célere em seu metamorfosear, mas essas transformações são colocadas pelos autores como uma ameaça perigosa ao fazer parental, o que os levam a se posicionar (não explicitamente) sob a crença de uma estrutura universal e imutável apropriada à família.

Por meio da análise feita a respeito da teoria dos autores, identificamos que a crença na família estruturada e na importância dada ao conflito edípico parece inabalável, tanto que nem mesmo sequer se cogita um relacionamento familiar mais atenuado, de forma mais democrática com relação às figuras paterna e materna, isto é, mais horizontalizado. Afinal, a psicanálise se inicia explorando a sexualidade enquanto parte da constituição subjetiva, em seus escritos Freud já postulava sobre o processo psicosexual ligado à sobrevivência psíquica do sujeito, em que a energia libidinal sexual erotiza e erogeniza o corpo. Porém, nos dias de hoje, os psicanalistas parecem perplexos com as discussões e as transformações em torno da sexualidade, das novas formas de família e, em certa medida, parecem se apropriar do temor dos discursos comuns, reivindicando de modo velado em suas teorias que as alterações assistidas podem representar um certo colapso dos sujeitos quanto às supostas certezas sobre a sexualidade, filiação e família. Assim, a crescente busca das figuras parentais e família por

especialistas detentores do saber parental se justifica, já que se não estiverem sob o funcionamento da família estruturada, estarão correndo grandes riscos.

Há um ganho por detrás desta necessidade de invocar o conservadorismo por parte de algumas psicanálises, porque ganham o controle sobre os sujeitos e suas singularidades, expandindo os questionamentos sobre a atual conjuntura posta como a sociedade da imagem, do individualismo, da perda de referências, das transformações parentais. Realmente há uma reviravolta histórica, mas ao invés de travar guerras e lutar contra, seria mais prudente atentar-se para a necessidade de outras formas parentais e de famílias que tenham mais paridade e simetria nos campos pai e mãe.

Tort (2017) traz de forma elucidativa algo que se refere à postura de alguns psicanalistas que convocam e são convocados a promover interpretações frente às transformações sociais e à família, mas acabam patologizando-a. Diz ele,

Em outras palavras, não é censurável *a priori* que os psicanalistas se lancem na interpretação de fenômenos como o pensamento totalitário ou certos aspectos das sociedades democráticas. Mas com a condição de que as análises produzidas e apresentadas como descobertas sofisticadas da psicanálise não difundam suas certezas trivialmente derivadas do discurso comum de uma época não da psicanálise. De onde vem nosso desconforto? Está presente cada vez que a psicanálise avança sem esforço nos traços de um certo estereótipo social e depois apresenta triunfantemente como evidência da psicanálise o que não é mais que uma representação social. (Tort, 2017, p. 23., tradução nossa)⁷

As mudanças na parentalidade e família estão em curso, mas, como dissemos em várias passagens da nossa pesquisa, o modelo de família patriarcal burguesa continua como uma ideologia presente no tecido social de todas as épocas. Entretanto, a diversidade nos modos e agrupamentos familiares nos apresenta que nem sempre é o pai ou a mãe a exercer as funções parentais na família, a presença dessas figuras não garante o desempenho efetivamente da função, podendo tios, avós, mães solo, pelo desejo nesse exercício, garantir o fazer da parentalidade. Mas, há esse mito que atravessa os períodos

⁷ Do original, “Dicho en otros términos, no es criticable a priori que los psicoanalistas se lancen a la interpretación de fenómenos tales como el pensamiento totalitario o de ciertos aspectos de las sociedades democráticas. Pero a condición de que los análisis producidos y presentados como sofisticados descubrimientos del psicoanálisis no difundan trivialmente sus certezas derivadas del discurso común de una época no psicoanalítica. ¿De dónde viene nuestro malestar? Está presente cada vez que el psicoanálisis avanza sin esfuerzo en la línea de un cierto estereotipo social y luego presenta triunfalmente como evidencia del psicoanálisis lo que no es más que una representación social”. (p. 23)

da história, que seria a família tradicional, responsável por manter a lei e assegurar a civilização.

Ocorre, portanto, uma nova inquietação, será que a família tradicional garante a interdição do incesto? Para além de sua marca da autoridade que produz o efeito da civilização no sujeito, há um aspecto paradoxal em famílias tradicionais que se mostram incestuosas; famílias dentro de suas relações internas, que negam as diferenças da consanguinidade e das gerações, operando nelas o transbordamento da sexualidade, consumadas genitalmente, e violentando mais propriamente (e não a nível de fantasia da intimidade da atmosfera de sedução). Há um discurso de resistência às famílias contemporâneas pela descentralização da dominância do masculino, devido à queda do pai, “provedor da ordem”, ao mesmo tempo em que existe a denúncia de que as famílias nas quais “tudo está em ordem”, ditas “tradicionais”, os casos em que a figura paterna comete incesto e abusam dos filhos/filhas seguem em ascensão, totalizando 40%⁸ dos casos em que a violência é cometida pelo pai ou padrasto.

Vale ressaltar que não se trata de estimar as famílias atuais contrapondo à família tradicional, afinal, famílias da contemporaneidade também apresentam casos de violência. Todavia, indagamos essa referência paterna inabalável apresentando tamanha incongruência. Sob outro enfoque, se a família no final do século XIX produzia o sofrimento neurótico, a histeria e a neurose obsessiva, o que as famílias da cultura contemporânea têm produzido na economia psíquica dos sujeitos, que parecem mais desobrigados frente à autoridade, menos regidos sobre a renúncia pulsional e talvez até envolvidos pela busca de satisfação imediata? Seriam as patologias do vazio⁹, transtornos de personalidade borderline, narcisista, de conduta, entre outros, também decorrentes da influência desta era, das famílias atuais, de falta de proibições, exigências?

Indivíduos que apresentam mudanças em sua constituição subjetiva e economia psíquica, bem como no controle de suas pulsões, acabam marcados pelo desamparo, pela ausência de um ego estável e pelo vazio representacional. Sabemos que o sujeito, estando

⁸ Um levantamento apresentado pelo MDH (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) apontou que, no Brasil, em 40% das denúncias de casos de violência sexual de crianças ou adolescente, o agressor é o pai ou padrasto da vítima. Os dados são do balanço de 2019 de denúncias do Disque 100, apresentados pela pasta.

⁹ Patologias do vazio referem-se aos pacientes com transtornos de personalidade borderline, narcisista (American Psychiatric Association, 1995), pacientes com falso self (Winnicott, 1982), ou ainda, ao que Zimerman (2001) menciona da obra de Tustin e sua denominação pacientes autistas, os quais se encontram em um estado mental de desistência, cujo caso o único desejo é o de não desejar. Denominações diferentes para se dizer que são pacientes que sofrem de vazios oriundos de falhas precoces no primitivo vínculo mãe-bebê, e os bebês crescem e transformam-se em adultos que ainda portam esses vazios (Brum, 2004).

na cultura, não estará isento de mal-estar, mas os sofrimentos e sintomas que o acometem na contemporaneidade tem outros efeitos subjetivos, já que é possível correlacionar a cultura da época e as psicopatologias que se manifestam; estando as mudanças em curso não conseguimos mensurar o seu alcance.

Não foi nossa pretensão (e nem é) chegar a esse conhecimento, a ambivalência, os complexos em torno do pai, da mãe, das relações parentais, sua ausência ou presença encontrará maior espaço para serem articuladas, trabalhadas em seus desdobramentos principalmente dentro do *setting* clínico, em que o profissional não cairá no discurso da promoção do ideal de parentalidade, de pai, para não reforçar ou colocar sobre o sujeito um ideal que não se alcança. O trabalho será o de auxiliar o sujeito a se separar desses ideais e ter diante da vida, da pólis de um outro sujeito, uma posição de maior autoria e responsabilidade.

Compreendemos em certa medida a necessidade dos autores referenciados e dos discursos comuns, pela busca ou manutenção do modelo de família organizada com base na hierarquia e severidade pelo domínio do patriarca, afinal, todos estão apreensivos com o que virá, o movimento nos campos social, econômico, cultural, as variadas formas de convivência familiar tornam-se cada vez mais frequentes e diante do que não se sabe o temor se faz presente, levando ao sentimento de ameaça e à necessidade de recorrer ao modelo conhecido, ou ao reconhecimento da necessidade de uma reestruturação de uma nova ordem para resgatar a autoridade “perdida”.

Não tivemos a intenção de apontar as mudanças da família e a família tradicional como destrutivas, mas as apresentamos a fim de pensar nas novas possibilidades e concepções da parentalidade.

Seria de fato o declínio da figura paterna como os autores trazem, ou seria a ascensão do pai? Mas neste caso, de um outro pai, que não mais se pauta somente em uma imagem de um patriarca tirânico, de instauração do Édipo, mas um pai que se mostra presente física e psiquicamente tal como comumente o faz a figura materna. Um pai que dentro da trama familiar, além de romper com a relação simbiótica da mãe-bebê e castrar o sujeito para que saia da natureza para a civilização, esteja para construir efetivamente laços junto à família e aos filhos, sendo modelo identificatório ao mesmo tempo em que demonstra afetividade e responsabilidade.

As novas configurações de família são múltiplas, os papéis do homem e da mulher na vida social estão se modificando, assim como a função parental. Tudo isso é inegável. Assim, através desse movimento que não cessa, é que emerge a família contemporânea;

por isso tudo parece caótico, exigindo o estabelecimento de algo mais sólido, de uma “família mais delineada”. Não sabemos qual será o desfecho frente às transformações que se sucedem, mas a família continua para todos os efeitos preservando o tabu do incesto nesta contenção do polimorfo, a fim de assegurar a interdição; algo que, nesta conjuntura, ressoa em mudanças na condução edípica, mas que apesar disso continua se apresentando.

Enfim, esperamos que esta pesquisa seja apenas o início de uma discussão acerca desse saudosismo do paraíso perdido, ou melhor, da família estruturada perdida. Pois, embora existam transformações parentais e sociais, algumas psicanálises continuam a coadunar com a divisão social patriarcal dos papéis parentais e da família.

O tema desta pesquisa pode ser continuamente trabalhado, pois a psicanálise pensa o movimento da história e suas implicações nos sujeitos. Pretendemos dar continuidade a ela em outras produções futuras, sobre como a pandemia com início em 2020 modificou as relações familiares e parentais, momento em que, devido ao tempo em casa sob um mesmo teto, surgiram inquietações e necessidades de distanciamentos entre os pares. Desta forma, a família não é tida como um espaço fechado, mas sim como um espaço aberto para outros, para o desconhecido. Também podem ser abordadas futuramente as famílias que não querem ter filhos, a redução do número de filhos, as famílias matriarcais, o envelhecimento vertiginoso da população e os desafios do cuidado ao envelhecimento nas organizações atuais de família.

As construções psicanalíticas são determinadas por uma história cultural marcada pela dominação do masculino, e onde atualmente percebemos um descompasso entre a estrutura social e a estrutura psíquica. Se faz urgente pensar sobre as metamorfoses do sujeito e do mundo (mas esse algo inquestionável sobre a solução masculina, mantida pelas organizações religiosas e algumas psicanálises antepostas continua), pois à medida em que surgem indagações e controvérsias sobre essa dominação, leva-nos a considerar que este formato está sendo repensado.

Referências

- Adorno, T. W. (1993). *Mínima Moralía: reflexões a partir da vida danificada*. Lisboa: Edições 70.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1973). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos - Editora da Unochapecó.
- Ariès, P. (1981). *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Bauman, Z. (2009). *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.
- Birman, J. (2019). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 13 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bobbio, N. (1979). *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Bobbio, N. et. al. (Orgs). (1998). *Dicionário de política I*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Brum, E, H, M, de. (2004). Patologias do vazio: um desafio à prática clínica contemporânea. *Psicologia: ciência e profissão*, 24(2), 48-53. Recuperado em 18 ago. 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Byung-Chul, H. (2015). *Sociedade do cansaço*. São Paulo: Ed. Vozes.
- Costa, J. F. (1999). *Ordem Médica e Norma Familiar*. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Debord, G. (2000). *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Freud, S. (1996) *Totem e tabu*. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (vol. 8). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1912-1913).
- Freud, S. (1996). *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. Edição Standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (vol. 15). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1916-1917).

- Freud, S. (2010) O mal-estar da civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos. Obras Completas. (vol. 18). São Paulo. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1930).
- Freud, S. (2010). Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Obras completas. (vol. 12). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1914-16).
- Freud, S. (2011). O eu e o id, “autobiografia” e outros textos. Obras completas. (vol. 16). São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1923-1925).
- Freud, S. (2014). *Inibição, sintoma e angústia, O Futuro de uma Ilusão e outros textos*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1926-29).
- Freud, S. (2016). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: S. Freud, *Três ensaios sobre a teoria da Sexualidade, Análise Fragmentária de uma histeria* (“O Caso Dora”) e Outros textos. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1905-1906).
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.
- Gorin, M. C. et al. (2015). O estatuto contemporâneo da parentalidade. *Rev. SPAGESP* (Ribeirão Preto), 16(2): 3-15.
- Han, B-C. (2015). *Sociedade do cansaço*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Hegel, G. W. F. (1997). *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes.
- Iaconelli, V. (2019). *Criar filhos no século XXI*. São Paulo: Contexto.
- Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do masculino na família. In: M.C. Comparato & D. S. Monteiro. (Orgs.). *A criança na contemporaneidade e a psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lasch, C. (1983). *A cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago.
- Lévi-Strauss, C. (1983). *O olhar distanciado*. São Paulo: Livraria Martins Afonso.
- Minerbo, M., & Botter, L. (2017). Neoconservadorismo um sintoma do mal-estar na civilização. *Blog Sociedade Brasileira de Psicanálise*, São Paulo (online). Recuperado em 10 nov. 2021, de <https://www.sbpsp.org.br/blog/neoconservadorismo-sintoma-mal-estar-civilizacao/>
- Prioste, C. (2013). *O adolescente e a internet: laços e embaraços no mundo virtual*. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Recamier, P. C., Sens, C., & Carretier, L. (1961). *La mère et l'enfant dans les psychoses du post-partum. L'évolution psychiatrique*.

- Reis, M. L. (2004). A educação como indústria cultural: um negócio em expansão. *Revista iberoamericana de educación* (Madrid), 36: 89-104.
- Rey, F. L. G. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo, SP: Thomson.
- Rey, F. L. G. (2005). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- Scott, A. S. V. (2009). As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da História da Família no Brasil. *História: Questões & Debates*, 51(2). ISSN 2447-8261.
- Soler, C. (2005). Mudança na amarração da angústia. *Stylus Revista de Psicanálise* (Rio de Janeiro), 11: 13-25.
- Tavares, L. A. T. (2010). *A depressão como "mal-estar" contemporâneo: medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressivo*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Toledo, J. R. de. (2018). O conservadorismo vai à faculdade. In *Folha Piauí* [internet]. Recuperado em 17 dez. 2021, de: <https://piaui.folha.uol.com.br/grafico-conservadorismo/>
- Tort, M. (2005). *Fin du dogme paternel*. Paris: Aubier Psyc.
- Tort, M. (2017). *Las Subjetividades patriarcales: una psicoanálisis inserto en la transformaciones históricas* / Michel Tort. 1 ed. Buenos Aires: Topía Editorial.
- Veludo, C. M. B., & Viana, T. de C. (2012). Parentalidade e o desenvolvimento psíquico na criança. *Paidéia* (Ribeirão Preto), 22(51): 111-118
- Vianna, P. C. de M., & Barros, S. (2005). A evolução histórica da família brasileira. *REME: Revista Mineira de Enfermagem*, 9: 163-7. doi:S1415-27622005000200012